

# Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

## PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.



- [agencias@jornaldocomercio.com.br](mailto:agencias@jornaldocomercio.com.br)
- [comercial@jornaldocomercio.com.br](mailto:comercial@jornaldocomercio.com.br)
- (51) 3213-1333 / 3213-1338
- (51) 99649-0062



\*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

### TRAMONTINA

### TRAMONTINA SUL S.A.

CNPJ. 93.514.180/0001-00 – NIRE: 43300042561  
SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL FECHADO

#### RELATÓRIO DA DIRETORIA.

Senhores Acionistas: Cumprindo disposições legais e estatutárias temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial, Demonstrativos do Resultado do Exercício, Das Mutações do Patrimônio Líquido, Dos Resultados Abrangentes, Do Fluxo de Caixa e as Notas Explicativas, encerrados em 31 de dezembro de 2022. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Carlos Barbosa, RS, 01 de março de 2023. A DIRETORIA.

BALANÇO PATRIMONIAL EM (R\$)			DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM (R\$)		
	2022	2021	2022	2021	
<b>Ativo</b>			<b>RECEITA BRUTA DE VENDAS E SERVIÇOS</b>		
<b>Circulante</b>	<b>291.209.279,43</b>	<b>261.996.504,89</b>	334.209.623,14	349.465.223,20	
<b>Disponibilidades</b>	<b>8.179.186,09</b>	<b>22.870.384,70</b>	Receitas de vendas e serviços	334.209.623,14	349.465.223,20
Bancos disponível	3.131.700,66	742.034,03	<b>DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA</b>		
Bancos investimentos	5.047.485,43	22.128.350,67	RECEITA LÍQUIDA	278.210.337,00	293.558.254,06
<b>Créditos</b>	<b>62.602.923,31</b>	<b>72.733.862,91</b>	Custo das mercadorias e produtos vendidos	(165.358.707,57)	(164.607.882,55)
Clientes	54.778.033,33	54.878.716,17	Custo dos bens e produtos vendidos atividade rural	(3.039.398,75)	-
(-) Provisão créditos liq. duvidosa	(194.828,23)	(754.873,97)	<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>109.812.230,68</b>	<b>128.950.371,51</b>
Impostos a recuperar	7.531.533,96	16.269.135,71	<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(92.024.243,15)</b>	<b>(10.229.931,27)</b>
Premios de Seguros	72.244,77	-	Despesas com vendas	(59.164.666,45)	(53.430.727,00)
Adiantamentos diversos	415.939,48	2.340.885,00	Despesas administrativas e gerais	(40.404.973,45)	(28.667.783,88)
<b>Estoques</b>	<b>65.876.081,43</b>	<b>36.763.129,66</b>	Outras despesas	(130.318,83)	(17.057,02)
<b>Não circulante</b>	<b>154.551.088,60</b>	<b>129.629.127,62</b>	Outras receitas	7.675.715,58	71.885.636,63
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>58.955.548,94</b>	<b>60.176.462,88</b>	<b>RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS</b>	<b>17.787.987,53</b>	<b>118.720.440,24</b>
Depósitos judiciais	114.273,53	89.745,23	Despesas financeiras	(609.160,70)	(616.813,86)
Ativo Biológico	58.635.655,71	60.030.130,96	Receitas financeiras	2.515.029,43	5.542.299,65
Duplicatas a receber	-	56.586,69	<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>	<b>19.693.856,26</b>	<b>123.645.926,03</b>
Premio de Seguros	205.619,70	-	Imposto de renda e contribuição social	(6.632.624,63)	(40.547.620,88)
<b>Investimentos</b>	<b>180.305,27</b>	<b>97.901,36</b>	<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>13.061.231,63</b>	<b>83.098.305,15</b>
<b>Imobilizado</b>	<b>94.878.802,44</b>	<b>68.839.653,65</b>			
<b>Intangível</b>	<b>536.431,95</b>	<b>515.109,73</b>			
<b>Passivo</b>	<b>291.209.279,43</b>	<b>261.996.504,89</b>			
<b>Circulante</b>	<b>65.486.778,71</b>	<b>54.149.002,64</b>			
Fornecedores	52.529.120,53	39.253.846,15			
Obrigações a pagar	8.843.000,78	8.779.799,82			
Banco conta Empréstimos	2.885.166,62	-			
IRPJ/CSLL a pagar	885.239,15	-			
Credores diversos	344.251,63	6.115.356,67			
<b>Não circulante</b>	<b>38.922.822,93</b>	<b>35.439.760,49</b>			
Provisão para contingências	633.314,31	334.775,35			
Impostos diferidos passivo	23.922.208,55	27.104.935,14			
Banco conta Empréstimo	14.367.300,07	8.000.050,00			
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>186.799.677,79</b>	<b>172.407.741,76</b>			
<b>Capital social</b>	<b>160.000.000,00</b>	<b>85.000.000,00</b>			
Capital integralizado	160.000.000,00	85.000.000,00			
<b>Reservas de lucros</b>	<b>26.799.677,79</b>	<b>87.407.741,76</b>			
Reserva legal	653.061,58	4.154.915,26			
Saldo à disposição da assembleia	26.146.616,21	83.252.826,50			

#### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**NOTA 1 - ATIVIDADES OPERACIONAIS:** A atividade da empresa é comércio, importação e exportação de utensílios domésticos, ferramentas, materiais elétricos e móveis em geral, e assessoria de marketing. **NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância das disposições contidas na Lei 6.404/76, com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como com as modificações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e Lei nº 11.941/2009. **NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:** a) As presentes Demonstrações Contábeis compreendem o período de atividade iniciado em 01 de janeiro e encerrado em 31 de dezembro de 2022. b) **Estoques:** No exercício social encerrado em 31/12/2022 os estoques que se constituem em mercadoria para revenda, foram avaliados pelo custo médio de aquisição, e não superam o valor de mercado. c) **Contas do Ativo Imobilizado:** as depreciações sobre o imobilizado foram calculadas pelo método linear, às taxas adequadas dos bens, respeitados os limites fiscais. d) **Intangível:** o valor registrado neste grupo refere-se a softwares contabilizados pelo valor de custo. e) O Imposto de Renda e a Contribuição Social foram apurados pelo critério de lucro real trimestral, com utilização durante os doze meses do exercício social, nos moldes da Lei 9.430/96 e IN RFB 1700/17. f) Em 2021 foi registrado o crédito tributário, atualizado pela SELIC, referente ao direito de excluir o ICMS destacado nas notas fiscais de venda da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS (tema 69). **NOTA 4 -** Por força da Lei nº 11.638/07, a companhia contratou auditor independente para auditar as suas demonstrações Contábeis, estando o relatório da auditoria à disposição dos interessados na sede da companhia. **NOTA 5 - CAPITAL SOCIAL** O capital social está representado por 160.000.000 de ações ordinárias nominativas no valor de R\$ 1,00, cada uma, e pertencentes inteiramente a acionistas residentes no País. Carlos Barbosa, RS, 31 de dezembro de 2022.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO EM (R\$)		
	2022	2021
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>19.693.856,26</b>	<b>123.645.926,03</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais</b>		
<b>Ajustes por:</b>		
Depreciação do exercício	709.939,12	245.370,64
Amortização do exercício	250.900,23	207.146,65
Provisões do exercício	227.860,93	1.141.069,62
Resultado na alienação/ baixa ativos Imobilizados	130.378,91	17.057,02
<b>Variações nos Ativos e Passivos</b>		
(Aumento/Redução) em contas a receber	(2.202.901,41)	(14.249.932,56)
(Aumento/Redução) nos estoques	(27.846.043,54)	(6.997.908,07)
(Aumento/Redução) em outras contas a receber	10.777.954,42	(15.744.648,18)
(Aumento/Redução) em fornecedores	13.339.888,53	(2.244.157,89)
(Aumento/Redução) em contas a pagar	247.226,25	239.421,83
Imposto de renda e contribuição social pagos	(8.930.112,07)	(14.237.795,97)
Varição do valor justo de ativos biológicos	(1.466.532,00)	-
<b>CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>4.932.415,63</b>	<b>72.021.549,12</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</b>		
Aquisição de ativo imobilizado	(26.879.466,82)	(36.712.301,36)
Aquisição de ativo intangível	(272.222,45)	(283.785,53)
Aquisição de Ativo Biológico	2.861.007,25	(56.137.147,00)
Investimentos	(82.403,91)	-
Operações de Mútuo com partes relacionadas	-	16.500.000,00
<b>CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(24.373.085,93)</b>	<b>(76.633.233,89)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Pagamento de Dividendos	(4.502.945,00)	(497.055,00)
Empréstimos tomados	10.185.750,00	8.000.050,00
Pagamento de empréstimos	(933.333,31)	-
<b>CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>4.749.471,69</b>	<b>7.502.995,00</b>
<b>AUMENTO/REDUÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO EXERCÍCIO</b>	<b>(14.691.198,61)</b>	<b>2.891.310,23</b>
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício	22.870.384,70	19.979.074,47
Caixa e Equivalente de Caixa ao Fim do Exercício	8.179.186,09	22.870.384,70
<b>VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>(14.691.198,61)</b>	<b>2.891.310,23</b>

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EM (R\$)		
	2022	2021
Lucro líquido do exercício	13.061.231,63	83.098.305,15
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>13.061.231,63</b>	<b>83.098.305,15</b>

#### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM (R\$)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	Capital social	Reservas de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Total
		Legal	Reserva para aumento do capital	Reserva de lucros a disposição		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>55.000.000,00</b>	<b>2.029.891,50</b>	<b>6.154.436,79</b>	<b>32.286.947,30</b>	-	<b>95.471.275,59</b>
Lucro do exercício					83.098.305,15	83.098.305,15
Dividendos adicionais propostos				(4.582.971,18)		(4.582.971,18)
Aumento de capital	30.000.000,00	(2.029.891,50)	(6.154.436,79)	(21.815.671,71)		-
<b>Destinações:</b>						
Reserva legal		4.154.915,26			(4.154.915,26)	-
Saldo à disposição da assembleia				77.364.522,09	(77.364.522,09)	-
Dividendo mínimo obrigatório					(1.578.867,80)	(1.578.867,80)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>85.000.000,00</b>	<b>4.154.915,26</b>	<b>-</b>	<b>83.252.826,50</b>	<b>-</b>	<b>172.407.741,76</b>
Lucro do exercício					13.061.231,63	13.061.231,63
Dividendos adicionais propostos						
Aumento de capital	75.000.000,00	(4.154.915,26)		1.578.867,80	(70.845.084,74)	-
Transferência entre reservas						
Constituição de reserva						
<b>Destinações:</b>						
Reserva legal		653.061,58			(653.061,58)	-
Saldo à disposição da assembleia				12.160.006,65	(12.160.006,65)	-
Dividendo mínimo obrigatório					(248.163,40)	(248.163,40)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>160.000.000,00</b>	<b>653.061,58</b>	<b>-</b>	<b>26.146.616,21</b>	<b>-</b>	<b>186.799.677,79</b>

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:** Eduardo Scomazzon - Presidente, Marcos Tramontina - Vice-Presidente, Joselito Gusso, Ildo Paludo, Inácio Chies  
**DIRETORIA EXECUTIVA:** César Umberto Viecelli, Marcos Tramontina, Ricardo Tramontina. **CONTADOR:** Sergio Danieli (TC-CRC/RS 068581/0-3)

# Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

## PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.



- [agencias@jornaldocomercio.com.br](mailto:agencias@jornaldocomercio.com.br)
- [comercial@jornaldocomercio.com.br](mailto:comercial@jornaldocomercio.com.br)
- (51) 3213-1333 / 3213-1338
- (51) 99649-0062



\*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

### TRAMONTINA

### TRAMONTINA MULTI S.A.

CNPJ. 88.037.668/0001-54 – NIRE: 43300025381

SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL FECHADO

#### RELATÓRIO DA DIRETORIA.

**Senhores Acionistas:** Cumprindo disposições legais e estatutárias temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas., o Balanço Patrimonial, Demonstrativos do Resultado do Exercício, Das Mutações do Patrimônio Líquido, Dos Resultados Abrangentes, Do Fluxo de Caixa e as Notas Explicativas, encerrados em 31 de dezembro de 2022. Colocamos-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Carlos Barbosa, RS, 01 de março de 2023. A DIRETORIA.

BALANÇO PATRIMONIAL EM (R\$)			DEMONSTRAÇÃO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM (R\$)		
	2022	2021	2022	2021	
<b>Ativo</b>	<b>762.237.731,62</b>	<b>752.503.496,08</b>	<b>RECEITA BRUTA DE VENDAS</b>	<b>1.182.876.655,51</b>	<b>1.079.986.833,47</b>
<b>Circulante</b>	<b>580.939.371,31</b>	<b>577.670.841,58</b>	Receitas de vendas	1.182.876.655,51	1.079.986.833,47
<b>Disponibilidades</b>	<b>19.139.222,36</b>	<b>3.342.148,71</b>	<b>DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA</b>	<b>(139.785.494,22)</b>	<b>(126.020.046,36)</b>
Bancos disponível	14.115.856,77	2.555.717,26	<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>1.043.091.161,29</b>	<b>953.966.787,11</b>
Bancos investimentos	5.023.365,59	786.431,45	Custo das mercadorias e produtos vendidos	(702.976.818,35)	(607.839.396,41)
<b>Créditos</b>	<b>310.396.210,75</b>	<b>359.623.143,12</b>	<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>340.114.342,94</b>	<b>346.127.390,70</b>
Clientes	199.582.605,72	253.196.705,61	<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(230.169.593,27)</b>	<b>(170.215.484,10)</b>
(-) Provisão créditos liq. duvidosa	(789.780,92)	(920.025,01)	Despesas com vendas	(171.554.764,34)	(149.289.963,97)
Impostos a recuperar	105.356.878,10	101.476.936,53	Despesas administrativas e gerais	(58.833.554,01)	(47.693.552,17)
Importação mats andamento	2.689.519,33	3.251.443,49	Outras receitas	218.725,08	26.768.032,04
Adiantamentos diversos	2.932.550,25	1.853.576,11	<b>RESULTADO ANTES DAS RECEITAS E</b>	<b>DESPEAS FINANCEIRAS</b>	<b>109.944.749,67</b>
Despesas do exercício seguinte	624.438,27	764.506,39	Despesas financeiras	(143.454.870,56)	(96.241.177,47)
<b>Estoques</b>	<b>251.403.938,20</b>	<b>214.705.549,75</b>	Receitas financeiras	128.215.461,44	79.364.971,60
<b>Não circulante</b>	<b>181.298.360,31</b>	<b>174.832.654,50</b>	<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS</b>	<b>SOBRE O LUCRO</b>	<b>94.705.340,55</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>10.451.548,89</b>	<b>12.314.337,98</b>	Imposto de renda e contribuição social	(32.865.441,79)	(50.401.619,26)
Depósitos judiciais	269.427,71	269.427,71	<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	<b>61.839.898,76</b>	<b>108.634.081,47</b>
Impostos diferidos ativos	10.182.121,18	12.044.910,27			
<b>Investimentos</b>	<b>193.475,77</b>	<b>234.344,07</b>			
<b>Imobilizado</b>	<b>167.938.061,51</b>	<b>159.400.837,76</b>			
<b>Intangível</b>	<b>2.715.274,14</b>	<b>2.883.134,69</b>			
<b>Passivo</b>	<b>762.237.731,62</b>	<b>752.503.496,08</b>			
<b>Circulante</b>	<b>282.028.714,72</b>	<b>264.943.869,37</b>			
Fornecedores	65.556.493,72	63.600.225,35			
Risco sacado	8.770.288,56	3.261.393,89			
Financiamentos e empréstimos	165.116.472,31	157.311.735,53			
Obrigações a pagar	32.968.768,02	36.878.443,38			
IRPJ/CSLL a pagar	6.389.480,70	480.035,90			
Cretores diversos	3.227.211,41	3.412.035,32			
<b>Não Circulante</b>	<b>179.525.462,70</b>	<b>239.605.060,74</b>			
Provisão para contingências	268.577,69	235.085,56			
Financiamentos e empréstimos	179.256.885,01	239.369.975,18			
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>300.683.554,20</b>	<b>247.954.565,97</b>			
<b>Capital social</b>	<b>221.000.000,00</b>	<b>120.512.220,00</b>			
Capital integralizado	221.000.000,00	120.512.220,00			
<b>Reservas de lucros</b>	<b>79.704.176,82</b>	<b>127.462.968,59</b>			
Reserva legal	3.091.994,94	5.431.704,07			
Saldo a disposição da assembleia	76.612.181,88	122.031.264,52			
<b>Ações em tesouraria</b>	<b>(20.622,62)</b>	<b>(20.622,62)</b>			
(-) Ações em tesouraria	(20.622,62)	(20.622,62)			

#### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**NOTA 1 - ATIVIDADES OPERACIONAIS:** A empresa tem por principal atividade a industrialização e comercialização de ferramentas agrícolas, para horticultura e jardinagem e para construção civil. **NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com observância das disposições contidas na Lei 6.404/76, com as práticas contábeis adotadas no Brasil, bem como com as modificações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e Lei nº 11.941/2009. **NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS:** a) As presentes Demonstrações Contábeis compreendem o período de atividade iniciado em 01 de janeiro e encerrado em 31 de dezembro de 2022. b) **Estoques:** no exercício social encerrado em 31/12/2022 os estoques de insumos e embalagens foram avaliados pelo custo médio de aquisição. Os de produtos elaborados e os produtos em elaboração foram avaliados pelo custo médio de produção. Em ambos os casos, não superaram o valor de mercado. c) **Contas do Ativo Imobilizado:** as depreciações sobre o imobilizado foram calculadas pelo método linear, às taxas adequadas dos bens, de acordo com o disposto no CPC 027 e respeitando-se os limites fiscais. d) **Intangível:** o valor registrado neste grupo refere-se à Softwares contabilizados pelo valor de custo de aquisição. e) **Imposto de Renda e a Contribuição Social:** foram apurados pelo critério de lucro real trimestral conforme determinação da Lei 9.430/96 e IN RFB 1700/17. f) Em 2021 foi registrado o crédito tributário, atualizado pela SELIC, referente ao direito de excluir o ICMS destacado nas notas fiscais de venda da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS (Tema 69). **NOTA 4 - PASSIVO NÃO CIRCULANTE:** a) **Bancos conta empréstimos:** financiamentos do ativo imobilizado: FINAME cujas taxas de juros variam entre 2,50% a.a. e 8,70% a.a. e FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos com taxa de juros de 5% a.a. b) **Cretores Diversos:** Financiamento para capital de giro com juros equivalente a 1,5 vezes o juro mensal pago pela poupança oficial. c) **Adiantamento Contratos de Câmbio:** Financiamento para capital de giro com juros equivalente de 3 a 4,30% ao ano mais libor trimestral. **NOTA 5 - Por força da Lei nº 11.638/07,** a companhia contratou auditor independente para auditar as suas Demonstrações Contábeis, estando o relatório da auditoria à disposição dos interessados na sede da companhia. **NOTA 6 - CAPITAL SOCIAL:** O capital social está representado por 221.000.000 de ações ordinárias nominativas no valor de R\$ 1,00, cada uma, e pertencentes inteiramente a acionistas residentes no País.

Carlos Barbosa, RS, 31 de dezembro de 2022.

#### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA MÉTODO INDIRETO EM (R\$)

	2022	2021
<b>LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	<b>94.705.340,55</b>	<b>159.035.700,73</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais Ajustes por:</b>		
Depreciação do exercício	15.042.413,11	12.257.280,22
Amortização do exercício	1.179.344,74	1.259.566,56
Provisões do exercício	(11.529.119,60)	11.267.676,13
Juros e encargos sobre empréstimos	17.822.241,79	8.593.493,07
Variações cambiais sobre empréstimos, clientes e fornecedores	(19.824.231,96)	(1.422.500,67)
<b>Variações nos Ativos e Passivos</b>		
(Aumento/Redução) em contas a receber	45.809.047,33	(94.645.791,11)
(Aumento/Redução) nos estoques	(33.462.208,28)	(96.682.935,22)
(Aumento/Redução) em outras contas a receber	(3.190.793,62)	(80.251.211,33)
(Aumento/Redução) em fornecedores	11.454.369,64	(17.134.116,27)
(Aumento/Redução) em contas a pagar	3.116.766,66	5.176.966,83
Imposto de renda e contribuição social pagos e diferidos	(25.093.207,90)	(44.791.281,02)
<b>CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>96.029.962,46</b>	<b>(137.337.152,08)</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</b>		
Aquisição de ativo imobilizado	(23.602.720,70)	(48.441.297,01)
Aquisição de ativo intangível	(1.011.484,19)	(1.017.985,30)
Investimentos	40.868,30	(14.898,26)
<b>CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(24.573.336,59)</b>	<b>(49.474.180,57)</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</b>		
Pagamento de dividendos	(10.000.000,00)	-
Empréstimos tomados	323.147.541,68	405.889.334,27
Pagamentos de empréstimos	(353.007.678,87)	(224.233.770,75)
Juros pagos por empréstimos	(15.799.415,03)	(7.240.673,75)
<b>CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(55.659.552,22)</b>	<b>174.414.889,77</b>
<b>AUMENTO/REDUÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO EXERCÍCIO</b>	<b>15.797.073,65</b>	<b>(12.396.442,88)</b>
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício	3.342.148,71	15.738.591,59
Caixa e Equivalente de Caixa ao Fim do Exercício	19.139.222,36	3.342.148,71
<b>VARIAÇÃO DAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>15.797.073,65</b>	<b>(12.396.442,88)</b>

#### DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EM (R\$)

	2022	2021
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>61.839.898,76</b>	<b>108.634.081,47</b>
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>61.839.898,76</b>	<b>108.634.081,47</b>

#### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM (R\$)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva Legal	Reserva de lucros a disposição		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>80.512.220,00</b>	<b>(20.622,62)</b>	<b>3.388.731,39</b>	<b>57.504.203,28</b>	-	<b>141.384.532,05</b>
Lucro do exercício					108.634.081,47	<b>108.634.081,47</b>
<b>Destinações:</b>						
Aumento de capital	40.000.000,00		(3.388.731,39)	(36.611.268,61)		-
Reserva legal			5.431.704,07		(5.431.704,07)	-
Saldo à disposição da assembleia				101.138.329,85	(101.138.329,85)	-
Dividendo mínimo obrigatório					(2.064.047,55)	<b>(2.064.047,55)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>120.512.220,00</b>	<b>(20.622,62)</b>	<b>5.431.704,07</b>	<b>122.031.264,52</b>	-	<b>247.954.565,97</b>
Lucro do exercício					61.839.898,76	<b>61.839.898,76</b>
<b>Destinações:</b>						
Aumento de capital	100.487.780,00		(5.431.704,07)	(95.056.075,93)		-
Reserva legal			3.091.994,94		(3.091.994,94)	-
Saldo a disposição da assembleia				57.572.945,74	(57.572.945,74)	-
Dividendos (mínimo obrigatório / pago)				(7.935.952,45)	(1.174.958,08)	<b>(9.110.910,53)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>221.000.000,00</b>	<b>(20.622,62)</b>	<b>3.091.994,94</b>	<b>76.612.181,88</b>	-	<b>300.683.554,20</b>

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:** Eduardo Scormazzon - Presidente, Marcos Tramontina - Vice-Presidente, Joselito Gusso, Ildo Paludo, Inácio Chies  
**DIRETORIA EXECUTIVA:** Nestor Giordani, Sônia Denicol Deitos, Odair Borsoi **CONTADOR:** Idelmar Moacir Farneda (CRC-RS 072278/O-8)



# BANRISUL ARMAZENS GERAIS S.A.

Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica nº 02.721.232/0001-57 - Avenida Getúlio Vargas, 8201 - Canoas - RS

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas e Clientes:  
Tem este a finalidade de apresentar o relatório do exercício de 2022 da BANRISUL ARMAZENS GERAIS S. A. – BAGERGS.

**Empresa**  
A Companhia está situada no município de Canoas – RS, onde atua no ramo de Armazéns Gerais, na locação de espaços para depósito, guarda e conservação de mercadorias, como Porto Seco, através de Contrato de Permissão ou a Racella Federal, na prestação de serviços públicos de montagem e armazenamento de mercadorias importadas e as destinadas à exportação. Também desenvolve atividades de Armazenamento, Digitalização e Gerenciamento Eletrônico de Documentos – GED.

**Mercado e Cenário Econômico**  
Analisando o comparativo do mercado brasileiro no ramo de atuação da Companhia em 2022 e, fazendo o comparativo com o ano anterior, percebe-se que as exportações cresceram 19% e somaram US\$ 334.463 bilhões. Já as importações cresceram 24,3% no período comparativo e totalizaram US\$ 272.701 bilhões. Desse modo, o superávit na balança comercial brasileira fechou o ano de 2022 em US\$ de 61.761 bilhões, um aumento de 15% em relação a 2021.

No Porto Seco, atividade principal da Companhia, os setores de importação e exportação estão diretamente relacionados ao cenário econômico interno e externo. A Companhia obtém um crescimento positivo, principalmente, nas operações com serviços relacionados à importação que obteve um crescimento de 88%, em comparação com o ano anterior. As operações que mais contribuíram para esta elevação, estão diretamente ligadas aos setores industrial, automobilístico e equipamentos para energias renováveis.

Nas exportações, a Companhia obteve um decréscimo de 23% em relação ao exercício anterior, decorrente da retração do mercado interno exportador que opera a total de mercadoria em zona secundária. Também houve uma redução nas operações do regime aduaneiro especial em DAC – Depósito Afiançado Certificado, cuja principal característica é permitir que a mercadoria seja formalmente exportada (sem sair do país), para todos os efeitos fiscais, creditícios e cambiais, a mercadoria nacional depositada em recinto alfandegado, vendida a prazo e cedida ao exterior.

Apesar da agropecuária e da indústria extrativa serem os setores que mais contribuíram para o superávit nas exportações brasileiras, estes setores não utilizam o Porto Seco para exportar e, portanto, não influenciam na Companhia.

Tabela 1 - Receita Bruta Operacional – Porto Seco

	2022	2021	%
Importação	RS 19.514	RS 10.575	88%
Exportação	RS 2.705	RS 3.503	-23%
DAC	RS 0	RS 7.802	-100%

A Administração destaca como principal ponto de melhoria nos processos internos, a obtenção da certificação da Receita Federal do Brasil para ser membro do Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado (OEA). O reconhecimento é concedido aos operadores da cadeia logística internacional que demonstram capacidade de gerir satisfatoriamente riscos relacionados à segurança física das cargas.

**Desempenho Econômico e Financeiro**  
A seguir, apresentamos os indicadores financeiros que demonstram o desempenho da Companhia nos exercícios fíndos de 2022 e 2021.

Tabela 2 – Indicadores Financeiros

	Em milhares de reais	
	2022	2021
Racella Líquida	28.626	29.483
Custo dos Serviços Prestados	12.497	15.440
Lucro Bruto	16.329	15.943
Margem Bruta	56,65%	54,08%
Despesas/Receitas Operacionais	-9.307	-9.491
EBIT	8.022	6.452
Margem EBIT	27,83%	21,88%
Resultado Financeiro Líquido	6.933	2.107
IR e CSLL	-5.061	-2.870
Lucro Líquido	9.894	5.689
EBIDTA	8.833	7.612
Margem EBITDA	30,99%	25,92%
Margem Líquida	34,32%	19,30%

\* Para fins comparativos, deve-se acessar o montante de RS 569 mil referente aos créditos tributários de PIS e COFINS que, no ano anterior, computavam a receita líquida, o que a eleva para RS 29,3 milhões.

Racella líquida de 2023, em comparação com o ano anterior, se manteve constante, mesmo com o término das operações especiais em DAC com cliente do exterior.

Importante destacar foi o incremento obtido na receita não operacional, em especial no resultado financeiro (aplicações financeiras de curto e longo prazo) que foram impulsionadas pelas altas constantes nas taxas de indicadores dos investimentos de renda fixa atrelados à DI. O lucro líquido da Companhia em 2022 foi de RS 9,9 milhões, com margem líquida de 34,32%, representando 15,02% acima do mesmo período do ano anterior, que foi de 19,30%.

A Companhia obteve em 2022, um EBITDA de RS 8,9 milhões, atingindo margem EBITDA de 30,99%, demonstrando que a empresa consegue pagar caixa com o negócio, sem depender das receitas financeiras.

**Investimentos**  
Em 2022 foi iniciado projeto para implantação de sistema de energia fotovoltaica, uma fonte renovável que tem como principal processo a conversão de radiação solar em energia elétrica, utilizando placas solares instaladas na cobertura das edificações dos armazéns comerciais com capacidade de 821,3 kWp de potência. Este investimento está estimado em R\$ 3,4 milhões e o seu retorno se dará em 8 anos, através da economia de R\$ 400 mil/mês, nas despesas com energia elétrica. Foram adquiridas 10 (dez) empilhadeiras elétricas, no total de R\$ 2,05 milhões, todos provenientes de recursos próprios. Os investimentos acima referidos estão em consonância com a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática do Controlador.

Para 2023, a Companhia planeja investir em torno de R\$ 4,2 milhões, com recursos próprios. Grande parte deste valor será investida na adequação do Porto Seco, às novas exigências contidas em Portarias da Receita Federal do Brasil e se referem à atualização tecnológica dos sistemas de armazenamento. Outro investimento previsto é a aquisição de mais 04 (quatro) empilhadeiras elétricas para completar o parque de equipamentos elétricos em substituição ao sistema de combustão.

**Recursos Humanos**  
Atualmente, o quadro funcional permanente é composto por 67 empregados, aprovados mediante concurso público e submetidos ao regime jurídico estabelecido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. São proporcionados, aos empregados, diversos benefícios, dentre eles auxílio creche/babá, auxílio escola, plano de saúde e odontológico, seguro de vida em grupo, vale alimentação, vale refeição e 13º vale alimentação. Conta também com 153 colaboradores, distribuídos entre estagiários, jovens aprendizes e terceirizados, estes relacionados à prestação de serviços de vigilância, limpeza, manutenção e serviços gerais.

Para incentivar o comportamento voltado para resultados, mantendo empregados comprometidos e satisfeitos com seu trabalho, a Companhia, no ano de 2022 distribuiu parte do resultado líquido de 2022, à título de P/LR- Participação nos Lucros e Resultados, conforme Acordo Coletivo de Trabalho.

A Companhia ofereceu aos seus empregados treinamentos de qualificação específicos por setores de atuação, como também de conscientização sobre os riscos e segurança no ambiente de trabalho.

Em 2022 também foi preparado para a Diretoria e Conselho, Plano de Desenvolvimento de Administradores, Conselheiros de Administração e Fiscal voluntários, principalmente, as práticas de Governança Corporativa, com temas voltados para Legislação societária e de mercado de capitais; Lavagem de Dinheiro e Combate ao Terrorismo; Política de Divulgação de Informações; Controle Interno; Código de Ética e Conduta e Lei nº 12.946, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção).

**Sustentabilidade**  
Tendo em vista a importância e a necessidade de desenvolver atividades sustentáveis e minimizar impactos ambientais, a Companhia continua mantendo atenção especial no consumo de energia, água e geração de resíduos. Em 2022, foi dado início ao projeto de geração de energia renovável, através de sistema fotovoltaico que converte a luz solar em eletricidade sem emissão de qualquer gases de efeito estufa ou resíduos poluentes. Aproveitando a troca por energia limpa e segura a Companhia substituirá seu parque de máquinas, adquirindo empilhadeiras elétricas que irão reduzir os impactos de poluentes no meio ambiente, sem emissão de CO<sub>2</sub>.

Toda atividade aplicada na Companhia é a captação de água da chuva com reservatório com capacidade de estocagem de 50.000 litros, onde serão aproveitadas para os meios não potáveis, como reposição da água dos reservatórios destinados a inóculos, lavagens em geral, entre outros.

**Auditor Independentes**  
A Companhia, em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informa que não contratou e nem teve serviços prestados pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, que não os serviços de auditoria externa durante o exercício de 2022.

**Agradecimentos**  
Expressemos nossos agradecimentos ao Governo do Estado do RS, ao Controlador - Banco do Estado do Rio Grande do Sul, bem como às partes envolvidas pelo apoio, colaboração e confiança recebida.

Canoas, 31 de dezembro de 2022

Agostinho Meirelles Martins Neto  
Diretor Presidente

Osmar Paulo Vissel  
Diretor Comercial e Operacional

Silvana Dalmas  
Diretora Administrativa, Financeira e de Relações com Investidores

A Companhia ofereceu aos seus empregados treinamentos de qualificação específicos por setores de atuação, como também de conscientização sobre os riscos e segurança no ambiente de trabalho.

Em 2022 também foi preparado para a Diretoria e Conselho, Plano de Desenvolvimento de Administradores, Conselheiros de Administração e Fiscal voluntários, principalmente, as práticas de Governança Corporativa, com temas voltados para Legislação societária e de mercado de capitais; Lavagem de Dinheiro e Combate ao Terrorismo; Política de Divulgação de Informações; Controle Interno; Código de Ética e Conduta e Lei nº 12.946, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção).

**Sustentabilidade**  
Tendo em vista a importância e a necessidade de desenvolver atividades sustentáveis e minimizar impactos ambientais, a Companhia continua mantendo atenção especial no consumo de energia, água e geração de resíduos. Em 2022, foi dado início ao projeto de geração de energia renovável, através de sistema fotovoltaico que converte a luz solar em eletricidade sem emissão de qualquer gases de efeito estufa ou resíduos poluentes. Aproveitando a troca por energia limpa e segura a Companhia substituirá seu parque de máquinas, adquirindo empilhadeiras elétricas que irão reduzir os impactos de poluentes no meio ambiente, sem emissão de CO<sub>2</sub>.

Toda atividade aplicada na Companhia é a captação de água da chuva com reservatório com capacidade de estocagem de 50.000 litros, onde serão aproveitadas para os meios não potáveis, como reposição da água dos reservatórios destinados a inóculos, lavagens em geral, entre outros.

**Auditor Independentes**  
A Companhia, em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informa que não contratou e nem teve serviços prestados pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, que não os serviços de auditoria externa durante o exercício de 2022.

**Agradecimentos**  
Expressemos nossos agradecimentos ao Governo do Estado do RS, ao Controlador - Banco do Estado do Rio Grande do Sul, bem como às partes envolvidas pelo apoio, colaboração e confiança recebida.

Canoas, 31 de dezembro de 2022

Agostinho Meirelles Martins Neto  
Diretor Presidente

Osmar Paulo Vissel  
Diretor Comercial e Operacional

Silvana Dalmas  
Diretora Administrativa, Financeira e de Relações com Investidores

## NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL  
A Banrisul Armazéns Gerais S.A., (Companhia) é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil e controlada pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. (Banrisul). Sua sede localiza-se na Avenida Getúlio Vargas, 8201, Barra São Luis, Canoas, Rio Grande do Sul.

A atua no ramo de Armazéns Gerais na locação de espaços para depósito, guarda e conservação de mercadorias, como Porto Seco, por meio de Contrato de Permissão ou a Racella Federal, firmado em 22/10/2004, com prazo de vinte e cinco anos, renovável por mais dez anos, na prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias importadas e as destinadas à exportação, submetidas aos seguintes regimes aduaneiros: comum e suspensivo (entroposto aduaneiro, admissão temporária, trânsito aduaneiro, drawback, exportação temporária, depósito alfandegado certificado e depósito especial alfandegado). Presta também os serviços de Armazenamento físico de acervo e na Digitalização e Gerenciamento de Documentos para empresas e setor público.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e as práticas contábeis, internacionais e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As práticas contábeis utilizadas foram apresentadas de forma consistente para todos os períodos divulgados.

As Demonstrações Financeiras também foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais do Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

As Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 01 de fevereiro de 2023.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS  
As Demonstrações Financeiras foram avaliadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

**a) Reconhecimento das receitas**  
O reconhecimento da receita é efetuado no momento em que o controle e a satisfação da obrigação de desempenho decorrentes da prestação dos serviços pela Companhia, são transferidas para o cliente, em atendimento ao CPC 47.

Os direitos e serviços, são reconhecidos à medida que esses serviços são entregues.

A receita de locação de área é reconhecida pelo método exponencial durante o período de vigência do contrato. A Companhia não incorreu em custos diretos e indiretos na negociação que devam ser adicionados ao valor contábil dos espaços locados.

A receita de alvô financeiro é reconhecida à medida que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método exponencial com base no tempo e na taxa de juros contratada.

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa efetiva de juros.

**b) Lucro por ação**  
O Lucro por Ação (LPA) deve ser calculado em sua forma básica e em sua forma diluída. Na forma básica, não são considerados os efeitos dos instrumentos potencialmente dilutivos, ao passo que, no cálculo do lucro por ação diluído são considerados os efeitos dos instrumentos potencialmente dilutivos. No Brasil, o LPA é calculado mediante a divisão do lucro ou prejuízo líquido do exercício pelo número de ações que compõem o capital social.

A Companhia não dispõe de instrumentos que devem ser incluídos no cálculo do lucro por ação diluído, em razão disso o lucro por ação básico e o diluído são iguais. Desta forma, o cálculo do lucro por ação foi efetuado através da divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada das ações da Companhia no exercício.

	2022	2021
Número total de ações	700	700
Lucro líquido do exercício	9.894	5.689
Lucro líquido básico e diluído por ação - RS	14	8

**tributação**  
Impostos sobre serviços

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS - Programa de Integração Social	1,65%
ISSN - imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza	3,00%
- Gerenciamento Eletrônico de Documentos – GED - Armazenagem	2,50%

Esses encargos são apresentados como dedutíveis de receitas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulação da dívida de COFINS são apresentados como passivos no balanço de demonstração do resultado.

**Impostos de renda e contribuição social**  
Ativos e passivos tributáveis correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo ou passivo circulante, de acordo com o previsto de sua realização ou liquidação. As alíquotas de Imposto e a letra tributáveis usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

O imposto de renda e contribuição social diferidos (tributos diferidos) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre os saldos de ativos e passivos correntes nas Demonstrações Financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é reavaliada no final de cada trimestre e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes", ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os tributos correntes e diferidos também são reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

**c) Contas a receber de clientes**  
Contas a receber de clientes são registradas de acordo com o CPC 47, sendo devidamente reconhecidas na competência em que ocorre a satisfação da prestação dos serviços aos clientes.

Constituída em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas, a provisão para créditos de liquidação duvidosa é mensurada por meio de análises individuais e coletivas em relação ao histórico de cobrança e pagamento, condicionalmente às regras gerais e políticas da Companhia. A provisão é constituída de acordo com as perdas esperadas ou não recuperabilidade dos ativos financeiros.

**d) Imobilizado**  
A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme descrito abaixo:

	Vida útil média ponderada
Edificações e benfeitorias	42 anos
Máquinas e equipamentos	9 anos
Móveis e utensílios	7 anos
Veículos	6 anos
Equipamentos de informática	3 anos
Instalações	10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no período em que o ativo for baixado.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisitos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

**e) Intangível**  
Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por softwares.

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas e valor recuperável.

Ativos intangíveis que possuem vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica pelo prazo de 5 anos e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

**f) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**  
No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante por redução ao valor recuperável do ativo é estimado.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Em 31 de dezembro de 2022 não foram identificados eventos que indicassem que os ativos não financeiros não são realizáveis, desta forma, não há restrição de redução ao valor recuperável de ativos.

**g) Caixa e equivalentes de caixa**  
Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

**h) Instrumentos financeiros**  
Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são reconhecidos diretamente relacionados ao custo amortizado.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), Letra Financeira e contas a receber de clientes classificados como custo amortizado.

Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores, os quais são avaliados ao custo amortizado.

**i) Moeda funcional e de apresentação**  
As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

**j) Contas a pagar aos fornecedores**

As Demonstrações Financeiras foram avaliadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

**a) Reconhecimento das receitas**  
O reconhecimento da receita é efetuado no momento em que o controle e a satisfação da obrigação de desempenho decorrentes da prestação dos serviços pela Companhia, são transferidas para o cliente, em atendimento ao CPC 47.

Os direitos e serviços, são reconhecidos à medida que esses serviços são entregues.

A receita de locação de área é reconhecida pelo método exponencial durante o período de vigência do contrato. A Companhia não incorreu em custos diretos e indiretos na negociação que devam ser adicionados ao valor contábil dos espaços locados.

A receita de alvô financeiro é reconhecida à medida que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método exponencial com base no tempo e na taxa de juros contratada.

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa efetiva de juros.

**b) Lucro por ação**  
O Lucro por Ação (LPA) deve ser calculado em sua forma básica e em sua forma diluída. Na forma básica, não são considerados os efeitos dos instrumentos potencialmente dilutivos, ao passo que, no cálculo do lucro por ação diluído são considerados os efeitos dos instrumentos potencialmente dilutivos. No Brasil, o LPA é calculado mediante a divisão do lucro ou prejuízo líquido do exercício pelo número de ações que compõem o capital social.

A Companhia não dispõe de instrumentos que devem ser incluídos no cálculo do lucro por ação diluído, em razão disso o lucro por ação básico e o diluído são iguais. Desta forma, o cálculo do lucro por ação foi efetuado através da divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada das ações da Companhia no exercício.

	2022	2021
Número total de ações	700	700
Lucro líquido do exercício	9.894	5.689
Lucro líquido básico e diluído por ação - RS	14	8

**tributação**  
Impostos sobre serviços

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
COFINS - Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS - Programa de Integração Social	1,65%
ISSN - imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza	3,00%
- Gerenciamento Eletrônico de Documentos – GED - Armazenagem	2,50%

Esses encargos são apresentados como dedutíveis de receitas na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulação da dívida de COFINS são apresentados como passivos no balanço de demonstração do resultado.

**Impostos de renda e contribuição social**  
Ativos e passivos tributáveis correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo ou passivo circulante, de acordo com o previsto de sua realização ou liquidação. As alíquotas de Imposto e a letra tributáveis usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

O imposto de renda e contribuição social diferidos (tributos diferidos) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre os saldos de ativos e passivos correntes nas Demonstrações Financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é reavaliada no final de cada trimestre e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes", ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os tributos correntes e diferidos também são reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

**c) Contas a receber de clientes**  
Contas a receber de clientes são registradas de acordo com o CPC 47, sendo devidamente reconhecidas na competência em que ocorre a satisfação da prestação dos serviços aos clientes.

Constituída em montante considerado suficiente para cobertura de eventuais perdas, a provisão para créditos de liquidação duvidosa é mensurada por meio de análises individuais e coletivas em relação ao histórico de cobrança e pagamento, condicionalmente às regras gerais e políticas da Companhia. A provisão é constituída de acordo com as perdas esperadas ou não recuperabilidade dos ativos financeiros.

**d) Imobilizado**  
A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme descrito abaixo:

	Vida útil média ponderada
Edificações e benfeitorias	42 anos
Máquinas e equipamentos	9 anos
Móveis e utensílios	7 anos
Veículos	6 anos
Equipamentos de informática	3 anos
Instalações	10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no período em que o ativo for baixado.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisitos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

**e) Intangível**  
Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por softwares.

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas e valor recuperável.

Ativos intangíveis que possuem vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica pelo prazo de 5 anos e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

**f) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**  
No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante por redução ao valor recuperável do ativo é estimado.

Se o montante recuperável de um ativo calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Em 31 de dezembro de 2022 não foram identificados eventos que indicassem que os ativos não financeiros não são realizáveis, desta forma, não há restrição de redução ao valor recuperável de ativos.

**g) Caixa e equivalentes de caixa**  
Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

**h) Instrumentos financeiros**  
Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são reconhecidos diretamente relacionados ao custo amortizado.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), Letra Financeira e contas a receber de clientes classificados como custo amortizado.

Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores, os quais são avaliados ao custo amortizado.

**i) Moeda funcional e de apresentação**  
As Demonstrações Financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

**j) Contas a pagar aos fornecedores**



# BANRISUL ARMAZÉNS GERAIS S.A.

Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica nº 92.721.232/0001-57 - Avenida Getúlio Vargas, 8201 - Canoas - RS

	Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Controlador direto)	Banrisul Soluções em Pagamentos S.A. (Outras partes relacionadas)	Saldo em 31/12/2021
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante:</b>			
Dépósitos Bancários	683	-	683
Aplicações Banrisul CDB/ LF	16.853	-	16.853
Crédito com partes relacionadas	89	-	89
	17.625	-	17.625
<b>Não Circulante:</b>			
Letra Financeira	30.218	-	30.218
	30.218	-	30.218
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante:</b>			
Dividendos a pagar	(3.677)	-	(3.677)
Contas a pagar	(725)	-	(725)
	(4.402)	-	(4.402)
	Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Controlador direto)	Banrisul Soluções em Pagamentos S.A. (Outras partes relacionadas)	Saldo em 31/12/2021
<b>Resultado</b>			
Receitas:			
Locação	12.298	-	12.298
Finança	1.845	-	1.845
Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED)	1.971	-	1.971
Recuperação de Despesas	7.847	-	7.847
Despesas:			
Comunicação	(381)	(822)	(1.203)
Outras	(14)	(822)	(836)
	11.903	(822)	11.081

Gastos com veículos	22	52
Despacho aduaneiro	83	68
Conservação e manutenção Seguro	1.326	1.076
Material de expediente	449	451
Armazenagem p/ clientes	99	86
Despesa de aluguel	-	129
Outras	41	812
Total	12.497	13.540
<b>b) Despesas Administrativas</b>		
	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Pessoal	2.750	2.339
Terceirizados	1.387	1.288
Honorários da administração	2.510	2.589
Depreciação e amortização	327	313
Comunicação	422	411
Energia elétrica	53	206
Combustível	31	35
Gastos com veículos	25	44
Reclamatórias trabalhistas	510	(187)
Contingências cíveis	48	342
Conservação e manutenção	160	90
Despesas tributárias	504	524
Outras	536	435
PCLD	13	826
Seguro	8	2
Informática	53	210
Materiais de expediente	274	221
Débitos incorridos	4	258
Total	9.751	9.946

	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Recuperação de Despesas (a)	709	636
Recuperação de Créditos – Lei 9.430/96	4	21
Indenizações Diversas	72	-
Outras Receitas Diversas	45	-
Recuperação de Despesas (a)	845	-
Total	1.675	657

a) Os valores registrados em Recuperação de Despesas referem-se a reembolso de despesas com condomínio, vigilância, portaria, água, luz e demais taxas, conforme estabelecido em contrato de locação comercial.

17 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

**Gestão de riscos**

A Banrisul Armazéns Gerais S.A. é uma empresa pública, de capital aberto e de controle acionário privado, sendo o Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. detentor de 99,48% das ações. A Companhia não faz parte do conglomerado prudencial do Banrisul, apenas do conjunto econômico. A gestão de capital e de riscos corporativos é ferramenta estratégica e fundamental para esta Companhia. Dentre os principais riscos aos quais a Companhia está exposta, pode-se destacar o risco de crédito, mercado, liquidez e operacional. A gestão de riscos é realizada de forma integrada, o que permite agilidade no processo de análise e tomada de decisão.

O principal risco identificado relacionado nas operações da Companhia é o risco de crédito, devido à possibilidade de ocorrência de perdas para a Companhia associadas ao não cumprimento pelo cliente de suas obrigações nos termos pactuados, sobre as contas a receber de clientes, caixa e equivalente de caixa.

A Companhia considerou aceitável a sua exposição ao risco mencionado acima e não contratou operações envolvendo Instrumentos Financeiros Derivativos. Por não possuir instrumentos financeiros significativamente sujeitos a alterações de valor em função de risco de mercado, a Companhia não elaborou e não está apresentando a análise de sensibilidade, conforme requerido pela Instrução CVM 475/08. Os principais ativos financeiros em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 reconhecidos pela Companhia são: Aplicações financeiras e contas a receber de clientes. Esses ativos foram classificados como custo amortizado. Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

	31/12/2022	31/12/2021	Classificação CPC 48
<b>Circulante</b>			
Aplicações Financeiras	24.070	17.666	Custo Amortizado
Clientes	1.987	3.008	Custo Amortizado
	26.037	20.674	
<b>Não Circulante</b>			
Letra Financeira	33.663	30.218	Custo Amortizado
	33.663	30.218	
<b>Total</b>	59.700	50.892	

**Gestão de capital**

A Companhia possui estrutura de capital, formada basicamente por capital próprio, ideal para reduzir seus custos e maximizar o retorno aos acionistas, além de viabilizar a estratégia de crescimento e riscos controlados. Condizente com as melhores práticas do setor, a Companhia monitora o retorno sobre o capital investido.

**Risco de crédito**

O risco de crédito na Companhia está relacionado com a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento, pelo cliente, de suas obrigações previamente acordadas.

Para gerir este risco são realizadas análises de documentação cadastral, validadas informações com a Receita Federal e a Secretária da Fazenda Estadual, monitorados relatórios de clientes inadimplentes, além de, em caso de inadimplência, reclusões mercadorias.

**Risco de mercado**

Risco de mercado é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos nos preços de mercado dos instrumentos financeiros, provocados por flutuações em cotações de ações, preços de mercadorias, taxas de juros e taxas de câmbio.

A estrutura do balanço patrimonial apresenta baixo risco de mercado. O ativo financeiro da Companhia é composto pelo CDB com referencial pós-fixado. Por outro lado, nas operações passivas o passivo da Companhia representa 15,19% do total do ativo em 31 de dezembro de 2022.

**Risco de liquidez**

Risco de liquidez consiste na possibilidade da Companhia não conseguir honrar seus compromissos financeiros devido à insuficiência de recursos para fazer frente às obrigações de pagamento.

Pode ser classificado em:

- Risco de liquidez de fluxo de caixa: é a possibilidade da ocorrência de descasamento entre os pagamentos e os recebimentos, o que afeta o fluxo normal das obrigações da Companhia.
- Risco de liquidez de mercado: é a possibilidade de perda na liquidação de uma posição de participação relativamente significativa no mercado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Para gestão do risco de liquidez, a Banrisul Armazéns Gerais S.A. institui princípios, procedimentos e padrões adequados ao seu gerenciamento. Desta forma, é possível que seja feito o acompanhamento dos níveis de descasamento de liquidez, para os diversos prazos e os parâmetros de reserva mínima de liquidez diária, inclusive para momentos de crise.

É feito o monitoramento dos ativos elegíveis para composição dos recursos disponíveis, de modo a satisfazer todos os compromissos, bem como cumprir as exigências normativas quanto à liquidez e monitorar o consumo de recursos.

Para assegurar as melhores práticas na gestão de risco de liquidez, a Banrisul Armazéns Gerais S.A. adota medidas de aperfeiçoamento e continuidade dos processos. A estrutura de seu balanço patrimonial apresenta baixo risco de liquidez com grande parte de seus ativos aplicada em CDB. Por outro lado, nas operações passivas o passivo da Companhia representa 15,19% do total do ativo em 31 de dezembro de 2022.

**Risco Operacional**

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos, incluindo o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela mesma.

18 PLANO DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

A Companhia não possui planos de benefícios de aposentadoria para seus empregados.

19 COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2022, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$40 milhões para danos materiais e R\$100 mil para responsabilidade civil.

20 SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia atua como prestadora de serviços de armazenagem, guarda e conservação de mercadorias, produtos e documentos, dispostos no entreposto aduaneiro em depósito alfândegado ou em espaços disponíveis na área de sua propriedade, que poderão ser locados para terceiros conforme atividades descritas na nota explicativa nº 1.

As atividades realizadas são complementares, em âmbito os segmentos, sendo controladas e gerenciadas pela Companhia, e seus resultados são acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
Receita bruta:		
Serviços de armazenagem	25.963	25.106
Serviços de Gerenciamento Eletrônico de Documentos (GED)	7.275	7.847
Deduções:		
Impostos sobre receita de serviços (a)	(4.253)	(3.285)
Descontos e cancelamentos	(159)	(185)
Receita operacional líquida	28.826	29.483

a) Os tributos incidentes sobre a receita de serviços são: PIS, COFINS e ISSQN.

15 NATUREZA DOS CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	01/01/2022 a 31/12/2022	01/01/2021 a 31/12/2021
<b>a) Custos dos serviços prestados</b>		
Pessoal	4.855	4.342
Terceirizados	4.318	4.357
Depreciação e amortização	497	847
Energia elétrica	292	382
Combustível	258	248

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos Administradores e aos Acionistas da Banrisul Armazéns Gerais S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Banrisul Armazéns Gerais S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e financeira da Banrisul Armazéns Gerais S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção 4 da seção introdutória "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**Reconhecimento da receita**

Conforme descrito na nota explicativa nº 3 (a) as demonstrações financeiras, a receita da Companhia decorre substancialmente de serviços de armazenagem e prestação de serviço de gerenciamento eletrônico - GED. A principal fonte de receita é a armazenagem de mercadorias provenientes do serviço de porto seco e é reconhecida mensalmente pelo prazo do armazenamento e considerando as características contratuais, tais como peso, valor monetário da mercadoria ou espaço ocupado.

Esse assunto foi tratado como um principal assunto de auditoria em virtude da relevância dessas operações no contexto das demonstrações financeiras e da complexidade na captura, no processamento e no registro das transações.

Para responder a este principal assunto de auditoria, nossos procedimentos de auditoria sobre o reconhecimento de receita incluíram, entre outros: (a) avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos da Companhia relacionados ao processo adotado para mensurar o montante da receita a ser reconhecida nas demonstrações financeiras; (b) teste, em base amostral, sobre a ocorrência, integridade e exatidão das receitas reconhecidas pela Companhia, bem como se elas foram contabilizadas no período de competência contábil, com base na estimativa elaborada pela Companhia, incluindo a avaliação da estimativa de receita não futura; e (c) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria anteriormente descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que a captura, o processamento, o registro e as respectivas divulgações sobre o reconhecimento de receita da Companhia são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Demonstração do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado ("DVA") referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios estabelecidos no pronunciamento técnico e consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicá-lo nesse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

**Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras**

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os aspectos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Outros assuntos**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um nível de certeza que não é uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contorno, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressamos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

\* Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.

\* Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas em evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

\* Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança o relatório de auditoria que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências futuras de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porto Alegre, 6 de fevereiro de 2023

**Deloitte** DELOITTE TOUCHE TOMHATSU  
Audidores Independentes Ltda.  
CRC 2 SP 011609/0-8 Fº RS

Carlos Claro  
Contador  
CRC 1 SP 236588/0-4

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Banrisul Armazéns Gerais S.A., e no exercício das atribuições que nos conferem os incisos I e VII do art. 163, da Lei nº 6.404/1976, e pelas disposições correlatas do Estatuto Social, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes, sem modificações, documentos esses relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022. Baseado no exame precedido, sem informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opinamos que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pelos acionistas na próxima Assembleia Geral Ordinária.

Porto Alegre, 06 de fevereiro de 2023.

<b>Cesar Luis Baumgratz</b> Conselheiro	<b>Adilson Troca</b> Conselheiro	<b>Eliel Asti Stiertz</b> Conselheiro
--	-------------------------------------	--

DIRETORIA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
<b>AGOSTINHO MEIRELLES MARTINS NETO</b> Diretor Presidente	<b>MARIVANIA GHISLEINI FONTANA</b> Presidente
<b>SILVANA DALMÁS</b> OSMAR PAULO VIECILI Diretores	<b>JORGE FERNANDO KRUG SANTOS</b> Vice Presidente
	<b>ALINE OLIVEIRA DA SILVA</b> CRISLAINE BOZZETTI CRISTINA BACHETTINI DUARTE FERNANDO ZINGANO Conselheiros

**LAUERMANN SCHNEIDER SERVIÇOS CONTÁBEIS LTDA**  
CNPJ: 03.708.352/0001-20 CRC-RS 03-3022  
Resp. Técnico: Marco Aurélio Leindecker  
Contador CRC-RS 54653

# PUBLICIDADE LEGAL

  
**COMPANHIA ABERTA - código CVM nº 94**  
**CNPJ 92.693.019/0001-89 • NIRE JUCISRS 43.3.0000227-6**  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**

Ficam convocados os Senhores Acionistas desta Companhia para a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 12 de abril de 2023, às 11hs, em sua sede social, na Rua Rudolfo Vontobel, 600, Distrito Industrial de Gravataí/RS, a fim de deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia**: 1. Analisar, discutir e deliberar sobre o Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras, Parecer da Auditoria Externa e demais documentos relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2022; 2. Deliberar sobre a destinação do Lucro Líquido do Exercício encerrado em 31.12.2022; 3. Manter em 3 (três) o número de membros para compor o conselho de administração, reelegendo os seus respectivos; e 4. Fixar a remuneração global dos administradores. **Instruções Gerais:** (i) Os acionistas, para terem sua participação admitida na Assembleia, deverão observar as disposições previstas no artigo 126 da Lei 6.404/76, apresentando documento hábil de sua identidade e comprovante atualizado expedido por instituição financeira depositária ou por agente de custódia, demonstrando sua posição acionária. (ii) Em conformidade com o disposto no artigo 10 do Estatuto Social, o acionista que desejar ser representado por procurador deverá depositar procuração na sede da Companhia, com até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da Assembleia. (iii) É facultado aos acionistas detentores de no mínimo 5% (cinco por cento) do Capital Social com direito a voto da Companhia, requerer a adoção do processo de voto múltiplo para a eleição do Conselho de Administração, conforme o disposto no artigo 141 da Lei 6.404/76 e nas Instruções Normativas CVM 70/22 e 81/22. (iv) Além disso, a Companhia adotará para a Assembleia Geral o procedimento de voto à distância, conforme previsto na Instrução CVM nº 81/22, permitindo que seus Acionistas enviem, diretamente à Companhia ou por meio de seus respectivos agentes de custódia ou da instituição prestadora dos serviços de escrituração das ações da Companhia, o Boletim de Voto a Distância, o qual se encontra à disposição dos Acionistas junto aos demais documentos referentes à Assembleia Geral. A Companhia informa que instruções adicionais sobre o procedimento de votação a distância poderão ser consultadas no próprio Boletim de Voto a Distância.

Gravataí/RS, 22 de março de 2023.  
Raul Maselli  
Presidente do Conselho de Administração



## NOSSOS CANAIS DE COMUNICAÇÃO

Departamento comercial	(51) 3213 1333
Atendimento ao assinante	(51) 3213 1300
Vendas de assinaturas	(51) 3213 1326
Redação	(51) 3213 1362

## Jornal do Comércio

O jornal de economia e negócios do RS

# PUBLICIDADE LEGAL

## Facta Financeira S.A. Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ 15.581.638/0001-30  
NIRE 43.3.0005463.2

**Ata de Assembleia Geral Extraordinária. I - Local, Data e Hora:** Na sede social da Companhia, localizada na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, Rua dos Andradas, nº 1409 Salas 701 e 702 - Bairro Centro - CEP: 90.020-011, no dia 15 de Dezembro de 2022, às 09:00 horas, reuniram-se a totalidade dos acionistas da Cia., conforme assinaturas lançadas no livro de presença. Aberta a assembleia deliberaram, por unanimidade, os senhores acionistas: **II - Mesa:** foi escolhido para Presidente da mesa **Evaldo Francisco da Rosa** e, para secretário-lo, **Everton Francisco da Rosa**. **III - Aumento Do Capital Social:** colocado em votação o aumento do capital social no montante de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) mediante subscrição particular de 50.000.000 (cinquenta milhões) ações ordinárias pelo valor de emissão de R\$ 1,00 (um real) cada uma, para integralização em moeda corrente nacional de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) nesta data, em moeda corrente nacional. Foi o aumento aprovado, passando o capital social, então, para R\$ 167.000.000,00 (cento e sessenta e sete milhões de reais) divididos em 167.000.000 (cento e sessenta e sete milhões) ações ordinárias sem valor nominal; **IV - Boletim de Subscrição:** face à subscrição total do aumento nas condições propostas, o Presidente da mesa suspendeu os trabalhos pelo prazo de uma (1) hora, para que fosse lavrado o **Boletim de Subscrição**, que passará a fazer parte integrante desta ata como se transcrito em inteiro teor e forma, sob nº **DOC. 01; V - Direito de Preferência:** o direito de preferência de que trata a lei e o Estatuto da Cia restou preservado, face à presença da totalidade dos acionistas nesta assembleia geral; **VI - Alterações no Estatuto Social:** a) necessária reforma estatutária da Cia, que passa a vigor com nova redação em seu "Art. 2º - O capital social é de R\$ 167.000.000,00 (cento e sessenta e sete milhões de reais), dividido em 167.000.000 (cento e sessenta e sete milhões) de ações ordinárias, todas sem valor nominal"; sem consolidação formal do estatuto social; **VII - Estatuto Social/atualização:** aprovaram os acionistas, em ato contínuo, que fosse lido e consolidado o inteiro teor do Estatuto Social Atualizado, que passa a fazer parte integrante desta ata como se transcrito de inteiro teor e forma, posto que aprovado por unanimidade dos presentes, na forma do **DOC. 02; VIII - Encerramento:** homologado o aumento e aprovadas as demais matérias, deu-se por satisfeita a ordem do dia da assembleia, informando o Presidente dos trabalhos que face à presença da totalidade dos acionistas, não foram publicados os documentos de que trata o artigos 124, § 4º e 133, § 4º, ambos da Lei 6.404/76, bem como foi autorizada a lavratura desta ata de forma sumária, conforme faculta o § 1º do art. 130 da Lei n. 6.404/76. Ato seguinte, o Presidente mandou lavrar esta ata que após lida, discutida e aprovada, vai assinada por todos os presentes a saber: **Evaldo Francisco da Rosa** e **Everton Francisco da Rosa**. O presente exemplar é cópia fiel do transcrito no livro próprio. Porto Alegre, 15 de dezembro de 2022. **Evaldo Francisco da Rosa** - Presidente; **Everton Francisco da Rosa** - Secretário. JUCISRS. Certifico registro sob o nº 8810213 em 21/03/2023 da Empresa Facta Financeira S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, CNPJ 15581638000130 e protocolo 230571972 - 27/02/2023. Autenticação: 6FAB588FFA774CE887ACE543608DD99859752088. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

## Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

### PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ [agencias@jornaldocomercio.com.br](mailto:agencias@jornaldocomercio.com.br)

✉ [comercial@jornaldocomercio.com.br](mailto:comercial@jornaldocomercio.com.br)

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



\*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

# PUBLICIDADE LEGAL

**SLC Agrícola** **SLC AGRÍCOLA S.A.** 

COMPANHIA ABERTA  
 CNPJ/ME: 89.096.457/0001-55 - NIRE 43300047521

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**

Convocamos os Senhores Acionistas da SLC Agrícola S.A. ("Companhia"), na forma do artigo 124 da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), a se reunirem em Assembleia Geral, a ser realizada no dia 27/04/2023, às 11h00 ("AG"), de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma eletrônica ALFM Easy Voting ("Plataforma"), nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários nº 081/22 ("Resolução CVM 081"), a fim de deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia**: Em Assembleia Geral Ordinária: 1. Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e respectivas contas dos Administradores, Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, assim como o Parecer dos Auditores Independentes e do Comitê de Auditoria Estatutário; 2. Deliberar sobre a destinação do lucro do exercício social e a distribuição de dividendos, nos termos da proposta apresentada pela Administração; 3. Definir o número de membros do Conselho de Administração; 4. Eleger os membros do Conselho de Administração; 5. Deliberar acerca da independência dos candidatos aos cargos de membros independentes do Conselho de Administração da Companhia; e 6. Fixar a remuneração anual global dos Administradores, assim como a dos membros do Conselho Fiscal, se instalado; Em Assembleia Geral Extraordinária: 1. Reratificar a remuneração anual global dos Administradores, que constou no item V das deliberações tomadas na Assembleia Geral Ordinária de 29/04/2022. 2. Aumentar o capital social da Companhia em R\$500.000.000,00, elevando-o de R\$1.512.521.509,85 para R\$ 2.012.521.509,85, com bonificação em ações, mediante capitalização de parte do saldo da conta "Reserva Estatutárias", conforme disposto no artigo 169 da Lei 6.404/76, com a emissão de 21.242.259 novas ações ordinárias, com custo unitário atribuído às ações bonificadas de R\$ 23,54, que serão atribuídas gratuitamente aos acionistas na proporção de 1 nova ação para cada 10 ações de que forem titulares na data-base; 3. Em decorrência do aumento do capital social, alterar a redação do artigo 5º Estatuto Social da Companhia; 4. Consolidar o Estatuto Social da Companhia. **Informações Gerais:** Os acionistas ou procuradores que desejarem participar remotamente, por meio da Plataforma, deverão realizar seu pré-cadastro, impreterivelmente, até o dia **25/04/2023 (inclusive)**, mediante acesso ao link: [https://plataforma.alfm.adv.br/ALFM/acionista\\_wpcconsentimento.aspx?CtXWojdnQS4JAgUx1h1BxRZ5mHJMyXv5LggQ7XGraxyVOIE\\_ZCUKNny\\_Diq2ils](https://plataforma.alfm.adv.br/ALFM/acionista_wpcconsentimento.aspx?CtXWojdnQS4JAgUx1h1BxRZ5mHJMyXv5LggQ7XGraxyVOIE_ZCUKNny_Diq2ils) Os detalhes e informações relevantes e necessárias à orientação do Acionista estão contidas na Proposta de Administração e no Manual de Participação da AG, disponíveis nos sites de Relações com Investidores da Companhia ([www.ri.slcagricola.com.br](http://www.ri.slcagricola.com.br)) e da CVM (<http://sistemas.cvm.gov.br/>). A Companhia solicita, além do documento de identificação e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso, a seguinte documentação: - Comprovante expedido pela instituição escrituradora nos últimos 5 (cinco) dias antes da data da realização da AG; - Instrumento de mandato; - Relativamente aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente. Nos termos do artigo 6º, §3º da Resolução CVM 081, não será admitido o acesso à Plataforma Digital de Acionistas que não apresentarem os documentos de participação no prazo estabelecido. Após a devida análise do cadastro do Acionista, a Companhia disponibilizará um e-mail contendo novas informações para acesso à Plataforma que transmitirá a AG, devendo o acionista que não receber tal informação até 24 horas antes da data de realização da AG, entrar em contato com o Departamento de Relações com Investidores através do e-mail [ri@slcagricola.com.br](mailto:ri@slcagricola.com.br), com cópia para [juridico@slcagricola.com.br](mailto:juridico@slcagricola.com.br). A Companhia esclarece que, excepcionalmente para esta AG, dispensará a necessidade de envio das vias físicas dos documentos de representação dos Acionistas para a sede da Companhia, bem como o reconhecimento de firma do outorgante na procuração para representação do Acionista, a notariação, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do Acionista, bastando o envio de cópia simples das vias originais de tais documentos para o e-mail da Companhia indicado acima. A Companhia adotará para esta AG o procedimento de voto a distância, conforme previsto na Resolução CVM 081. Assim, o acionista que optar por exercer direito de voto a distância por meio do Boletim de Voto a Distância, poderá preenchê-lo observadas as orientações e enviá-lo, conforme orientações abaixo: (1) À COMPANHIA: juntamente com o Boletim, o Acionista deve enviar os seguintes documentos: (i) Pessoa Física - documento de identidade com foto do acionista ou de seu representante legal: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional. (ii) Pessoa Jurídica (PJ) e Fundos de Investimento (FI) - a) documento de identidade com foto do seu representante legal: RG, RNE, CNH, passaporte e carteira de registro profissional; b) contrato Social ou Estatuto Social consolidado e atualizado (no caso de PJ), ou regulamento consolidado e atualizado do fundo (no caso de FI); e c) documento que comprove os poderes de representação. (2) AO AGENTE DE CUSTÓDIA: para tanto, os acionistas deverão entrar em contato com os seus Agentes de Custódia e verificar os procedimentos por eles estabelecidos para emissão das instruções de voto via Boletim, bem como os documentos e informações por eles exigidos para tal. (3) AO BANCO ESCRITURADOR: essa opção destina-se, exclusivamente, aos Acionistas detentores de ações depositadas no Banco Itaú S.A., que é o banco escriturador da Companhia. O Itaú criou o site Assembleia Digital, uma solução segura onde é possível realizar o voto a distância. Para votar pelo site é necessário realizar um cadastro e possuir um certificado digital. Informações sobre o cadastro e passo a passo para emissão do certificado digital estão descritas no site: <http://www.itaubr.com.br/securitiesservices/assembleiadigital/>. A Companhia alerta que, em qualquer dessas hipóteses, o Boletim de Voto a Distância deverá ser recebido pela Companhia em até, no máximo, 7 dias corridos antes da data de realização da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, ou seja, até as 23h59min do dia 20/04/2023. Para a requisição da adoção de voto múltiplo, o percentual mínimo de participação no capital votante é de 5%, conforme estabelece a Resolução CVM nº. 070/2022. Ainda, nos termos do §1º do artigo 141 da Lei das Sociedades por Ações, o requerimento para adoção do voto múltiplo deverá ser realizado pelos acionistas até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da Assembleia Geral Ordinária. Os documentos a que se refere o Artigo 133 da Lei das Sociedades por Ações, bem como os previstos na Resolução CVM 081 e no Manual para Participação de Acionistas - Assembleia Geral Ordinária encontram-se à disposição dos Senhores Acionistas na sede da Companhia, na unidade descrita no preâmbulo deste edital e nos sites: ([www.cvm.com.br](http://www.cvm.com.br), [www.b3.com.br](http://www.b3.com.br) e [www.slcagricola.com.br/ri/](http://www.slcagricola.com.br/ri/)). Ressalta-se que as orientações detalhadas para o envio do Boletim a cada uma das opções mencionadas acima encontram-se na Proposta de Administração e Manual de Participação em Assembleias, disponível no site de Relações com Investidores da Companhia ([www.ri.slcagricola.com.br](http://www.ri.slcagricola.com.br)) e da CVM (<http://sistemas.cvm.gov.br/>). Porto Alegre, 24/03/2023. Eduardo Silva Logemann - **Presidente do Conselho de Administração.**

## Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

### PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ [agencias@jornaldocomercio.com.br](mailto:agencias@jornaldocomercio.com.br)

✉ [comercial@jornaldocomercio.com.br](mailto:comercial@jornaldocomercio.com.br)

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC

# PUBLICIDADE LEGAL

**IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A.**  
**CNPJ Nº 92.791.243/0001-03 NIRE Nº 4330002799 COMPANHIA ABERTA**  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**  
**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**  
**A SER REALIZADA NO DIA 24 DE ABRIL DE 2023, ÀS 10 HORAS**

Ficam convocados os senhores acionistas da **IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A.** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada no dia 24 de abril de 2023, às 10 horas, de modo **exclusivamente digital**, por meio da plataforma eletrônica Ten Meetings ("Plataforma Digital"), nos termos do disposto no artigo 5º, §2º, inciso I e artigo 28, §§2º e 3º, da Resolução CVM 81/2022, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia:

I) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório da administração, e do relatório dos auditores independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2022;

II) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31.12.2022, com a apreciação de orçamento de capital para o exercício social de 2023 e a distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia;

III) Deliberação sobre a fixação do número de membros do Conselho de Administração;

IV) Deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração;

V) Deliberar sobre a fixação do montante da remuneração anual global dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal (se instalado) para o exercício social de 2023;

VI) Instalar o Conselho Fiscal da Companhia no exercício social de 2023, com funcionamento até a próxima Assembleia Geral Ordinária da Companhia; e

VII) Caso aprovada a matéria do item "VI" acima, eleger 3 (três) membros efetivos e seus respectivos suplentes para compor o Conselho Fiscal da Companhia.

Informamos, em atenção ao disposto na Resolução CVM 70, de 22.03.2022, que é facultado aos acionistas que representem, no mínimo 5% (cinco por cento) do capital social com direito a voto, requerer a adoção do processo de voto múltiplo para eleição do membro do Conselho de Administração, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas da realização da AGO, na forma do Art. 141, § 1º, da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.").

**Instruções Gerais:**

Nos termos do parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei das S.A. e da decisão do I. Colegiado da CVM no processo CVM RJ-2014/3578, em 04 de novembro de 2014, o acionista pode ser representado na assembleia geral: (i) se pessoa natural, por procurador constituído há menos de 1 (um) ano (que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil), (ii) se pessoa jurídica, por seus representantes legais ou por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro, (iii) se fundo de investimento, pelo seu administrador e/ou gestor ou, ainda, por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro.

A participação do acionista poderá ser:

(i) via boletim de voto a distância ("Boletim de Voto") disponibilizado pela Companhia nos websites da Companhia ([www.irani.com.br/ri](http://www.irani.com.br/ri)), da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)), sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida em cada caso estão mencionadas na Proposta da Administração divulgada em 23 de março de 2023; ou

(ii) virtual, por meio da Plataforma Digital, pessoalmente ou por representante legal ou procurador devidamente constituído, nos termos do artigo 28, §§2º e 3º da Resolução CVM 81, caso em que o acionista poderá: (a) simplesmente participar da AGO, tenha ou não enviado o Boletim de Voto; ou (b) participar e votar na AGO, observando-se que, quanto ao acionista que já tenha enviado o Boletim de Voto e que, caso queira, vote na AGO via Plataforma Digital, todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim de Voto serão desconsideradas.

O acionista ou seu representante legal, objetivando assegurar a sua participação na AGO, deverão acessar o site da Companhia, no endereço <https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=B001A-683DC1C>, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na AGO descritos na Proposta da Administração, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 22 de abril de 2023. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro. Nos termos do §3º do art. 6º da RCV81, os acionistas que não realizarem o procedimento de cadastro para participação no prazo acima mencionado contendo todos os documentos necessários não poderão participar da AGO.

A Companhia esclarece que dispensará a notariação, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista estrangeiro, bastando o upload de cópia simples das vias originais de tais documentos quando do cadastramento do acionista, bem como a tradução simples de referidos documentos estrangeiros.

A Companhia somente admitirá procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico contendo certificação digital que esteja dentro dos padrões do Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ou por outro meio de comprovação da autoria e integridade do documento em forma eletrônica.

As demais orientações e informações para a participação virtual na AGO, bem como todos os documentos relativos à ordem do dia, devem ser consultados na Proposta da Administração da Companhia, disponível nos seguintes endereços eletrônicos: websites da Comissão de Valores Mobiliários - CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) e da Companhia ([www.irani.com.br/ri](http://www.irani.com.br/ri)). Eventuais esclarecimentos poderão ser obtidos por meio do endereço eletrônico [ri@irani.com.br](mailto:ri@irani.com.br) ou pelo telefone +55 (51) 3303-3893 (ramal 1071).

Porto Alegre, 23 de março de 2023.

**IRANI PAPEL E EMBALAGEM S.A.**

**Péricles Pereira Druck**

**Presidente do Conselho de Administração**

## Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

### PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ [agencias@jornaldocomercio.com.br](mailto:agencias@jornaldocomercio.com.br)

✉ [comercial@jornaldocomercio.com.br](mailto:comercial@jornaldocomercio.com.br)

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

☎ (51) 99649-0062



Escaneie o QR Code e entre no site especial de publicidade legal do JC





# TRÊS TENTOS AGROINDUSTRIAL S/A

RELATÓRIO DA DIRETORIA: Apresentamos a V.Sas., o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras reapresentadas acompanhadas do Relatório de Auditoria, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a fim de submeter à apreciação dos Senhores acionistas. Permanecemos à disposição de V.Sas., para quaisquer informações que julgarmos necessárias.

Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (em milhares de reais). As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ativo	Notas	Balanços Patrimoniais			Passivo	Notas	Demonstrações do Resultado			Receitas	Demonstração do Valor Adicionado								
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022			31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado					
Caixa e equiv. de caixa	4.1	723.915	351.590	724.314	Fornecedores	12	1.966.774	1.225.903	1.966.774	17	6.885.262	5.339.317	6.885.839	6.982.742	5.485.258	6.983.318			
Aplicações financeiras	4.2	154.841	739.002	154.841	Instrum. financ. derivativos	8	39.739	39.402	39.739	Custo das mercadorias/ produtos vendidos	17	(5.842.540)	(4.638.263)	(5.842.540)	-	-	-		
Contas a receber clientes	5	1.037.646	701.919	1.037.931	Empréstimos e financiamentos	13	599.144	488.866	599.144	Lucro bruto	17	1.042.722	701.054	1.043.299	(97.480)	(62.550)	(97.480)		
Impostos a recuperar	6	134.967	63.576	134.967	Adiantamentos de clientes	10	16.455	8.789	16.455	Despesas (receitas) operac. liq.	17	(504.890)	(347.460)	(505.648)	6.885.262	5.422.708	6.885.838		
Adiantamentos	7	9.470	686	9.470	Passivo de arrendamento	10	4.887	4.204	6.336	Despesas de vendas	17	(462.920)	(319.965)	(462.994)	-	-	-		
Estoques	7	2.030.031	1.426.503	2.030.031	Obrigações fiscais	17	17.868	13.803	17.823	Despesas administrativas	17	(67.956)	(55.707)	(68.374)	Insumos adquiridos de 3º	17	(5.842.540)	(4.656.467)	(5.842.540)
Instrum. financ. derivativos	8	83.048	25.089	83.048	Obrigações trabalhistas	19	39.592	28.503	39.612	Perda por redução do valor recuperável de contas a receber	17	(620)	-	(620)	Custo mercadorias vendidas	17	(66.867)	(60.522)	(66.867)
Despesas antecipadas	5	5.948	9.662	5.955	Parcelamentos tributários	23	4.173	1.314	4.173	Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	20	25.778	28.212	25.440	Serviços de terceiros	17	57.857	28.212	57.442
Contas a receber partes relacionadas	22	16.490	5.733	16.490	Dividendo a pagar	23	10.937	20.491	10.937	Resultado antes das receitas (desp.) financeiras líquidas e impostos	18	318.952	207.769	318.952	Outras receitas operac.	17	(5.851.550)	(4.688.777)	(5.851.965)
Outros ativos	22	60.172	30.545	60.172	Outros passivos	23	30.937	20.491	30.937	Resultado financeiro, líquido	18	(316.253)	(181.526)	(316.282)	Valor adicionado bruto	18	1.033.712	733.931	1.033.873
<b>Total ativo circulante</b>		<b>4.256.528</b>	<b>3.354.305</b>	<b>4.257.219</b>	<b>Total passivo circulante</b>		<b>2.720.965</b>	<b>1.831.275</b>	<b>2.739.186</b>	Resultado antes das receitas (desp.) financeiras líquidas e impostos	20	31.001	(17.791)	(154)	Retenções	20	(37.403)	(27.464)	(37.746)
<b>Não circulante</b>					<b>Não circulante</b>					Resultado financeiro, líquido	20	31.001	(17.791)	(154)	Depreciação e amortizações	20	318.952	207.769	318.952
Contas a receber clientes	5	1.528	14.757	1.528	Empréstimos e financiamentos	13	496.926	310.834	496.926	Resultado antes dos impostos e contribuições	20	30.906	50.469	30.853	Valor líquido produzido pela entidade	20	996.309	706.467	996.127
Investimentos	9	879	-	-	Passivo de arrendamento	10	10.065	9.669	16.881	Resultado antes dos impostos e contribuições IR e contribuição social	20	31.001	(17.791)	(154)	Valor adic. total a distrib.	20	1.315.261	918.058	1.315.079
Instrum. financ. derivativos	8	1.387	-	-	Parcelamentos tributários	19	4.105	5.276	4.105	Corrente	20	(107)	(68.260)	31.007	Distrib. do valor adicionado	20	214.498	126.444	214.498
Impostos a recuperar	6	173.317	122.059	173.317	Provisões para litígios	21	6.336	2.307	6.336	Diferido	20	(1.001)	68.260	31.007	Pessoal e encargos	20	139.938	37.320	139.938
Depósitos judiciais	21	121	214	121	Capital social	23	1.515.504	1.506.212	1.515.504	Lucro atribuído a:	-	-	-	Remuneração direta	20	66.289	83.348	66.289	
Impostos diferidos	20	123.194	92.187	123.194	Reserva de capital	23	25.086	13.311	25.086	Acionistas controladores	-	-	571.437	Benefícios	20	8.271	5.776	8.271	
Contas a receber partes relacionadas	22	17.400	-	-	Reserva de lucros	23	1.220.368	712.817	1.220.368	Acionistas não controladores	-	-	263	FGTS	20	27.174	26.174	27.174	
Outros ativos	22	1.486	1.092	1.486	Dividendos adicionais propostos	23	53.066	-	53.066	Outros resultados abrangentes	-	-	-	Impostos, taxas e contrib.	20	45.519	59.515	45.517	
<b>Total do realizável a LP</b>		<b>301.732</b>	<b>247.709</b>	<b>300.853</b>	Ajustes de avaliação patrimonial	23	2.952	3.900	2.952	Outros resultados abrangentes	-	-	-	Federais	20	(588)	42.440	(536)	
Direito de uso em arrendam.	10	14.472	13.580	14.472	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>2.816.976</b>	<b>2.236.240</b>	<b>2.816.976</b>	Acionistas não controladores	-	-	571.437	Estaduais	20	45.264	15.419	45.264	
Imobilizado	11	1.482.306	779.552	1.500.336	Capital social	23	1.515.504	1.506.212	1.515.504	Outros resultados abrangentes	-	-	-	Municipais	20	843	1.656	843	
Intangível	11	341	455	341	Reserva de capital	23	25.086	13.311	25.086	Acionistas não controladores	-	-	-	Juros e encargos financ.	20	279.389	134.318	279.389	
<b>Total ativo não circulante</b>		<b>1.798.845</b>	<b>1.041.296</b>	<b>1.824.770</b>	Reserva de lucros	23	1.220.368	712.817	1.220.368	Outros resultados abrangentes	-	-	-	Variação cambial	20	133.936	45.168	133.936	
<b>Total do ativo</b>		<b>6.055.373</b>	<b>4.395.601</b>	<b>6.081.989</b>	Dividendos adicionais propostos	23	53.066	-	53.066	Outros resultados abrangentes	-	-	-	Aluguéis e arrendamentos	20	145.453	89.150	145.453	

Reservas de lucros	Capital Social	Reserva de Reserva de Reser.	Reserva de Investimentos	Reserva de Princes	Divid. Adicionais	Ajuste Avaliação Patrimonial	Lucros Acumul.	Acionistas não controladores		Total Consolidado
								Total Controladora	Total Controladores	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	400.000	-	3.045	307.285	11.800	4.847	947	712.132	712.132	-
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(947)	947	-	-	0
Aumento de capital, através da integralização em IPO	1.152.941	-	-	-	-	-	-	1.152.941	1.152.941	0
(-) Custos com a emissão de ações	(46.729)	-	-	-	-	-	-	(46.729)	(46.729)	0
Impostos diferidos s/custos com emissão de ações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	430.306	430.306	430.306	0
Const. de res. para incentivos fiscais	-	-	-	431.253	(11.800)	-	(431.253)	-	-	0
Despesas c/outorgas de plano de ações	-	13.311	-	-	-	-	-	13.311	13.311	0
Dividendos pagos	-	-	-	(25.721)	-	-	(25.721)	-	-	0
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.506.212	13.311	3.045	712.817	-	3.900	948	2.236.240	2.236.240	0
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(948)	948	-	-	0
Aumento de capital, através do exercício de Stock Options	4.689	-	-	-	-	-	-	4.689	4.689	0
Aumento de capital, através da integralização - Follow On	4.800	-	-	-	-	-	-	4.800	4.800	0
Aumento de capital em Controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.842
(-) Custos com a emissão de ações	(298)	-	-	-	-	-	-	(298)	(298)	0
Impostos corrente sobre custos com emissão de ações	101	-	-	-	-	-	-	101	101	0
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	571.437	571.437	571.437	(263)
Constituição reserva p/incentivos fiscais	-	-	-	479.519	53.066	-	-	(479.519)	-	-
Constituição de reserva legal	-	9.411	-	26.216	9.411	-	-	(9.411)	-	-
Dividendo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(4.173)	(4.173)	0
Dividendo adicional proposto	-	-	-	53.066	-	-	-	(53.066)	-	-
Constituição de reservas	-	-	26.216	26.216	53.066	-	-	(26.216)	-	-
Despesa outorga plano de ações	-	11.775	-	-	-	-	-	11.775	11.775	0
Distribuição de dividendos	-	-	-	(7.595)	-	-	-	(7.595)	(7.595)	0
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.515.504	25.086	12.456	1.273.434	-	2.952	-	2.816.976	2.816.976	1.579

## Notas Explicativas (em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. **Contexto operacional:** A Três Tentos Agroindustrial S.A. ("Companhia"), CNPJ 94.813.102/0001-70, com sede na Av. Principal nº 187, Distrito Industrial em Santa Bárbara do Sul/RS, foi constituída em 12/08/1992, teve seu contrato social registrado na JUCERGS em 14/10/1992 sob nº 43.202.481.056. A Companhia se tornou uma sociedade anônima de capital fechado em 2 de agosto de 2011, através de alteração contratual com modificação de tipo jurídico de limitada para sociedade anônima, registrada na JUCERGS sob novo nº NIRE 43.300.053.504. Tem como atividade principal a comercialização e exportação de grãos, a comercialização de insumos e o beneficiamento e comercialização de sementes de cereais, oleaginosas e fabricação de farelo, óleo e biodiesel, bem como a prestação de serviços referente a análise e correção de solo. Registro de oferta pública de ações: Em 23 de fevereiro de 2021, a Companhia realizou o protocolo do pedido de registro de Oferta Pública de Distribuição Primária e Secundária de Ações Ordinárias de Emissão junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), concomitantemente ao pedido de registro de companhia aberta - categoria A. Em 20 de abril de 2021, considerando o contínuo impacto nas condições de mercado, a Companhia realizou o protocolo do pedido de interrupção da oferta junto à CVM, sem prejuízo da continuidade do seu registro de companhia aberta categoria A. Em 21 de junho de 2021, a Companhia obteve o registro de companhia aberta junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Em 23 de junho de 2021, a Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Companhia ("AGE"), aprovou a realização de oferta pública de distribuição primária e secundária de ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e livres e desembargadas de quaisquer ônus ou gravames ("Ações"), de emissão da Companhia, observado que a quantidade de Ações inicialmente ofertadas poderia ser acrescida em virtude da possibilidade de colocação das Ações Adicionais e das Ações do Lote Suplementar (conforme definidas na ata da AGE), com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476 ("Oferta Restrita"). A Oferta Restrita consistiu na distribuição pública: (i) primária de 94.117.647 Ações ("Oferta Primária"); e (ii) secundária de, inicialmente, 15.686.275 Ações de titularidade de determinados acionistas vendedores pessoas físicas. O preço por ação e a aprovação do aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado estabelecido no seu Estatuto Social, foram aprovados em reunião do Conselho de Administração realizada em 7 de julho de 2021. Em razão do aumento do capital social da Companhia no âmbito da Oferta Restrita, o novo capital social passa a ser de R\$ 1.552.941, dividido em 494.117.647 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Em 12 de julho de 2021, a Companhia concluiu seu processo de IPO com o início da negociação das ações na B3 - Novo Mercado, com a liquidação financeira da transação tendo ocorrido em 13 de julho de 2021. Em 11 de agosto de 2021, a Companhia emitiu um Comunicado ao Mercado informando sobre a liquidação do processo de estabilização e, com isso, foi acrescido um lote suplementar equivalente a 1,8670% do total das ações inicialmente ofertadas, ou seja, em 2.050.000 ações de titularidade dos acionistas vendedores, nas mesmas condições e pelo mesmo preço das ações inicialmente ofertadas, em razão do exercício parcial da opção de ações do Lote Suplementar (conforme definido nos Fatos Relevantes da Oferta Restrita), destinadas, exclusivamente, às atividades de estabilização do preço das ações ordinárias de emissão da Companhia. Em razão da conclusão da Oferta Restrita, considerando a colocação das Ações do Lote Suplementar, um montante de 111.853.922 ações ordinárias de emissão da Companhia, representativas de, aproximadamente, 22,6371% do seu capital social, estavam em circulação no mercado no encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Em 31 de janeiro de 2022, a Companhia realizou oferta pública de distribuição primária de ações. A oferta consistiu na distribuição de 500.000 ações nos termos da Instrução CVM nº 400. A oferta foi realizada com o objetivo de liberar a ampla negociação das ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação na B3, inclusive, por investidores de varejo. A aprovação do preço por ação e do aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado estabelecido no seu Estatuto Social, foram aprovados em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 31 de janeiro de 2022, sendo a liquidação da oferta realizada em 03 de fevereiro de 2022. Em razão do aumento do capital social da Companhia no âmbito da Oferta Pública, o novo capital social passa a ser de R\$ 1.557.741 (sem efeito de custos de transação), dividido em 494.617.647 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Exercício de opções de compra de ações ordinárias: Em 24 de março de 2022, foi aprovado em reunião do Conselho de Administração, o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do seu capital autorizado, no montante de R\$ 3.088 por meio da emissão de 1.600.000 novas ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, inscritas e integralizadas pelos administradores e empregados da Companhia participantes do Primeiro Programa do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, em decorrência do exercício de opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia ao preço por ação de R\$ 1,93. Em 23 de dezembro de 2022, foi aprovado em reunião do Conselho de Administração, o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 1.600 por meio da emissão de 800.000 novas ações ordinárias nominativas, inscritas e integralizadas por participante do Primeiro Programa do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia, em decorrência do exercício de opções de compra de ações ordinárias de emissão da Companhia ao preço por ação de R\$ 2. 1.1. **Relação de entidades controladas:** Durante o segundo trimestre de 2022 foram criadas empresas controladas pela Companhia. Essas empresas foram criadas com a finalidade de complementar e suportar as atividades principais da Companhia. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas diretas e indiretas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

Empresas Diretas:	Atividade principal	Localização	Participação acionária %
Tentos Participações Ltda.	Holdings de instituições não-financeiras	Santa Bárbara do Sul - RS	100%
Tentos Holding Financeira de Participações Ltda.	Holdings de instituições financeiras	Jul - RS	100%
Controladas Indiretas:			
Empresas	Atividade principal	Localização	Participação acionária %
Tentos Promotora de Vendas Ltda.	Promoção de vendas	Jul - RS	100%
Mates Locações Aéreas Ltda.	Locação de aeronaves sem tripulação	Santa Bárbara do Sul - RS	18%
Tentos Corretora de Seguros Ltda.	Corretagem de seguros, planos de previdência complementar e saúde	Jul - RS	80%

As práticas contábeis adotadas pelas empresas controladas são consistentes com as práticas adotadas pela Companhia. As informações contábeis das controladas utilizadas para consolidação têm a mesma data-base da controladora.

2. **Apresentação e resumo das principais práticas contábeis:** 2.1. **Base de preparação, mensuração e apresentação das demonstrações financeiras:** Declaração de conformidade. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2022. A Companhia está apresentando neste conjunto de demonstrações financeiras, o último exercício comparativo, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, para permitir ampla comparabilidade de suas informações financeiras conforme práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"). Em 09 de fevereiro de 2023, a Administração concedeu a autorização para a conclusão das demonstrações financeiras. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota Explicativa 3. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. A Administração da Companhia entende que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão devidamente evidenciadas e correspondem às utilizadas em sua gestão, conforme previsto na orientação técnica CPC 7, aprovada pela Deliberação CVM nº 727/14, atendendo aos requerimentos mínimos e, ao mesmo tempo, divulgando somente informações relevantes, que auxiliem os leitores na tomada de decisões. Portanto, todas as informações relevantes usadas na gestão do negócio estão evidenciadas neste documento. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens abaixo que estão mensurados ao valor justo por meio do resultado: - Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo (nota explicativa 14); - Contas a receber de clientes provenientes de cédulas de crédito de produtor rural (CPRs) (nota explicativa 05); - Contas a pagar a fornecedores atreladas a variação do preço de commodities, denominados fornecedores a fixar (nota explicativa 12); e - Estoques de commodities agrícolas (nota explicativa 07). A Companhia aplicou as práticas contábeis descritas nesta demonstração financeira de maneira consistente nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. 2.2. **Base de consolidação:** Controladas: A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle

Fluxo de caixa das atividades operacionais:	Notas
---	-------

**Continuação** Três Tentos Agroindustrial S/A - CNPJ 094.813.102/0001-70

Vida útil em anos	Taxa de depreciação média ponderada
Máquinas e equipamentos	15 6,67%
Edificações e instalações	60 1,67%
Veículos leves	5 20%
Veículos Pesados	10 10%
Móveis e utensílios	10 10%
Equipamentos de computação	5 20%

reconhecidos no resultado. **Custos subsequentes:** Custos subsequentes são capitalizados apenas quanto é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. **Depreciação:** A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e imobilizado em andamento). Os terrenos não sofrem depreciação. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. A depreciação é reconhecida no resultado.

**2.9. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações pela aquisição de bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante. As contas a pagar referente a compra de mercadorias de revenda de insumos agrícolas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado. As contas a pagar referente a compra de commodities agrícolas com preço a fixar ("fornecedores a fixar de commodities"), são registradas pelo valor justo na data de recebimento dos produtos pela Companhia e, subsequentemente, o valor justo dessas contas a pagar atreladas à variação do preço das commodities é ajustado pela cotação da commodity no mercado físico, em contrapartida do custo das mercadorias e produtos vendidos. **2.10. Empréstimos e financiamentos:** Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.11. Provisões:** **Genral:** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou constituída) em virtude de eventos passados, é provável que seja necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação, e seja possível fazer uma estimativa confiável do valor dessa obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsada, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro ou por outro meio, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **Provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas:** Provisões da Companhia são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais e administrativos para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Companhia tendo por base a natureza das ações nas quais está envolvida, e sustentada pela opinião de seus assessores jurídicos, divulga seus passivos contingentes para os quais possui expectativa de perda possível. Para estas ações não são constituídas provisões para eventuais perdas, conforme estabelecido pelo CPC 25 (IAS 37). **2.12. Instrumentos financeiros:** (i) **Ativos financeiros:** Reconhecimento inicial e mensuração: As contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um contante a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. Assim sendo, um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR), os custos de transação são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Os demais ativos financeiros ou passivo financeiro é primeiramente reconhecido ao valor justo. **Classificação:** A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros, sendo classificados conforme segue: • Ativos financeiros mensurados a custo amortizado ("CA"); • Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado ("VJR"). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outras contas a receber e instrumentos financeiros derivativos. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere como a gestão de seu ativo financeiro para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. **Mensuração subsequente:** A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma: • Ao custo amortizado: Devem ser mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, se ambas as seguintes condições forem atendidas: a) O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais; e b) Os termos contratuais do ativo financeiro que derem origem em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. • Ao valor justo por meio do resultado: O ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio do resultado, a menos que seja mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou salidas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. **Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou valor dos

fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. **Desreconhecimento:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando: - Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram; ou - Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: a. substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou b. a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e não retém o controle sobre o ativo financeiro. **Redução do valor recuperável de ativos financeiros:** Nas datas do balanço a Companhia avalia a existência de indicadores que determinem se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros possam não ser recuperáveis. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperação como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido após seu reconhecimento inicial, quando este(s) evento(s) de perda tenha(m) impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro em questão. A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do ativo financeiro, exceto para títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses. As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considera informações prospectivas (*forward-looking*). A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: - é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou - o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrer um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos

Tipo de produto / serviço	Natureza e a época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas
<b>Biocombustível</b>	Até 31 de dezembro de 2021, todas as vendas de biodiesel eram efetuadas para a Petrobrás - Petróleo Brasileiro S.A. por meio de leilões bimestrais. A partir de 2022, com o fim dos leilões, as vendas são efetuadas diretamente para os distribuidores, em mercado livre. As distribuidoras obtêm o controle da produção quando os produtos são retirados das dependências da Companhia. As faturas são emitidas naquele momento. Elas devem ser pagas, normalmente, em 30 a 60 dias. Nenhum desconto é concedido.
<b>Farelo de soja e outros produtos</b>	A Companhia determinou que, para os produtos relativos à extração (farelo de soja e outros), o cliente obtém controle da produção quando os produtos são entregues nas dependências do cliente, exceto quando há alguma negociação específica, como em casos de venda para o mercado externo. Os prazos médios para ocorrer a entrega são de em torno de 2(dois) a 5 (cinco) dias. Desta forma, a receita de vendas é reconhecida no momento da emissão da nota fiscal de venda e pode não coincidir com o momento de entrega ou embarque dos produtos.
<b>Revenda de insumos agrícolas (sementes, fertilizantes e defensivos)</b>	No que tange as operações de vendas de insumos agrícolas, existem duas modalidades usuais, sendo elas (i) venda normal, com recebimento financeiro; e (ii) venda na modalidade "barter", no qual a contraprestação a ser recebida será por meio de commodities agrícolas com entrega física (sacas de soja, por exemplo). O preço da transação de venda de insumos é firmado de acordo com o percentual de margem conforme o segmento do produto e considerando as transações ocorridas no mercado. As vendas na modalidade "barter" são convertidas pelo valor justo da commodity na data da transação. No caso de vendas com recebimento financeiro, as faturas são emitidas de acordo com os termos contratuais e geralmente são pagas em 30 a 90 dias ou no prazo safra, dependendo da negociação. Já no caso de vendas na modalidade de "barter", usualmente o prazo para pagamento é atrelado ao ano safra, sendo que o vencimento é usualmente no período de colheita do grão que será entregue como forma de pagamento. Nesses casos, o instrumento que formaliza a operação é uma CPR (Cédula de Produtor Rural). O cliente obtém controle da mercadoria quando os produtos são entregues nas dependências do cliente, exceto se acordado de outra forma. Nos casos de vendas ao mercado externo, o cliente obtém controle da mercadoria no embarque.
<b>Revenda de grãos</b>	A Companhia determinou que, para os produtos relativos à operação de trading (revenda de soja, milho, trigo e outros), o cliente obtém controle da mercadoria quando os produtos são entregues nas dependências do cliente, exceto quando há alguma negociação específica, como em casos de venda para o mercado externo. Os prazos médios para ocorrer a entrega são de em torno de 2(dois) a 5 dias, podendo variar de acordo com a negociação.
<b>Serviço de agricultura digital</b>	A Companhia presta serviço de coleta de solo, análise, geração e interpretação de mapas de fertilidade e posicionando tecnicamente as recomendações de fertilizantes. As faturas são emitidas no momento da prestação do serviço. Elas devem ser pagas, normalmente, em até 30 dias. Nenhum desconto é concedido.

**2.15. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem, principalmente: - **Receitas de juros:** - Despesas de juros; - **Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;** e - **ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.** A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A "taxa de juros efetiva" é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao: - valor contábil bruto do ativo financeiro; ou - ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

**2.16. Tributos:** **Imposto de renda e contribuição social:** **Imposto de renda e contribuição social correntes:** Os ativos e passivos fiscais para o exercício atual são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias. As alíquotas e leis fiscais utilizadas para determinar o valor são aquelas em vigor ou substancialmente em vigor nas datas de encerramento. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de R\$240, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações em valores passíveis de compensação são demonstradas no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização. Algumas das entidades controladas pela Companhia estão enquadradas no regime de lucro presumido, sendo assim o imposto de renda e a contribuição social foram apurados aplicando-se sobre a receita bruta auferida os percentuais fixados na legislação aplicável, de acordo com a atividade das controladas, sendo este resultado acrescido de outras receitas, rendimentos e ganhos de capital. **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** Ativos e passivos fiscais diferidos são apresentados como ativos ou passivos não circulantes e mensurados às alíquotas esperadas para o ano em que o ativo é realizado ou o passivo liquidado com base nas alíquotas que estavam em vigor ou substancialmente em vigor nas datas de encerramento. Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e sobre prejuízo fiscal, na extensão em que seja provável que o lucro tributável seja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e prejuízo fiscal possa ser utilizado. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não

de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: - dificuldades financeiras significativas do devedor; - quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; - reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; ou - probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira. **Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro que está vencido com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de probabilidade de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores de direito da Companhia. (ii) **Passivos financeiros:** **Reconhecimento inicial e mensuração:** Os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao custo amortizado (CA): Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, contas a pagar com partes relacionadas e outros passivos financeiros contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR): Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados ao valor justo, sendo que quaisquer ganhos ou perdas decorrentes das variações no valor justo são reconhecidos no resultado. (iii) **Desreconhecimento e compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Um passivo financeiro é desreconhecido quando sua obrigação contratual é extinta, cancelada ou expirada. A diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. (iv) **Instrumentos financeiros derivativos:** Reconhecimento inicial e mensuração

Política de reconhecimento da receita
A receita é reconhecida em um momento específico no tempo, sendo este quando os produtos são retirados pelo cliente nas instalações da Companhia. O valor da receita reconhecida é estomado para as devoluções eventualmente ocorridas. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos. O direito de recuperar os produtos a serem devolvidos é mensurado ao valor contábil original do estoque, menos os custos esperados de recuperação. O passivo de reembolso, quando ocorrido, está incluído em outros valores a pagar e o direito de recuperar os produtos devolvidos é incluído em estoques.
A receita de vendas é reconhecida em um momento específico no tempo, sendo tal momento usualmente a entrega do produto ao cliente ou o embarque da mercadoria, em casos de vendas para o mercado externo. A cada final de período, a Companhia avalia a necessidade de qualquer ajuste nas receitas reconhecidas em função de ainda não ter sido satisfeita a obrigação de desempenho. O valor da receita reconhecida é estomado para as devoluções eventualmente ocorridas. Nessas circunstâncias, um passivo de devolução e um direito de recuperar o ativo a ser devolvido são reconhecidos.
A receita de vendas é reconhecida em um momento específico no tempo, sendo esse momento usualmente o momento de entrega do produto ao cliente tanto nos casos de vendas normais como nos casos de operações de "barter". Nos casos de operações de "barter", a qual consiste na essência de vender ao produtor insumos agrícolas que ele irá utilizar no plantio de sua lavoura e receber o pagamento da referida venda de tais insumos por meio dos grãos que serão colhidos, o insumo agrícola vendido é usualmente entregue ao produtor em sua propriedade ou em algumas negociações, os produtores reitam nas dependências da Companhia.
A receita de vendas é reconhecida em um momento específico no tempo, sendo tal momento usualmente a entrega do produto ao cliente ou o embarque da mercadoria, em casos de vendas para o mercado externo. O valor da receita reconhecida é estomado para as devoluções eventualmente ocorridas. A cada final de período a Companhia avalia a necessidade de qualquer ajuste nas receitas reconhecidas em função de ainda não ter sido satisfeita a obrigação de desempenho.
A obrigação de performance é cumprida em momento específico no tempo, sendo tal momento usualmente a prestação do serviço ao cliente. O serviço é geralmente prestado de maneira pontual, sendo a emissão da Nota Fiscal e reconhecimento da Receita concomitante a conclusão dele.

Essa demonstração é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, e de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, e como informação suplementar às demonstrações financeiras para fins de IFRS. **2.20. Subvenções governamentais:** Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. O efeito das subvenções governamentais reconhecido no resultado do exercício está apresentado líquido das despesas as quais são relacionadas. No caso dos créditos presumidos de ICMS, PIS e COFINS, bem como das isenções e reduções de base de cálculo de ICMS, o efeito está apresentado como redução dos impostos sobre venda e, portanto, dentro da rubrica de receita operacional líquida. Já no que tange aos incentivos de diferimento de ICMS, os quais são relacionadas às compras de determinados produtos, o efeito do incentivo fiscal está apresentado como uma redutora do custo dos produtos vendidos. As premissas e métodos de cálculos das subvenções governamentais estão descritas na nota explicativa 25. **2.21. Classificação circulante versus não circulante:** A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade; • Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; • Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e • E caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) (IAS 7) Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando: • Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade; • Está mantido essencialmente para a finalidade de ser saldato; • Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e • A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Alíquotas	17% a 17,5%
Imposto sobre circulação de mercadorias (ICMS)	7,6%
Contribuição para Seguridade Social (COFINS)	1,65%
Programa de Integração Social (PIS)	14%
INSS	5%
ISSQN	5%

Nas demonstrações do resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos.

**2.17. Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis (Impairment):** No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Para a data do balanço, a Companhia avaliou a existência de indicadores de que seus ativos, com vida útil definida, pudessem apresentar desvalorização significativa. Como resultado da referida análise, não foram identificadas situações que indiquem que os ativos estejam registrados contabilmente por um valor superior àquele passível de ser recuperado por uso ou por venda. **2.18. Demonstração dos fluxos de caixa (DFC):** A demonstração dos fluxos de caixa foi elaborada pelo método indireto, e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2) (IAS 7). Conforme política contábil definida pela Companhia, os juros pagos relacionados aos empréstimos e financiamentos são apresentados como atividade de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa, sendo tal apresentação efetuada de forma consistente e comparativa aos exercícios anteriores.

**2.19. Demonstração do valor adicionado (DVA):** A DVA tem o objetivo de demonstrar o valor da riqueza gerada pela Companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração desse montante, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

**subsequente:** A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como por exemplo, contratos de moeda a termo, contratos de commodity a termo e contratos futuros em bolsa (CBOT), para proteger seus riscos de taxa de câmbio e preços de commodities. Esses instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos a valor justo na data em que o derivativo é contratado, sendo subsequentemente mensurados a valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado. Os derivativos são contabilizados como ativos financeiros quando o valor justo for positivo e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo. **2.13. Valor justo:** A Companhia mensura instrumentos financeiros (como, por exemplo, derivativos, contas a receber de cédulas de crédito de produtor rural - CPR e fornecedores de commodities a fixar) ao valor justo em cada data de reporte. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá. • No mercado principal para o ativo ou passivo; e • Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia. A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis. Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2 - *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e • Nível 3 - *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação. Para fins de divulgações do valor justo, a Companhia determinou classes de ativos e passivos com base na natureza, características e riscos do ativo ou passivo e o nível da hierarquia do valor justo, conforme acima explicado. **2.14. Reconhecimento da receita:** O CPC 47 (IFRS 15) - Receita de Contrato com Cliente estabelece um modelo que visa evidenciar se os critérios para a contabilização foram ou não satisfeitos. As etapas deste processo compreendem: (i) A identificação do contrato com o cliente; (ii) A identificação das obrigações de desempenho; (iii) A determinação do preço da transação; (iv) A alocação do preço da transação; e (v) O reconhecimento da receita mediante o atendimento da obrigação de desempenho. Considerando os aspectos acima, as receitas são registradas pelo valor que reflete a expectativa que a Companhia tem de receber pela contrapartida dos produtos e serviços oferecidos aos clientes. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre a venda. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que atua como principal em todos os seus contratos de receita. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento significativas e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.



**Continuação** Três Tentos Agroindustrial S/A - CNPJ 094.813.102/0001-70

		Controladora Consolidado		Controladora			Consolidado		
		31/12/2022	31/12/2021	Emprestimos e Financiamentos	Dividendos	Passivo de Arrendamento	Emprestimos e Financiamentos	Dividendos	Passivo de Arrendamento
<b>10. Direito de uso e passivo de arrendamento:</b> De acordo com o CPC 06 (R2)/IFRS 16, os arrendamentos referem-se ao direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo, que compreende o valor inicial do passivo de arrendamento. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento. Além disso, o ativo de direito de uso é ajustado para determinadas reavaliações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento, descontados pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento a valor presente pelas taxas que variam de 6,10% a 16,25% a.a., calculadas considerando a "curva ponderada do CDI/Pré", somado ao risco de crédito da Companhia e a um spread de risco do ativo subjacente. A depreciação é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente dos contratos com prazo médio de 5 anos. A Companhia mantém ativos e passivos decorrentes dos contratos de arrendamento de lojas comerciais e escritórios, distribuídos entre os estados do Rio Grande do Sul, Mato Grosso e São Paulo. Dentre esses, durante o exercício de 2022, reconheceu direito de uso de dois imóveis localizados na controladora o que representou um incremento de R\$ 3.573 e mais um bem no consolidado, totalizando R\$ 12.504. A movimentação dos ativos de direito de uso no período findo em 31 de dezembro de 2022 e o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 está apresentada abaixo:									
	Saldo em 31/12/2021	13.580	13.580						
	Adições de novos contratos	3.573	12.504						
	Remensuração de contratos	1.987	1.987						
	(-) Amortização do ativo de direito de uso	(4.668)	(4.734)						
	Saldo em 31/12/2022	14.472	23.337						
	Até 1 ano	4.887	6.936						
	De 1 a 2 anos	3.359	5.162						
	De 2 a 3 anos	2.634	4.437						
	De 3 a 4 anos	528	2.331						
	De 4 a 5 anos	466	1.873						
	Passivo não circulante	3.078	3.078						
	Saldo em 31/12/2022	14.952	23.817						

**11. Imobilizado:** 11.1. Controladora:

		Controladora Consolidado		Controladora			Consolidado		
		31/12/2022	31/12/2021	Imobilizado em andam.	Outros	Total	Imobilizado em andam.	Outros	Total
	Saldo em 31/12/2020	24.895	200.223	2.630	102.346	508.754	2.630	102.346	508.754
	Adições	2.300	789	1.904	234	362.832	1.904	234	362.832
	Baixas	-	(477)	(17)	-	(47)	(17)	-	(47)
	Transferências (-)	2.590	44.336	262	264	(88.854)	262	264	(88.854)
	Saldo em 31/12/2021	29.785	244.871	3.843	2.630	102.346	3.843	2.630	102.346
	Adições	552	1.285	1.904	234	362.832	1.904	234	362.832
	Baixas	-	(477)	(17)	-	(47)	(17)	-	(47)
	Transferências (-)	18.613	30.089	262	264	(88.854)	262	264	(88.854)
	Saldo em 31/12/2022	48.950	275.735	3.843	2.630	102.346	3.843	2.630	102.346

**11.2. Consolidado:**

		Controladora Consolidado		Controladora			Consolidado		
		31/12/2022	31/12/2021	Imobilizado em andam.	Outros	Total	Imobilizado em andam.	Outros	Total
	Saldo em 31/12/2020	24.895	200.223	2.630	102.346	508.754	2.630	102.346	508.754
	Adições	2.300	789	1.904	234	362.832	1.904	234	362.832
	Baixas	-	(477)	(17)	-	(47)	(17)	-	(47)
	Transferências (-)	2.590	44.336	262	264	(88.854)	262	264	(88.854)
	Saldo em 31/12/2021	29.785	244.871	3.843	2.630	102.346	3.843	2.630	102.346
	Adições	552	1.285	1.904	234	362.832	1.904	234	362.832
	Baixas	-	(477)	(17)	-	(47)	(17)	-	(47)
	Transferências (-)	18.613	30.089	262	264	(88.854)	262	264	(88.854)
	Saldo em 31/12/2022	48.950	275.735	3.843	2.630	102.346	3.843	2.630	102.346

**12. Fornecedores:** Os fornecedores de bens e serviços estão representados por:

		Controladora e Consolidado		Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
	Fornecedores no mercado interno	1.093.976	475.422	1.093.976	475.422	1.093.976	475.422
	Fornecedores no mercado externo	4.261	9.563	4.261	9.563	4.261	9.563
	Fornecedores a fixar de commodities (Nota 8)	868.537	740.918	868.537	740.918	868.537	740.918
	Total	1.966.774	1.225.903	1.966.774	1.225.903	1.966.774	1.225.903

**13. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos estão assim representados:

		Controladora e Consolidado		Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Capitalidade	Data de vencimento						
Modalidade							
Capital de giro	Mar/23 a mar/27	14,89%	386.861	171.978	153.591	171.978	153.591
Financiamentos	Jan/23 a jul/35	11,50%	20.514	27.421	122.820	27.421	122.820
Adiantamento contrato de câmbio	mar/23	2,80%	45.694	108.115	-	-	-
Adiantamento p/exportação	Mar/23 a mai/25	11,78%	146.075	99.636	181.352	34.423	181.352
Total			599.144	496.926	488.866	310.834	488.866

**14. Instrumentos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. As atividades da Companhia expõem a riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros, sendo eles respectivamente risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, sendo tais riscos mitigados pela administração, buscando minimizar e projetar possíveis efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. As operações realizadas pela Companhia através de instrumentos financeiros são demonstradas abaixo.

		Controladora Consolidado		Controladora			Consolidado		
		31/12/2022	31/12/2021	Ativos financeiros	Custo amortizado	Contas a receber	Ativos financeiros	Custo amortizado	Contas a receber
	Saldo em 31/12/2021	1.987	1.987	1.143.599	1.297.061	557.075	1.143.599	1.297.061	557.075
	Adições de novos contratos	3.573	12.504	723.915	351.590	1.122.646	723.915	351.590	1.122.646
	Remensuração de contratos	1.987	1.987	154.841	739.002	154.841	154.841	739.002	154.841
	Realizações dos juros s/passivo de arrendamento	1.471	1.496	179.378	180.666	179.378	179.378	180.666	179.378
	(-) Pagamentos	(5.952)	(6.043)	(83.048)	(21.183)	(83.048)	(83.048)	(21.183)	(83.048)
	Saldo em 31/12/2022	14.952	23.817	2.003.395	1.888.146	2.686.399	2.003.395	1.888.146	2.686.399
	Passivo circulante	4.887	6.936	859.796	591.085	1.144.068	859.796	591.085	1.144.068
	Passivo não circulante	10.065	16.881	1.143.599	1.297.061	1.542.331	1.143.599	1.297.061	1.542.331

**15. Gestão de risco:** Considerações gerais sobre a gestão de riscos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição a esses riscos. **Contratos a termo - commodities** - Os valores classificados como contratos a termo de commodities referem-se ao valor justo de operações de compra e venda futura de commodities através de contratos a termo junto a produtores rurais e clientes.

**16. Metodologia utilizada para mensuração do impacto**

Risco	Exposição	Análise de sensibilidade	Gestão
Risco de mercado - câmbio	Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira	Análise de sensibilidade	Operações de swap sobre emprést. e análise da exposição líquida
Risco de mercado - taxa de juros	Equivalentes de caixa e empréstimos com taxas variáveis	Análise de sensibilidade	Análise exposição líquida
Risco de mercado - volatilidade no preço de commodities	Estoques e operações atreladas a commodities agrícolas	Análise de sensibilidade	Estoques, CPR, fornecedores a fixar de commodities, contratos futuros e a termo
Risco de crédito	Contas a receber de clientes, instrum. financeiros derivativos	Análise de vencimento e avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras e monitoramento dos limites de crédito/ratings
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis

**17. Exposição líquida a variações de preço das commodities**

		Controladora e Consolidado		Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Soja	2.174	74	3.765	1.713	264	2.342	1.713
Milho	737	159	4	902	93	2	902
Trigo	3.598	757	108	2.048	259	91	2.048
Total	(646)	(555)	(1.963)	(1.067)	(377)	(1.512)	(1.067)

**18. Instrumento financeiro**

		Controladora e Consolidado		Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Soja	2.174	74	3.765	1.713	264	2.342	1.713
Milho	737	159	4	902	93	2	902
Trigo	3.598	757	108	2.048	259	91	2.048
Total	(646)	(555)	(1.963)	(1.067)	(377)	(1.512)	(1.067)

**19. Outros estoques**

		Controladora e Consolidado		Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Estoque - soja semente *	17	594,00	10,087	742,50	2,522	891,00	5,044
Estoque - trigo semente *	358	190,00	68,177	237,50	17,008	285,00	34,017
Estoque - óleo ***	5	6.428,00	33,765	8.035,00	8,441	9.642,00	16,882
Estoque - farelo **	11	2.612,00	28,431	3.265,00	7,108	3.918,00	14,217
Estoque - outras sementes **	133	119,36	25,646	149,20	3,959	179,04	7,917

**20. Instrumento financeiro**

		Controladora e Consolidado		Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Câmbio a realizar	9.209	-	-	9.209	-	9.209	-
Bancos	13.314	-	-	13.314	-	13.314	-
Aplicações no exterior	32.713	-	-	32.713	-	32.713	-
Corretoras	2.969	-	-	2.969	-	2.969	-
Clientes	21.633	-	-	21.633	-	21.633	-
Fornecedores	(817)	-	-	(817)	-	(817)	-
Empréstimos e financiamentos	(12.404)	-	-	(12.404)	-	(12.404)	-
Exposição líquida a variação cambial	66.817	-	-	66.817	-	66.817	-
Swap (Notional)	14.498	-	-	14.498	-	14.498	-
NDF (Notional)	331	-	-	331	-	331	-

**21. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento:**

		Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo em 31 de dezembro de 2020	641.555	11.800	994	641.555	11.800
Alterações que afetam caixa	65.281	(25.721)	(5.387)	65.281	(25.721)
Pagamento de Dividendos	-	-	-	-	-
Passivo de arrendamento pagos	-	-	(5.387)	-	(5.387)
Empréstimos captados	875.548	-	-	875.548	-
Empréstimos e financiamentos pagos	(810.267)	-	-	(810.267)	-
Alterações que não afetam caixa	92.864	13.921	18.266	92.864	13.921
Passivo de arrendamento - Adição/Baixa	-	-	16.774	-	16.774
Variação monet. e encargos s/empréstimos	80.258	-	-	80.258	-
Juros sobre passivo de arrendamento	-	-	1.492	-	1.492
Juros capitalizados	12.606	-	-	12.606	-
Dividendos	-	13.921	-	-	13.921
Saldo em 31 de dezembro de 2021	799.700	-	13.873	799.700	-

**22. Instrumento financeiro**

		Controladora e Consolidado		Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Soja	2.174	74	3.765	1.713	264	2.342	1.713
Milho	737	159	4	902	93	2	902
Trigo	3.598	757	108	2.048	259	91	2.048
Total	(646)	(555)	(1.963)	(1.067)	(377)	(1.512)	(1.067)

**23. Outros estoques**

		Controladora e Consolidado		Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022			



**Continuação**

quinhentos e cinquenta e dois milhões e novecentos e quarenta e um mil) dividido em 494.118 milhões de ações ordinárias. A movimentação da capital social e das ações integralizadas está assim apresentada.

	Quant. de	
	R\$ mil	ações (mil)
RCA 07/07 - Aumento de capital	400.000	400.000
31 de dezembro de 2021	1.152.941	94.118
RCA 31/01 - Aumento de capital	1.562.941	494.118
RCA 24/03 - Aumento de capital	4.800	500
RCA 23/12 - Aumento de capital	3.088	1.600
31 de dezembro de 2022	1.600	800
	1.562.429	497.018

Em conexão com seu processo de IPO, realizado no terceiro trimestre de 2021, a Companhia incorreu em custos de transação com a emissão de ações no montante de R\$ 70.801 (R\$ 46.729, líquido dos efeitos tributários), os quais foram registrados em contrapartida ao patrimônio líquido, na rubrica do capital social, conforme CPC 08 (R1) (IAS 32). Em 31 de dezembro de 2022, realizou a oferta pública de distribuição primária de ações nos termos da Instrução CVM nº 400. Esta nova oferta incorreu em custos de transação com a emissão de ações no montante de R\$ 298 (R\$ 196, líquido dos efeitos tributários), os quais foram registrados em contrapartida ao patrimônio líquido. O quadro abaixo demonstra a composição do capital social da Companhia:

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Capital social	1.562.429	1.562.941
(-) Custos com a emissão de ações	(71.099)	(70.801)
Efeito tributário s/custos c/emissão de ações	24.174	24.072
Total	1.515.504	1.506.212

**Ajuste de avaliação patrimonial:** Refere-se a ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, líquidos dos respectivos impostos diferidos, totalizando R\$ 2.952 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 3.900 em 31 de dezembro de 2021). **Reserva de capital:** A reserva de capital foi constituída em decorrência da implementação do plano de ações da Companhia, conforme Nota 26, sendo registrado o montante de R\$ 25.086 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 13.311 em 31 de dezembro de 2021). **Reserva de lucros:** Reserva para incentivos fiscais - As reservas de incentivos fiscais estão classificadas conforme sua origem: (i) Crédito presumido de ICMS: Refere-se ao incentivo fiscal do crédito presumido de ICMS decorrente do Decreto 37.699/97, conforme descrito na Nota 25. Em 18 de maio de 2021, a Companhia obteve trânsito em julgado em Mandado de Segurança, no qual, entende a Companhia, que foi reconhecido tratamento diferenciado em relação aos demais benefícios fiscais que frui. A decisão está baseada no fundamento de que a incidência de tributo federal sobre o incentivo fiscal de ICMS seria uma violação do pacto federativo (art. 150, VI, a, da CF), ou seja, houve o reconhecimento do direito à não tributação definitiva desses incentivos. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reverteu tal reserva amparada na sua decisão judicial que garante a não tributação definitiva dos incentivos, e dessa forma ser dispensada a obrigação de constituição de reserva para esse fim. Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia havia constituído reserva para incentivos fiscais referente ao benefício do crédito presumido de ICMS, no valor de R\$ 68.205, (ii) Isenção e redução de base de cálculo do ICMS: Refere-se aos incentivos fiscais de isenção e redução de base de cálculo do ICMS decorrentes dos convênios ICMS n. 100 de 1997 e n. 52 de 1991, descritos na Nota 25, classificadas como subvenção para investimentos, sendo constituída em atenção aos comandos do artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 30 da Lei 12.973/14. Tal reserva é constituída observado o limite do lucro contábil acumulado no exercício e somente poderá ser utilizada para: i) absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucros, com exceção da Reserva Legal, ou ii) aumento do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia constituiu reserva para incentivos fiscais referente aos benefícios de isenção e redução de base de cálculo do ICMS, no valor total de R\$ 341.286 (R\$ 333.691 líquido do efeito da distribuição de dividendos), sendo deste total R\$154.351 originado da reversão da reserva do crédito presumido de ICMS e R\$ 186.935 originados do resultado do exercício de 2022. Em 31 de dezembro de 2021 o valor registrado era de R\$ 319.399 (R\$ 305.478, líquido do efeito da distribuição de dividendos). (iii) Diferimento da tributação do ICMS: Refere-se aos incentivos fiscais de diferimento da tributação do ICMS decorrentes das operações de farelo e fertilizantes. No caso do farelo, o ICMS está dispensado quando da entrada da soja (matéria prima do farelo) com diferimento nos termos do artigo 3º, do Livr III, Título I, inciso I, do RICMS/RS, classificado como subvenção para investimento nos termos do art. 30 da lei 12.973/14. Valor apurado proporcionalmente sobre as vendas do subproduto farelo (operação subsequente) destinadas à exportação (operação com direito a manutenção do crédito), conforme demonstrativo das compras, transformação e vendas do mês. No caso do fertilizante, o ICMS está dispensado quando da entrada de mercadoria com diferimento nos termos do artigo 3º, do Livr III, Título I, do RICMS/RS, reconhecido por ocasião da venda da mercadoria/produto, em atenção do princípio da confrontação das receitas com os custos, classificado como subvenção para investimento nos termos do art. 30 da lei 12.973/14. Essa reserva é constituída observado o limite do lucro contábil acumulado no exercício e somente poderá ser utilizada para: i) absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais Reservas de Lucros, com exceção da Reserva Legal; ou ii) aumento do capital social. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia constituiu reserva para incentivos fiscais referente ao benefício de diferimento do ICMS, no valor de R\$ 292.584. **Reserva legal:** É constituída anualmente à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, reduzindo a parcela referente à subvenção para investimentos, nos termos do artigo 193 da lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2021, não houve constituição da reserva legal, uma vez que o resultado dos respectivos exercícios foi destinado integralmente à reserva de incentivos fiscais, em atendimento à legislação tributária vigente. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia efetuou a reversão de parcela da reserva para incentivos fiscais, sendo tal parcela revertida referente a reserva constituída relativa ao crédito presumido de ICMS, tendo em vista a natureza desse incentivo e portanto, não seria aplicável a constituição de tal reserva. Com isso, destinou-se o montante de R\$ 4.768 para cobertura da Reserva Legal de anos anteriores. Para o exercício de 2022, foi constituída Reserva Legal de R\$ 4.643 com base no lucro líquido resultante após a constituição das Reservas para incentivos fiscais. Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da Reserva Legal é de R\$ 12.456 (em 31 de dezembro de 2021, o montante de reserva legal foi de R\$ 3.045). **Reserva de investimento:** Reserva de investimento tem a finalidade de financiar a expansão das atividades da Companhia e/ou de suas empresas controladas e coligadas, inclusive por meio da subscrição de aumentos de capital ou criação de novos empreendimentos. Esta reserva obedece aos limites estabelecidos no Estatuto Social da Companhia. Para o exercício de 2022, foi constituída Reserva de Investimento de R\$ 26.216 com base no lucro líquido resultante após a constituição das reservas de incentivos fiscais, reserva legal e destinação do dividendo mínimo obrigatório e dividendos adicionais propostos. **Dividendos:** Em 27 de abril de 2022, a Companhia realizou sua Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, onde aprovou o pagamento de dividendos com destinação dos resultados da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. A distribuição aconteceu com base no saldo da reserva de incentivos fiscais da Companhia, do qual R\$ 21.515 foram destinados para distribuição de dividendos composto por dividendo intercalar. Já pago no mês de setembro de 2021, no valor total líquido de R\$ 13.921 e dividendo complementar pago no valor de R\$ 7.995 em 10 de maio de 2022. Conforme determina o artigo 30, § 2º, da Lei 12.973/14, a Companhia possui a prática de oferecer a tributação do imposto de renda e da contribuição social os valores que integram a base de cálculo dos dividendos distribuídos à conta de reserva para incentivos fiscais. De acordo com o Estatuto Social, o dividendo mínimo obrigatório é computado com base em 5% do lucro líquido remanescente do exercício, após constituições das reservas previstas em lei. Em 31 de dezembro de 2022, o valor destinado como dividendo mínimo obrigatório foi de R\$ 4.173. Adicionalmente, a Companhia propôs a destinação como dividendo adicional proposto o valor de R\$53.066, o qual será objeto de aprovação na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em data futura. Em 31 de dezembro de 2021, o valor do lucro líquido foi integralmente destinado à constituição da reserva para incentivos fiscais. A composição dos cálculos dos dividendos, bem como da destinação do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, é apresentada abaixo:

	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	571.437
Ajuste de avaliação patrimonial	948
<b>Lucro do exercício</b>	<b>572.385</b>
Reserva de subvenção	(479.519)
Reserva legal 2022	(4.643)
Reserva legal anos anteriores	(4.768)
<b>Lucro livre a destinar</b>	<b>83.455</b>
Dividendos obrigatórios	4.173
Dividendo adicional proposto (*)	53.066
<b>Dividendo total</b>	<b>57.239</b>
<b>Saldo destinado a reserva de investimento</b>	<b>26.216</b>

(\*) Proposta da administração a ser deliberada na Assembleia Geral Ordinária.

**24. Lucro por ação:** De acordo com o CPC 41 - Resultado por ação (IAS 33), a tabela a seguir reconcilia o lucro líquido do período com os valores usados para calcular o lucro líquido por ação básico e diluído. A Companhia possui uma categoria de ações ordinárias potenciais dilutivas que se referem aos planos de opções de ações. Para estes planos de opções de ações é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo, com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados aos planos de opções de ações. A quantidade de ações calculadas, conforme descrito anteriormente, é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o período dos planos de opções de ações.

	Controladora	
	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	571.437	430.306
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas (em milhares)	495.835	445.898
Média ponderada do número de ações ordinárias considerando efeitos dilutivos	501.587	451.140
Lucro básico por ação - em reais (R\$)	1,15247	0,96503
Lucro diluído por ação - em reais (R\$)	1,13926	0,95382

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	571.174	430.306
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas (em milhares)	495.835	445.898
Média ponderada do número de ações ordinárias considerando efeitos dilutivos	501.587	451.140
Lucro básico por ação - em reais (R\$)	1,15194	0,96503
Lucro diluído por ação - em reais (R\$)	1,13873	0,95382

**25. Subvenções governamentais:** As subvenções governamentais recebidas pela Companhia correspondem a: (i) incentivos fiscais estaduais de ICMS (crédito presumido, isenções e redução de base de cálculo e diferimento); e (ii) incentivos fiscais federais de PIS e COFINS (créditos presumidos). Os incentivos fiscais estaduais reduzem o lucro tributável na apuração do imposto de renda e da contribuição social, desde que sejam cumpridas certas condições estabelecidas na legislação tributária, incluindo a necessidade ou não de manutenção dos valores relacionados às subvenções em reservas de incentivos fiscais. Especificamente para os incentivos fiscais de isenção e redução da base de cálculo e diferimento do ICMS, ao efetuar a exclusão da apuração do imposto de renda e contribuição social, a Companhia efetua a constituição de reserva para incentivos fiscais no mesmo montante. No quadro abaixo segue detalhamento dos incentivos fiscais reconhecidos no resultado do exercício de 2022.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Incentivos		
Crédito presumido de ICMS sobre farelo e biodiesel	84.300	68.205
Isenções e reduções de base de cálculo de ICMS de insumos	240.657	294.441
Diferimento da tributação do ICMS no farelo e fertilizantes	292.584	-
<b>Total incentivos fiscais estaduais</b>	<b>617.541</b>	<b>362.646</b>
Efeito da exclusão no IRPJ/CSLL - 34% (Nota explicativa 20)	209.964	123.300
Créditos presumidos de PIS/COFINS sobre industrialização de soja	91.686	73.782
<b>Total incentivos fiscais federais</b>	<b>91.686</b>	<b>73.782</b>
<b>Total</b>	<b>709.227</b>	<b>436.428</b>

**Incentivos fiscais estaduais - Crédito presumido de ICMS:** A Companhia apura crédito presumido de ICMS, conforme decreto 37.699/97, do Governo do Estado do RS, calculado com base em 57% sobre o imposto incidente nas vendas de biodiesel, desde que a soja esmagada tenha origem do Estado. Os valores apurados a título de incentivo são registrados na rubrica de ICMS a receber em contrapartida ao resultado, na rubrica de impostos sobre vendas. Em 18 de maio de 2021, a Companhia obteve trânsito em julgado do Mandado de Segurança no qual foi reconhecido que os valores relativos ao crédito presumido de ICMS não integram a base de cálculo do IRPJ e da CSLL ao fundamento de que a incidência de tributo federal sobre o incentivo fiscal de ICMS fedia o princípio do pacto federativo, no montante de R\$ 43.649 referente ao período de 2014 a 2017. Ainda, na referida sentença foi reconhecido o direito à compensação ou restituição administrativa do montante apurado, respeitado o prazo quinquenal, com atualização SELIC para os períodos em que a Companhia apresentou lucro tributado sobre este tipo de benefício. Para os períodos em que a Companhia apresentou prejuízo fiscal, o montante reconhecido refletiu em um aumento do montante de prejuízo fiscal. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o montante total relativo a este incentivo, registrado no resultado foi de R\$ 84.300 e R\$ 68.205, respectivamente. **Isenção e redução de base de cálculo do ICMS:** As subvenções governamentais recebidas pela Companhia correspondentes à isenção e redução de base de cálculo do ICMS são decorrentes dos convênios ICMS nº 100 de 1997 e nº 52 de 1991, com respaldo na Lei Complementar nº 160/2017, que consideram que os incentivos fiscais relativos a isenções e reduções de base de cálculo do ICMS são subvenções para investimentos, desde que atendidas as exigências de registro e depósito no CONFAZ (Conselho Nacional de Política Fazendária) e cujas condições foram devidamente observadas pela Companhia. Em 2020, a Companhia ratificou suas obrigações acessórias dos exercícios de 2015 a 2019 para refletir os efeitos das subvenções governamentais decorrentes da isenção e redução de base de cálculo do ICMS na apuração do imposto de renda e da contribuição social reconhecendo o montante de R\$ 110.382 de créditos de IRPJ e CSLL recolhidos a maior, dos quais R\$ 101.120 referem-se ao valor de principal e R\$ 9.261 aos juros e atualização monetária. Os valores estão apresentados na rubrica de impostos e contribuições a recuperar e foram registrados nos respectivos anos de competência. Em 31 de dezembro de 2022, o montante total apurado relativo a este incentivo e registrado no resultado foi de R\$ 240.657 (R\$ 294.441 em 31 de dezembro de 2021). **Diferimento da tributação do ICMS:** As subvenções governamentais recebidas pela Companhia correspondentes ao diferimento da tributação do ICMS decorrentes das operações de farelo e fertilizantes. No caso do farelo, o ICMS diferido da soja, está dispensando na saída do farelo exportado a responsabilidade de pagamento ICMS anterior de matérias primas diferidas, nos termos do artigo 3º, do Livr III, Título I, inciso I, do RICMS/RS, classificado como subvenção para investimento nos termos do art. 30 da lei 12.973/14. Valor apurado proporcionalmente sobre as vendas do subproduto farelo (operação subsequente) destinadas à exportação (operação com direito a manutenção do crédito), conforme demonstrativo das compras, transformação e vendas do mês. No caso do fertilizante, através do decreto 56227 de 07/12/2021 com vigência a partir de 01 de janeiro de 2022 passou de isenção para diferimento o ICMS, dispensando na saída da mercadoria a responsabilidade de pagamento ICMS anterior, nos termos do artigo 3º, do Livr III, Título I, do RICMS/RS, reconhecido por ocasião da venda da mercadoria/produto, em atenção do princípio da confrontação das receitas com os custos, classificado como subvenção para investimento nos termos do art. 30 da lei 12.973/14. Em 31 de dezembro de 2022, o montante total apurado relativo a este incentivo e registrado no resultado foi de R\$ 292.584. **Incentivo fiscal federal - Crédito presumido de PIS e COFINS:** A Companhia apura crédito presumido de PIS e COFINS, conforme Lei Federal 12.865 de 10/10/2013, disponível para as empresas que industrializam a soja em grão, calculado através da receita de venda de cada produto. No que diz respeito à sua natureza, os créditos presumidos de PIS e COFINS possuem a natureza de subvenção para custos. Os valores apurados a título de incentivo são registrados na rubrica de PIS e COFINS a recuperar em contrapartida ao resultado, na rubrica de impostos sobre vendas. Em 31 de dezembro de 2022, o montante total relativo a este incentivo, registrado no resultado foi de R\$ 91.686 (R\$ 73.782 em 31 de dezembro de 2021).

**26. Pagamento baseado em ações:** Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de fevereiro de 2021, os acionistas da Companhia aprovaram um plano de opção de ações, limitado a 10.000.000 (dez milhões de ações), resultando em uma diluição de até 2,5% do capital social da Companhia. A diluição corresponde ao percentual representado pela quantidade de ações que lastreiam as opções pela quantidade total de ações de emissão da Companhia. O "Primeiro Programa do Plano de Opção de Compra de Ações" foi aprovado pelo Conselho de Administração, com a outorga de 8.000.000 (oito milhões) de opções de compra de ações. Os beneficiários poderão exercer suas opções dentro de até 4 anos contados da respectiva outorga, ocorrida na data de 03 de março de 2021. O período de carência (vesting) é de 1 ano com liberações de 20% anuais a partir do primeiro aniversário. A Companhia tem prazo de 30 dias para a emissão das ações a contar da data da entrega do termo de exercício de opção de ações. O preço do exercício do primeiro programa foi fixado em R\$ 1,75 e o valor justo médio das opções outorgadas foi calculado em R\$ 4,90. O "Segundo Programa do Plano de Opção de Compra de Ações" foi aprovado pelo Conselho de Administração, com a outorga de 1.050.000 (um milhão e cinquenta mil) de opções de compra de ações. Os beneficiários poderão exercer suas opções dentro de até 4 anos contados da respectiva outorga, ocorrida na data de 07 de março de 2022. O período de carência (vesting) é de 2 anos com liberações de 40% após o prazo de carência e mais 60% após 4 anos. A Companhia tem prazo de 30 dias para a emissão das ações a contar da data da

entrega do termo de exercício de opção de ações. O preço do exercício do segundo programa foi fixado em R\$ 7,52 e o valor justo médio das opções outorgadas foi calculado em R\$ 5,97. O preço de exercício das opções é equivalente à média ponderada da cotação em bolsa das ações da Companhia nos 60 pregões anteriores à data da outorga das opções aos participantes, líquido de desconto de 20% por opção. O "Terceiro Programa do Plano de Opção de Compra de Ações" foi aprovado pelo Conselho de Administração, com a outorga de 240.000 (duzentos e quarenta mil) de opções de compra de ações. Os beneficiários poderão exercer suas opções dentro de até 4 anos contados da respectiva outorga, ocorrida na data de 27 de outubro de 2022 de maneira retroativa a 3 de março de 2022. O período de carência (vesting) é de 1 ano com liberações gradativas ao longo do período de duração do programa. A Companhia tem prazo de 30 dias para a emissão das ações a contar da data da entrega do termo de exercício de opção de ações. O preço do exercício do segundo programa foi fixado em R\$ 8,87 e o valor justo médio das opções outorgadas foi calculado em R\$ 4,51. O preço de exercício das opções é equivalente à média ponderada da cotação em bolsa das ações da Companhia nos 60 pregões anteriores à data da outorga das opções aos participantes, líquido de desconto de 20% por opção. A Companhia reconhece o custo com os planos de opções com base no valor justo das opções outorgadas, considerando o valor justo na data da outorga. O modelo utilizado para precificação do valor justo das opções é o Binomial. Uma das premissas para este modelo é a estimativa do valor justo das ações ordinárias subjacentes da Companhia na data da outorga. Outras premissas incluem uma estimativa da volatilidade esperada do preço das ações, o prazo esperado de uma opção, a taxa de juros livre de risco ao longo do prazo esperado da opção, o preço de exercício da opção e as expectativas em relação aos dividendos. Quando da outorga do primeiro programa, a Companhia não possuía histórico de preços de mercado para nossas ações ordinárias porque nossas ações não eram negociadas publicamente. Desta forma, com o auxílio de assessores em avaliação, estabeleceu-se o valor justo das ações ordinárias subjacentes com base na avaliação econômico-financeira da Companhia seguindo a abordagem da renda (income approach, método do Fluxo de Caixa Descontado (FCD)). A abordagem de renda envolve a aplicação de uma taxa de desconto adequada, ajustada para refletir os riscos dos fluxos de caixa projetados, com base na estrutura de capital e nas receitas e nos custos previstos. Utilizamos os dados observáveis para um grupo de empresas comparáveis para auxiliar no desenvolvimento de nossa premissa de volatilidade. Quando da outorga do segundo programa foram utilizadas premissas para o cálculo do valor justo da opção de ação. As premissas utilizadas para o cálculo foram o preço da ação da Companhia na data da outorga, que hoje é negociada publicamente, o preço de exercício da opção, os prazos de vestings e o dividend yield definidos em contrato, a taxa de juros livre de risco (DI - Futuro) e a taxa projetada para a correção do preço de exercício (IPCA) estabelecidos pelo mercado. A volatilidade foi baseada no histórico do preço da ação de um peer group, uma vez que o histórico do preço da ação da Companhia ainda é pequeno. Em caso de alteração de fatores e premissas, o custo de planos de opção de compra de ações futuras pode ser significativamente diferente do que registrado atualmente. Maior volatilidade e prazos mais longos esperados resultam em um aumento na despesa com plano de opções, determinada na data da outorga. A despesa com plano de opções reconhecida no resultado no período findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 11.775 (R\$ 13.311 em 31 de dezembro de 2021). O valor reconhecido no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022 totaliza R\$ 25.086 (R\$ 13.311 em 31 de dezembro de 2021). A tabela a seguir apresenta uma relação das informações do modelo utilizado em cada programa vigente em 31 de dezembro de 2022:

	Primeiro Programa	Segundo Programa	Terceiro Programa
Número de opções outorgadas	8.000.000	1.050.000	240.000
Data da outorga	03/03/2021	07/03/2022	03/03/2022
Média ponderada do valor justo na data da mensuração (R\$)	4,99	5,97	4,51
Rendimento de dividendos (%)	1,15%	1,15%	1,15%
Volatilidade esperada média (%)	36,76%	34,83%	33,62%
Tx. de retorno livre de risco média (%)	-	-	-
1º Vencimento	4,20%	12,38%	12,80%
2º Vencimento	6,06%	12,11%	12,05%
3º Vencimento	6,98%	-	11,63%
4º Vencimento	7,51%	-	11,49%
5º Vencimento	7,71%	-	-
Prazo de vida esperado das ações (anos)	-	-	-
1º Vencimento	1	2	1
2º Vencimento	2	4	2
3º Vencimento	3	-	3
4º Vencimento	4	-	-
5º Vencimento	5	-	-
Preço de exercício das opções (R\$)	1,75	7,52	8,87
Média ponderada do preço das ações (R\$)	6,13	11,11	11,00

Os prazos de carência a partir da data da outorga são como segue:

Prazos de carência a partir da outorga	% de opções liberadas para o exercício	Quantidade máxima de ações
A partir de - 03/03/2023	68%	1.280
A partir de - 03/03/2024	91%	1.700
A partir de - 03/03/2025	66%	1.240
A partir de - 03/03/2026	100%	1.870

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, houve exercício de opções de ações conforme comentado abaixo. No período ocorreu o cancelamento de 800 ações pertencentes a profissional participante do Primeiro Programa do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia. Em 24 de março de 2022, foram exercidas as opções de compra de 1.600.000 ações ordinárias sem valor nominal, inscritas e integralizadas pelos administradores e empregados da Companhia participantes do Primeiro Programa do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia. O exercício dessas ações refletiu em um aumento no capital social de R\$ 3.088, dentro do limite do seu capital autorizado. O preço por ação considerado para a operação foi de R\$ 1,93. Em 23 de dezembro de 2022, foram exercidas as opções de compra de 800.000 ações ordinárias sem valor nominal, inscritas e integralizadas por empregado da Companhia participante do Primeiro Programa do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia. O exercício dessas ações refletiu em um aumento no capital social de R\$ 1.600, dentro do limite do seu capital autorizado. O preço por ação considerado para a operação foi de R\$ 2. Os efeitos no patrimônio líquido referente ao exercício dessas opções de ações estão detalhados na Nota Explicativa 23. As movimentações das ações outorgadas nos programas de 2021 e 2022, estão apresentadas como segue:

	Quantidade de Ações					
	Ano da Outorga	Saldo em 31/12/2021	Outorgadas em 2022	Exercidas em 2022	Canceladas em 2022	Saldo em 31/12/2022
1º Plano	2021	8.000	-	(2.400)	(800)	4.800
2º Plano	2022	-	1.050	-	-	1.050
3º Plano	2022	-	240	-	-	240
		<b>8.000</b>	<b>1.290</b>	<b>(2.400)</b>	<b>(800)</b>	<b>6.090</b>

O número e a média ponderada dos preços do exercício de opções de ações que estão no âmbito do programa de opção de ações são os seguintes:

	Média ponderada do preço de exercício	Número de opções
	31/12/2022	31/12/2022
Em circulação em 1º de janeiro	R\$ 1,75	8.000
Outorgadas durante o período	R\$ 7,77	1.290
Exercidas durante o período	R\$ 1,75	(2.400)
Canceladas durante o período	R\$ 1,75	(800)
Em circulação	R\$ 3,03	6.090
Exercíveis	R\$ -	-
Média ponderada do preço de exercício	31/12/2021	31/12/2021
Em circulação em 1º de janeiro	R\$ -	8.000
Outorgadas durante o período	R\$ 1,75	1.290
Exercidas durante o período	R\$ -	-
Canceladas durante o período	R\$ -	-
Em circulação	R\$ 1,75	8.000
Exercíveis	R\$ -	-

As opções em circulação em 31 de dezembro de 2022 possuem um preço de exercício na faixa entre R\$ 1,75 a R\$ 8,87 (R\$ 1,75 em 31 de dezembro de 2021).

**27. Informações por segmento:** Informações referentes aos resultados de cada segmento estão apresentadas abaixo. O desempenho é avaliado com base no resultado do segmento até o lucro bruto, pois a Administração utiliza essa mesma informação na avaliação dos resultados dos respectivos segmentos para comparabilidade com outras entidades que operam nas mesmas indústrias, bem como é a informação recebida e utilizada pelo principal tomador de decisões operacionais. Os ativos e passivos da Companhia são administrados de forma conjunta para todos os segmentos e não são avaliados separadamente por segmentos pela Administração da Companhia. Os segmentos operacionais apresentados a seguir são organizados de modo consistente com o relatório interno desses segmentos: (i) Insumos agrícolas: compreendem o comércio de fertilizantes, defensivos, foliares e sementes de soja, milho e trigo. O resultado desse segmento é determinado pela receita de venda auferida pela venda desses produtos, mensurada até o momento em que a Companhia transfere para o cliente o controle dos produtos vendidos. (ii) Grãos de soja, milho e trigo: compreendem as operações decorrentes do

recebimento físico, padronização e comercialização de grãos adquiridos de terceiros, bem como, dos grãos originados nas operações de "CPR". O resultado desse segmento é determinado pelo resultado auferido nas operações de compra e venda de commodities agrícolas, incluindo a variação dos instrumentos financeiros atrelados à comercialização dessas commodities, bem como dos ativos não monetários relacionados. (iii) Indústria: compreende as operações decorrentes da industrialização de soja, com a produção de farelo e biodiesel. A Companhia define seus segmentos em insumos, grãos e indústria e estão assim compostos:

	Controladora	
	01/10/2022	01/01/2022
Receita operac. líquida	31/12/2022	31/12/2021
Insumos	1.031.614	2.535.397
Grãos	296.077	1.347.473
Indústria	828.175	3.002.392
	2.155.866	6.885.262
Custo mercadorias e produtos vendidos		
Insumos	(745.401)	(1.934.724)
Grãos	(242.970)	(1.214.505)

<p><b>Continuação</b></p> <p>contábil da Companhia e utiliza premissas que estão sujeitas ao julgamento da Companhia. Devido à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na determinação do valor justo dessas transações e ao impacto que eventuais mudanças na política contábil e nas premissas consideradas na mensuração desse valor teriam sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria. <b>Como auditoria endereçou esse assunto:</b> Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Obtenção do entendimento (i) do processo de definição e aplicação das políticas contábeis da Companhia para transações com commodities; e (ii) do processo de valorização dos ativos e passivos atrelados à commodities que são mensurados a valor justo; - Avaliação se a classificação e a contabilização das transações com commodities foram baseadas nas políticas contábeis e diretrizes da Companhia, bem como nos requerimentos estabelecidos nas normas contábeis aplicáveis; - Avaliação, por amostragem, dos termos de contratos futuros de compra e venda de commodities e das cédulas de crédito de produtores rurais (CPRs), com o objetivo de avaliar os termos contratuais das commodities utilizadas na mensuração do valor justo; - Avaliação, por amostragem, de transações de aquisições de commodities a fixar, com o objetivo de avaliar a quantidade a fixar das commodities utilizadas na mensuração do valor justo; - Avaliação, com auxílio dos nossos especialistas em instrumentos financeiros, das premissas relacionadas ao preço das commodities, com base em informações de mercado, utilizada para cálculo do valor justo de estoques, cédulas de crédito dos produtores rurais (CPRs), fornecedores a fixar e contratos a termo; - Obtenção de cartas de confirmação de instituições financeiras que são contrapartes em operações de contratos a termo, com o objetivo de validar a existência das operações e seus termos contratuais; e - Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram todas as informações relevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável a mensuração ao valor justo dos ativos e passivos atrelados à commodities, bem como as respectivas divulgações no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. <b>Subvenções governamentais:</b> Veja as Notas 3 (b), 23 (i) e 25 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. <b>Principais assuntos de auditoria:</b> A Companhia é beneficiária de incentivos fiscais estaduais relativos ao crédito presumido, isenções e redução de base de cálculo e diferimento do ICMS; e incentivos fiscais federais de PIS e COFINS relacionados a créditos presumidos. Os incentivos fiscais reduzem o lucro tributável na apuração do imposto de renda e da contribuição social desde que sejam cumpridas certas condições estabelecidas na legislação tributária, incluindo a necessidade ou não de manutenção dos valores relacionados às subvenções em reservas de incentivos fiscais. Devido à relevância dos valores envolvidos e seus impactos tributários, bem como a complexidade na interpretação e aplicação da legislação tributária e das decisões judiciais acerca de tais subvenções governamentais, consideramos este assunto significativo para a nossa auditoria. <b>Como auditoria endereçou esse assunto:</b> Nossos procedimentos de auditoria incluíram mas não se limitaram a: - Obtenção do entendimento do processo de apuração dos incentivos fiscais relacionados a subvenções</p>	<p><b>Três Tentos Agroindustrial S/A - CNPJ 094.813.102/0001-70</b></p> <p>governamentais; - Avaliação, com auxílio de nossos especialistas em tributos, (i) da documentação suporte preparada pela Administração para cumprimento das condições estabelecidas na legislação tributária para fruição dos incentivos fiscais; e (ii) do cálculo para apuração desses incentivos fiscais; - Avaliação, com o auxílio dos nossos especialistas legais, das opiniões legais e atualizações obtidas pela Administração, no que tange ao cumprimento das condições estabelecidas na legislação tributária e na aplicação dos critérios definidos em decisão judicial; e - Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram todas as informações relevantes. - No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes em relação aos valores de incentivo fiscal, indicando a necessidade de complemento da provisão para imposto de renda e contribuição social, os quais não foram registrados pela administração, por terem sido considerados imateriais. - Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis os valores contabilizados relacionados a subvenções governamentais, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. <b>Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado:</b> As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas a informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. <b>Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior:</b> O balanço patrimonial individual em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações individuais do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 17 de fevereiro de 2022, sem modificação. Os valores correspondentes relativos à demonstração individual do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram submetidos aos mesmos procedimentos de auditoria por aqueles auditores independentes e, com base em seu exame, aqueles auditores emitiram relatório sem modificação. <b>Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores:</b> A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer</p>	<p>forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. <b>Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:</b> A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. <b>Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:</b> Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes</p>	<p>para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressar nossa opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - O b t e m o s evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Porto Alegre, 09 de fevereiro de 2023 <b>KPMG Auditores Independentes Ltda.</b> CRC SP-014428/F-7 <b>Cristiano Jardim Seguecio - Contador</b> CRC SP-244525/O-9 T-RS</p>
--	---	---	--

# Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

## PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ [agencias@jornaldocomercio.com.br](mailto:agencias@jornaldocomercio.com.br)

✉ [comercial@jornaldocomercio.com.br](mailto:comercial@jornaldocomercio.com.br)

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

☎ (51) 99649-0062



\*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

# PUBLICIDADE LEGAL

**COMPANHIA HABITASUL DE PARTICIPAÇÕES**  
**CNPJ N.º 87.762.563/0001-03 NIRE N.º 43300010007 COMPANHIA ABERTA**  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**  
**ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**  
**COMPANHIA HABITASUL DE PARTICIPAÇÕES** a se reunir em Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 25 de abril de 2023, às 10:00 horas, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma eletrônica Ten Meetings ("Plataforma Digital"), nos termos do disposto no artigo 5º, §2º, inciso I e artigo 28, §§2º e 3º, da Resolução CVM 81/2022, conforme alterada ("AGO"), a fim de deliberarem sobre as matérias constantes da Ordem do Dia:

a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, acompanhadas do Relatório da Administração, e do Relatório dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2022;

b) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31.12.2022 e a distribuição de dividendos;

c) Deliberar sobre a fixação do montante da remuneração anual global dos administradores para o exercício social de 2023.

Instruções Gerais:  
 Nos termos do parágrafo primeiro do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações e da decisão do I. Colegiado da CVM no processo CVM R.J-2014/3578, em 04 de novembro de 2014, o acionista pode ser representado na AGO: (i) se pessoa natural, por procurador constituído há menos de 1 (um) ano (que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado regularmente inscrito nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil), (ii) se pessoa jurídica, por seus representantes legais ou por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro, (iii) se fundo de investimento, pelo seu administrador e/ou gestor ou, ainda, por procurador nomeado nos termos de seus atos constitutivos e de acordo com as regras do Código Civil Brasileiro.

A participação do acionista poderá ser:  
 (i) via boletim de voto a distância ("Boletim de Voto") disponibilizado pela Companhia nos websites da Companhia (ri.habitasul.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") (www.cvm.gov.br) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") (www.b3.com.br), sendo que as orientações detalhadas acerca da documentação exigida em cada caso estão mencionadas na Proposta da Administração divulgada em 24 de março de 2023; ou  
 (ii) virtual, por meio da Plataforma Digital, pessoalmente ou por representante legal ou procurador devidamente constituído, nos termos do artigo 28, §§2º e 3º da Resolução CVM 81, caso em que o acionista poderá: (a) simplesmente participar da AGO, tenha ou não enviado o Boletim de Voto; ou (b) participar e votar na AGO, observando-se que, quanto ao acionista que já tenha enviado o Boletim de Voto e que, caso queira, vote na AGO via Plataforma Digital, todas as instruções de voto recebidas por meio de Boletim de Voto serão desconsideradas.

O acionista ou seu representante legal, objetivando assegurar a sua participação na AGO, deverá acessar o site da Companhia, no endereço <https://www.tenmeetings.com.br/assembleia/portal/?id=12CC684D97D0>, preencher o seu cadastro e anexar todos os documentos necessários para sua habilitação para participação e/ou voto na AGO descritos na Proposta da Administração, com, no mínimo, 2 (dois) dias de antecedência da data designada para a realização da Assembleia, ou seja, até o dia 23 de abril de 2023. Após a aprovação do cadastro pela Companhia, o acionista receberá seu login e senha individual para acessar a plataforma por meio do e-mail utilizado para o cadastro. Nos termos do §3º do art. 6º da Resolução CVM 81/2022, os acionistas que não realizarem o procedimento de cadastro para participação no prazo acima mencionado contendo todos os documentos necessários não poderão participar da AGO.

A Companhia esclarece que dispensará a notariação, a consularização, o apostilamento e a tradução juramentada de todos os documentos de representação do acionista estrangeiro, bastando o upload de cópia simples das vias originais de tais documentos quando do cadastramento do acionista, bem como a tradução simples de referidos documentos estrangeiros.

A Companhia somente admitirá procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico contendo certificação digital que esteja dentro dos padrões do Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ou por outro meio de comprovação da autenticidade e integridade do documento em forma eletrônica.

As demais orientações e informações para a participação virtual na AGO, bem como todos os documentos relativos a ordem do dia, devem ser consultados na Proposta da Administração da Companhia, disponível nos seguintes endereços eletrônicos: websites da Comissão de Valores Mobiliários - CVM ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)), da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) e da Companhia (<http://ri.habitasul.com.br>). Eventuais esclarecimentos poderão ser obtidos por meio do endereço eletrônico [ri@habitasul.com.br](mailto:ri@habitasul.com.br) ou pelo telefone +55 (51) 3303 3893 Ramal 4009/4010.

Porto Alegre, 24 de março de 2023.  
 Péricles Pereira Druck - Presidente do Conselho de Administração

**BAIXE O APP JC**

DISPONÍVEL NO **Google play**

DISPONÍVEL NA **App Store**

**ÚLTIMAS NOTÍCIAS E VERSÃO PARA FOLHEAR!**

# SLC - MIT Empreendimentos Agrícolas S.A.

CNPJ 18.531.594/0001-22

## Relatório da Administração

Senhores Acionistas, atendendo disposições legais e estatutárias, temos a satisfação de apresentar e submeter à apreciação as Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, 30 de março de 2022.

### A Administração.

Balancos Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)											
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021			31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>Circulante</b>						<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa...	4	86.657	24.719	103.737	33.251	Fornecedores	13	55.580	39.900	120.119	76.902
Contas a receber de clientes...	5	1.227	1.665	12.306	6.639	Empréstimos e financiamentos	14	5.237	50.373	119.703	157.339
Estoques	6	108.209	139.047	223.597	205.938	Cessão de crédito		-	-	-	7.334
Ativo biológico	7	72.340	53.296	172.684	132.025	Impostos, taxas e contribuições diversas		3.489	119	4.808	1.039
Tributos a recuperar	8	7.678	21.998	19.297	26.040	Obrigações sociais e trabalhistas		4.034	4.822	8.643	9.217
Operações com derivativos	20.h	7.518	12.048	13.018	24.825	Dividendos a pagar		10.372	22.301	10.372	22.301
Crédito com partes relacionadas	12.a	3.739	7.936	5.867	7.945	Débitos com partes relacionadas	12.a	13.032	9.843	20.664	15.299
Despesas antecipadas		220	510	430	639	Passivo arrendamento com partes relacionadas	12.a	12.649	10.137	42.216	32.844
Outras contas a receber		2.792	2.446	2.906	2.671	Passivo arrendamento com terceiros	19.2	3.692	3.009	5.115	3.886
Total do ativo circulante		290.380	263.665	553.842	439.973	Provisões para riscos ambientais, cíveis, trabalhistas e tributários	15.a	170	204	226	258
<b>Não circulante</b>						Adiantamento de clientes		15.287	23.597	15.834	29.383
Tributos a recuperar	8	18.162	6.582	28.853	22.466	Operações com derivativos	20.h	113	17.762	577	21.019
Operações com derivativos	20.h	1.373	-	2.404	36	Arrendamentos a pagar		14.146	15.048	14.146	15.048
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	-	-	-	1.120	Outras contas a pagar		369	650	4.576	4.865
Crédito com partes relacionadas	12.a	-	22.391	-	-	Total passivo circulante		138.170	197.765	366.999	396.734
Outras contas a receber		130	63	4.361	4.329	<b>Não circulante</b>					
Total do ativo não circulante		19.665	29.036	35.618	27.951	Empréstimos e financiamentos	14	50.520	3.725	126.253	29.859
Investimentos	9	67.316	44.562	-	-	Operações com derivativos	20.h	472	2.048	472	2.588
Ativo de direito de uso		26.368	31.969	120.071	123.963	Passivo de arrendamento com partes relacionadas	12.a	11.657	17.955	78.979	92.480
Imobilizado	11	46.252	42.649	125.329	122.988	Passivo de arrendamento com terceiros	19.2	5.315	6.914	9.022	9.740
Total do ativo		449.981	411.881	834.860	714.875	Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	8.570	8.661	17.858	8.661
						Total passivo não circulante		76.534	39.303	232.584	143.328
						<b>Patrimônio líquido</b>					
						Capital social	17.a	109.981	109.981	109.981	109.981
						Reservas de lucros	c.d	112.900	101.901	112.900	101.901
						Outros resultados abrangentes	17.g	12.396	(37.069)	12.396	(37.069)
						Total patrimônio líquido	17	235.277	174.813	235.277	174.813
						<b>Total passivo e patrimônio líquido</b>		449.981	411.881	834.860	714.875

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados - 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto o lucro por ação)					
Receita operacional líquida	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receita operacional líquida	22	313.466	232.757	540.001	476.990
Variação do valor justo dos ativos biológicos	7	34.000	90.819	84.319	155.970
Custo dos produtos vendidos	21	(268.247)	(218.844)	(474.606)	(435.802)
Custo dos produtos		(216.175)	(139.812)	(386.757)	(311.604)
Realização do valor justo dos ativos biológicos		(52.072)	(79.032)	(87.849)	(124.198)
<b>Resultado bruto</b>		<b>79.219</b>	<b>104.732</b>	<b>149.714</b>	<b>197.158</b>
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Despesas com vendas	21	(17.324)	(10.323)	(28.142)	(21.329)
Despesas gerais e administrativas	21	(10.048)	(9.111)	(16.878)	(16.155)
Resultado de equivalência patrimonial	9	15.197	37.446	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		(431)	4.271	136	4.933
		(12.606)	22.283	(44.884)	(32.551)
<b>Resultado antes das receitas e despesas financeiras</b>		<b>66.613</b>	<b>127.015</b>	<b>104.830</b>	<b>164.607</b>
Receitas financeiras	18	28.760	22.775	52.760	52.578
Despesas financeiras	18	(37.504)	(27.507)	(92.336)	(75.639)
		(8.744)	(4.732)	(39.576)	(23.061)
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>57.869</b>	<b>122.283</b>	<b>65.254</b>	<b>141.546</b>
Imposto de renda e contribuição social		(35.878)	(16.743)	(36.747)	(17.086)
Correntes		21.681	(11.641)	15.165	(30.561)
Diferidos	16	21.681	(11.641)	15.165	(30.561)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>43.672</b>	<b>93.899</b>	<b>43.672</b>	<b>93.899</b>
Resultado por ação (básico e diluído) em R\$	17.f			0,38	0,82

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de resultados abrangentes 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)					
Lucro líquido do exercício	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício		43.672	93.899	43.672	93.899
<b>Resultados abrangentes a serem reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:</b>					
Instrumentos financeiros derivativos - (hedge accounting)		63.498	(23.038)	74.947	(22.204)
Instrumentos financeiros derivativos - (hedge accounting) - em controlada		7.557	550	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(21.590)	7.833	(25.482)	7.549
<b>Resultado abrangente</b>		<b>93.137</b>	<b>79.244</b>	<b>93.137</b>	<b>79.244</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)					
Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		57.869	122.279	65.254	141.546
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades aplicadas nas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização - no resultado		9.195	8.631	20.929	24.317
Amortização - direito de uso - no resultado		12.903	9.306	27.913	23.612
Resultado nas baixas do ativo imobilizado		41	7	55	180
Juros e atualização monetária sobre empréstimos		(3.806)	(398)	6.354	6.097
Varição ativos biológicos		18.072	(11.787)	3.529	(31.772)
Equivalência patrimonial		(15.197)	(37.446)	-	-
Ajuste a valor presente (AVP)		2.816	2.877	10.517	10.670
Provisão para participação nos resultados e contingências trabalhistas		2.427	2.735	4.594	5.637
Provisão (reversal) para ajuste de estoque a valor de mercado		1.119	-	3.249	-
Outras provisões		1.948	(543)	2.069	(850)
		87.387	95.661	144.463	179.437

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)					
Fluxo de caixa das atividades operacionais	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Contas a receber de clientes		438	19.260	(5.667)	21.589
Estoques e ativos biológicos		(7.917)	(52.920)	(54.248)	(58.053)
Tributos a recuperar		901	(7.148)	(1.481)	(9.258)
Créditos com partes relacionadas		26.588	6.537	2.078	(6.651)
Aplicações financeiras		-	(1.674)	-	(1.674)
Despesas pagas antecipadamente		290	(27)	209	625
Outras contas a receber		(411)	(398)	(266)	(343)
Fornecedores		16.459	(15.313)	43.825	(20.402)
Obrigações sociais e trabalhistas		(3.215)	(1.003)	(5.169)	(2.533)
Impostos, taxas e contribuições		(6.498)	(3.885)	(6.970)	(3.223)
Obrigações com partes relacionadas		3.190	9.287	5.365	13.316
Operações com derivativos		47.431	(29.943)	61.829	(27.268)
Adiantamentos de clientes		(8.310)	17.145	(13.549)	18.360
Arrendamentos a pagar		(902)	15.048	(902)	15.048
Outras contas a pagar		(1.208)	(5.448)	(1.160)	(5.498)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(26.010)	(18.217)	(26.010)	(18.711)
Juros sobre empréstimos pagos		(3.988)	(2.064)	(19.875)	(8.046)
		36.838	(70.763)	(21.991)	(92.722)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades operacionais					
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades de investimentos					
Em imobilizado		(12.000)	(9.302)	(24.952)	(19.665)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimento		(12.000)	(9.302)	(24.952)	(19.665)
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>					
Empréstimos e financiamentos tomados		68.000	3.000	286.000	41.999
Pagamentos de empréstimos e financiamentos		(60.365)	(38.583)	(215.717)	(112.485)
Derivativos Recebidos/Pagos		1.818	2.415	1.996	1.434
Cessão de Crédito		-	(16.271)	(7.334)	(17.155)
Dividendos pagos		(44.602)	(4.412)	(44.602)	(4.412)
Arrendamentos pagos		(15.138)	(11.540)	(47.377)	(35.598)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (aplicadas nas) atividades de financiamentos		(50.287)	(65.391)	(27.034)	(126.217)
<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>61.938</b>	<b>(49.795)</b>	<b>70.486</b>	<b>(59.167)</b>
Caixa e equivalentes de caixa - no início do período		24.719	74.514	33.251	92.418
Caixa e equivalentes de caixa - no final do período		86.657	24.719	103.737	33.251
<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>61.938</b>	<b>(49.795)</b>	<b>70.486</b>	<b>(59.167)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)							
Saldo em 01 de janeiro de 2021	Capital social	Reservas de lucros			Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
		Reserva de lucros	Reserva de lucros	Reserva de lucros			
Saldo em 01 de janeiro de 2021	109.981	1.669	2.463	26.171	(22.414)	-	117.870
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	93.899	93.899
Instrumentos financeiros derivativos (hedge)	-	-	-	-	(23.038)	-	(23.038)
Movimentação reflexa de investimentos	-	-	-	-	550	-	550
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	-	-	7.833	-	7.833
Constituição de Reserva	-	-	4.695	66.903	-	(71.598)	-
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	(22.301)	(22.301)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>109.981</b>	<b>1.669</b>	<b>7.158</b>	<b>93.074</b>	<b>(37.069)</b>	<b>-</b>	<b>174.813</b>
Saldo em 01 de janeiro de 2022	109.981	1.669	7.158	93.074	(37.069)	-	174.813
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	43.672	43.672
Distribuição de dividendos adicionais	-	-	-	(22.301)	-	-	(22.301)
Instrumentos financeiros derivativos (hedge)	-	-	-	-	63.498	-	63.498
Movimentação reflexa de investimentos	-	-	-				



Continuação

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Table with 2 columns: Item and Value. Rows include Soja, Área em ponto de colheita (ha), Produtividade estimada (sc/ha), Preço médio (R\$/sc), Custos médios (R\$/sc), TAB/AVP, AVJ Total - R\$.

(1) corresponde a hierarquia de valor justo nível 3, que considera preços de mercado e preços de contratos. (2) corresponde a hierarquia de valor justo nível 1, que considera preços de mercado (preços fazenda), não ajustados. (3) valores médios entre as unidades estimados para a safra 22/23 na data da mensuração.

Table with 2 columns: Item and Value. Rows include Soja, Área em ponto de colheita (ha), Produtividade obtida (sc/ha), Preço médio (R\$/sc), Milho, Área total colhida (ha), Produtividade obtida (sc/ha), Preço médio (R\$/sc), Algodão em Carço, Área total colhida (ha), Produtividade obtida (sc/ha), Preço médio (R\$/sc).

Table with 2 columns: Item and Value. Rows include Soja, Área total colhida (ha), Produtividade obtida (sc/ha), Preço médio (R\$/sc), Milho, Área total colhida (ha), Produtividade obtida (sc/ha), Preço médio (R\$/sc), Outras culturas, Área total colhida (ha), Produtividade obtida (sc/ha), Preço médio (R\$/sc).

Os saldos de ativos biológicos estão substancialmente representados pelos gastos incorridos com a formação da safra tais como: sementes, fertilizantes, defensivos agrícolas, depreciações e mão de obra aplicada nas culturas até o ponto de colheita.

Table with 5 columns: Unidade, Localização, Soja, Algodão, Milho. Rows include Fazenda Paladino, Fazenda Perdizes.

Table with 4 columns: Culturas, Área, Área plantada 2021/22, Área plantada 2020/21. Rows include Algodão, Soja, Milho, Outras culturas.

(\*) Outras culturas estavam formadas por brachiária, estilosantes e pecuária permanente. Para o ano-safra 2022/23 está prevista a seguinte área: Culturas, Área, Área planejada 2022/23.

Table with 2 columns: Item and Value. Rows include Saldos em 31 de dezembro de 2021, Custo com aquisições e tratos rebanho bovino, Variação do ajuste a valor justo, Realização venda/baixas, Saldos em 31 de dezembro de 2022.

(\*) Efeito do ativo biológico na demonstração do resultado do exercício.

8. Tributos a recuperar

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, 31/12/2022, 31/12/2021. Rows include Imposto de renda, Contribuição social, ICMS, COFINS, PIS, IRRF, IRPJ/CSLL Selic Indébito, Outros, Parcela classificada no ativo circulante, Parcela classificada no ativo não circulante.

Imposto de renda e contribuição social: Corresponde às antecipações de imposto de renda e contribuição social, os quais serão realizados mediante a compensação com impostos e contribuições federais.

Table with 6 columns: Ano de vencimento, ICMS, COFINS, PIS, ICMS, COFINS, PIS. Rows include em até 1 ano, de 1 ano a 2 anos, de 2 anos a 3 anos, acima de 3 anos.

IRRF a recuperar: Corresponde ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras. Esses créditos são realizáveis mediante a compensação com impostos e contribuições federais.

Tribunal Federal - STF julgou em decisão plenária, por unanimidade, a não incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores relativos à taxa Selic, recebidos pelo contribuinte em razão de repetição de indébito tributário.

9. Investimento (controladora)

Table with 6 columns: Investimento, Capital social líquido, Patri-mônio líquido do exercício, Ações ordinárias/quotas possuídas, Percentual de participação, Resultado da equivalência patrimonial, Participação no patrimônio líquido.

As principais movimentações no investimento em participação societária permanente direta, em 31 de dezembro de 2022, são como segue:

Table with 6 columns: Item, Saldo em 31/12/2021, Equivalência patrimonial, Saldo em 31/12/2022.

A seguir apresentamos as principais informações sobre o investimento em participação societária permanente direta, em 31 de dezembro de 2022:

Table with 6 columns: Empresa, Ativo circulante, Ativo não circulante, Passivo circulante, Passivo não circulante, Despesas.

10. Operações de arrendamentos

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, Saldo em 31/12/2021, Saldo em 31/12/2022.

Amortização de direito de uso no período: Algodoeira, Terras de cultura, Locação de veículos.

11. Imobilizado

Table with 6 columns: Controladora, Consolidado, Saldo em 31/12/2021, Saldo em 31/12/2022, Depreciação, Passivo circulante, Passivo não circulante.

Dois contratos que foram escopo do CPC 06 (R2), a administração da Companhia considerou como componente de arrendamento somente o valor mínimo fixo para fins de mensuração do passivo de arrendamento.

a) Composição do ativo imobilizado

Table with 6 columns: Controladora, Saldo inicial, Aquisições, Transferências, Reclamações, Saldo final.

Depreciação

Table with 6 columns: Controladora, Consolidado, Saldo em 01/01/2021, Depreciação, Baixas, Transferências, Reclamações, Saldo em 31/12/2021.

Valor residual líquido

Table with 6 columns: Controladora, Consolidado, Saldo em 01/01/2021, Saldo em 31/12/2021.

Table with 5 columns: Controladora, Saldo em 31/12/2021, Aquisições, Transferências, Saldo em 31/12/2022.

Depreciação

Table with 5 columns: Controladora, Saldo em 31/12/2021, Depreciação, Baixas, Saldo em 31/12/2022.

Valor residual líquido

Table with 5 columns: Controladora, Saldo em 31/12/2021, Saldo em 31/12/2022.

Consolidado

Table with 5 columns: Controladora, Saldo inicial, Aquisições, Transferências, Reclamações, Saldo final.

Depreciação

Table with 5 columns: Controladora, Saldo inicial, Depreciação, Baixas, Transferências, Reclamações, Saldo final.

Valor residual líquido

Table with 5 columns: Controladora, Saldo inicial, Saldo em 31/12/2021, Saldo em 31/12/2022.

Consolidado

Table with 5 columns: Controladora, Saldo em 31/12/2021, Aquisições, Transferências, Saldo em 31/12/2022.

Depreciação

Table with 5 columns: Controladora, Saldo em 31/12/2021, Depreciação, Baixas, Transferências, Saldo em 31/12/2022.

Valor residual líquido

Table with 5 columns: Controladora, Saldo em 31/12/2021, Saldo em 31/12/2022.

b) Obras em andamento

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo das obras em andamento no valor de R\$ 2.360 na controladora e R\$ 3.685 no consolidado, está substancialmente representado por construção de estacionamento, alojamento operacional, algodoeira, integração de lavoura pecuária, construção de drenagem, construção de refeitório e outras benfeitorias.

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, Saldo em 31/12/2021, Saldo em 31/12/2022.

12. Saldos e transações com partes relacionadas

a) Saldos com partes relacionadas - Créditos com partes relacionadas: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os saldos e as transações da Controladora com partes relacionadas são os seguintes:

Table with 4 columns: Controladora, Consolidado, Saldo em 31/12/2021, Saldo em 31/12/2022.

Continua

Continuação Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

Saldos a pagar com partes relacionadas	Arrendamentos a pagar (escopo CPC 06 (R2))		Controladora Débitos com partes r elacionadas		Total	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Partes relacionadas						
Controladora						
SLC Agrícola S.A.	-	-	12.831	9.764	12.831	9.764
Outras partes relacionadas						
Agrícola Xingu S.A.	24.306	28.092	-	-	24.306	28.092
Mitsui & Co Ltd	-	-	201	79	201	79
<b>Total</b>	<b>24.306</b>	<b>28.092</b>	<b>13.032</b>	<b>9.843</b>	<b>37.338</b>	<b>37.935</b>
Parcela classificada no passivo circulante	12.649	10.137	13.032	9.843	25.681	19.980
Parcela classificada no passivo não circulante	11.657	17.955	-	-	11.657	17.955

Partes relacionadas	Arrendamentos a pagar (escopo CPC 06 (R2))		Controladora Débitos com partes r elacionadas		Total	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Controladora						
SLC Agrícola S.A.	27.202	23.408	17.737	14.459	44.939	37.867
Outras partes relacionadas						
Agrícola Xingu S.A.	24.306	28.092	-	-	24.306	28.092
SLC Perdizes Empr.	69.687	73.824	2.726	760	72.413	74.584
Agrícolas Ltda Mitsui & Co Ltd	-	-	201	80	201	80
<b>Total</b>	<b>121.195</b>	<b>125.324</b>	<b>20.664</b>	<b>15.299</b>	<b>141.859</b>	<b>140.623</b>
Parcela classificada no passivo circulante	42.216	32.844	20.664	15.299	62.880	48.143
Parcela classificada no passivo não circulante	78.979	92.480	-	-	78.979	92.480

A SLC Agrícola S.A. é o controlador da Companhia, tendo participação de 52,2%. Já a Mitsui & Co Ltd conta com 47,8% do capital social. As transações com o controlador envolvem operações descritas nesta nota explicativa e pagamento de dividendos.

b) Transações com partes relacionadas

Controladora	Vendas de mercadorias/ produtos /receitas financeiras		Prestação de serviço/compras de mercadorias/produtos/ alugueis/ TI corporativa		Despesas financeiras fee de garantia	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
SLC Agrícola S.A.	56.225	47.824	7.227	12.416	567	453
Outras Partes Relacionadas						
Mitsui e Co. Ltda.	-	-	-	-	404	434
<b>Total</b>	<b>56.364</b>	<b>47.824</b>	<b>7.227</b>	<b>12.416</b>	<b>971</b>	<b>887</b>

Controladora	Vendas de mercadorias/ produtos /receitas financeiras		Prestação de serviço/compras de mercadorias/produtos/ alugueis/ TI corporativa		Despesas financeiras fee de garantia	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
SLC Agrícola S.A.	56.225	47.824	31.985	24.588	567	453
Outras Partes Relacionadas						
Mitsui e Co. Ltda.	-	-	-	-	404	434
SLC Centro Oeste S.A.	-	-	598	-	-	-
SLC Perdizes Empr. Agr. Ltda.	139	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>56.364</b>	<b>47.824</b>	<b>32.583</b>	<b>24.588</b>	<b>971</b>	<b>887</b>

Controladora	Vendas de mercadorias/ produtos /receitas financeiras		Prestação de serviço/compras de mercadorias/produtos/ alugueis/ TI corporativa		Despesas financeiras fee de garantia	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
SLC Agrícola S.A.	779	4.778	1.806	1.267		
Outras Partes Relacionadas						
Agrícola Xingu S.A.	1.841	9.581	2.131	3.076		
SLC Perdizes Empr. Agr. Ltda.	2.652	12.503	5.735	6.828		
<b>Total</b>	<b>5.272</b>	<b>26.862</b>	<b>9.672</b>	<b>11.171</b>		

A Companhia mantém com sua controladora, SLC Agrícola S.A., contratos de prestação de serviços de gestão agrícola no segmento de commodities agrícolas para a produção de grãos e algodão e de prestação de serviços de manejo do solo, aplicação de insumos (calcário e super simples) e também contrato de garantia. c) Contrato de arrendamento: O contrato de arrendamento rural tem por objeto a entrega das terras, instalações e demais bens pelo arrendador para que o arrendatário explore a atividade agrícola através do cultivo de soja, milho e algodão em contraprestação a um valor a título de preço de arrendamento. A Companhia possui contratos de arrendamentos com partes relacionadas, por um prazo mínimo de 5 anos, podendo ser prorrogado caso seja de interesse de ambas as partes. Em 31 de dezembro de 2022, o passivo de arrendamento com partes relacionadas pode ser assim demonstrado:

Fazenda	Localização	Prazo Final	Valor Con- até 1 de 1 a de 2 a de 3 a de 4 a de 5 acima de 5 anos					
			ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	
Paladino	- BA São Desidério	Jul/24	24.305	12.648	11.657	-	-	-
Perdizes	- MT Porto dos Gaúchos	Jul/32	96.890	29.567	24.517	9.262	9.899	3.125
			<b>121.195</b>	<b>42.215</b>	<b>36.174</b>	<b>9.262</b>	<b>9.899</b>	<b>3.125</b>

Parcela classificada no passivo circulante 42.216

Parcela classificada no passivo não circulante 78.979

O valor contábil representa o passivo de arrendamento com fluxo de pagamentos futuros ajustados a valor presente, considerando a taxa nominal de desconto. A Companhia optou pela utilização do expediente prático de utilizar a taxa de desconto única de acordo com os respectivos prazos para os contratos que apresentaram características semelhantes. Por este motivo apresenta uma taxa com intervalo de 6,38% a 8,36%. O preço do arrendamento é pago anualmente em reais, convertido pelo valor da cotação de balcão da saca de soja de cada região no dia do pagamento, conforme cláusula contratual. A fixação do preço da saca de soja deve ser estabelecida pelo arrendador com antecedência mínima de 15 dias, sem previsão de repactuação. d) Honorários da administração: O Grupo considera como pessoal-chave da administração os Conselheiros, o Conselheiro Independente e os Diretores. Em 31 de dezembro de 2022, não houve remuneração a essas pessoas-chave. O Grupo não oferece benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo a seus administradores.

13. Fornecedores

Fornecedores nacionais	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
	55.580	39.900	120.119	76.700
Fornecedores exterior	-	-	-	202
<b>Total</b>	<b>55.580</b>	<b>39.900</b>	<b>120.119</b>	<b>76.902</b>

A exposição do Grupo ao risco de moeda relacionados a conta de fornecedores são divulgados na nota 20.c.

14. Empréstimos e financiamentos

Aplicados no Imobilizado	Indexador	Taxes médias anuais de juros (%)		Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Pré fixado, T.JLP e Cesta de Moedas							
Finame - BNDES		5,55%	-	3.740	6.106	10.084	7.887
<b>Total</b>				<b>3.740</b>	<b>6.106</b>	<b>10.084</b>	<b>7.887</b>

Aplicados no capital de giro

Crédito Rural ..	Pré fixado	Taxes médias anuais de juros (%)		Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Crédito Rural ..	CDI	14,45%	-	-	-	111.944	-
Crédito Rural ..	Swap BRL	14,04%	-	48.954	-	48.954	-
Capital de Giro	CDI	15,37%	-	-	-	68.848	-
Financiamento à Exportação	CDI	0,00%	-	-	-	-	45.118
Financiamento à Exportação	Swap	0,00%	-	-	-	-	101.445
	US\$, €, CDI	0,00%	-	-	44.939	-	101.445
				<b>52.017</b>	<b>47.992</b>	<b>235.872</b>	<b>179.311</b>
				<b>55.757</b>	<b>54.096</b>	<b>245.956</b>	<b>187.198</b>

Parcela classificada no passivo circulante 5.237

Parcela classificada no passivo não circulante 50.520

Finame - BNDES - Linha de investimento do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico Social (BNDES). São garantidos por alienação fiduciária ou penhor dos bens financiados e por aval da SLC Agrícola S.A, sendo em alguns casos o aval é compartilhado entre esta e a Mitsui & Co. Ltd. As amortizações são realizadas em base mensal, semestral e anual e os juros no período de carência são pagos trimestralmente, entre os períodos de 15/06/2023 a 15/05/2025. • Crédito rural - Recursos destinados ao custeio e comercialização de safra, cujas regras, finalidades e condições estão estabelecidas no Manual de Crédito Rural (MCR) elaborado pelo Banco Central do Brasil. Em alguns casos, são garantidos por aval da controladora SLC Agrícola S.A. A periodicidade das suas amortizações é anual, com vencimento entre os períodos de 08/05/2023 a 09/05/2025. • Capital de giro - Linha com a finalidade de suprir a necessidade de caixa, com vencimento entre os períodos de 14/09/2023 a 29/12/2025. Lastreado em produção. Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos apresentam a seguinte composição em 31 de dezembro de 2022:

Anos de vencimento	Controladora	Consolidado
2023	5.237	119.703
2024	34.810	75.350
2025	15.710	50.903
<b>Total</b>	<b>55.757</b>	<b>245.956</b>

A exposição do Grupo ao risco de liquidez é divulgada na nota explicativa 20.

15. Provisão para riscos ambientais, cíveis, trabalhistas e tributários

A Companhia registra provisões quando a Administração, tendo base na opinião de seus assessores jurídicos, entende que existem probabilidades de perdas prováveis e que são suficientes para cobrir eventuais perdas com processos judiciais e administrativos que surgem no curso normal de seus negócios. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. a) Provisões: A Companhia registra provisões para ações ambientais, trabalhistas e tributárias classificadas como perda provável, as quais apresentaram a seguinte movimentação:

Saldo em 31/12/2021	Controladora			Consolidado		
	Ambi- entais	Traba- lhistas	Tribu- tários	Ambi- entais	Traba- lhistas	Tribu- tários
50	-	34	204	50	2	52
(50)	-	(34)	(84)	(50)	-	(84)
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>170</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>226</b>

(i) Ambientais: As ações ambientais estão relacionadas a autos de infração emitidos pelo IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. (ii) Trabalhistas: As ações trabalhistas estão relacionadas a reclamações movidas, principalmente, por ex-empregados da Companhia e Ministério Público do Trabalho. (iii) Tributários: As ações tributárias são relacionadas às autuações referentes às esferas federal e estadual. b) Passivos contingentes: A Companhia tendo por base a natureza das ações nas quais está envolvida, e sustentada pela opinião de seus assessores jurídicos, divulga seus passivos contingentes para os quais possui expectativa de perda possível. Para estas ações não foram constituídas provisões para eventuais perdas, conforme previsto no CPC 25. O valor referente a passivos contingentes apurados em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 6.650 na controladora e R\$ 10.533 no consolidado (R\$ 6.501 na controladora e R\$ 12.831 no consolidado, em 31 de dezembro de 2021). Esses valores se referem a passivos contingentes ambientais, cíveis e tributários.

16. Tributos sobre o lucro

Foi constituído, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, imposto de renda e contribuição social diferidos apresentando a seguinte natureza:

Descrição	31/12/2022			31/12/2021		
	Imposto de renda	Contri- buição social	Total	Imposto de renda	Contri- buição social	Total
Ativos:						
Diferenças temporárias:						
Provisão para participação nos resultados	719	259	978	763	275	1.038
Provisão despesas com exportação	9	3	12	28	10	38
Operações com derivativos	77	28	105	71	26	97
Provisão ajuste estoque a valor mercado	280	101	381	-	-	-
Outras	392	141	533	351	128	479
Valor justo ativos biológicos	232	84	316	-	-	-
AVP - Passivo de arrendamento	1.075	387	1.462	644	232	876
Provisão para perdas créditos ICMS	574	207	781	115	41	156
Prejuízos fiscais e base negativa	-	-	-	1.095	416	1.511
<b>Total</b>	<b>3.358</b>	<b>1.210</b>	<b>4.568</b>	<b>5.921</b>	<b>1.839</b>	<b>7.760</b>
Passivos:						
Depreciação incentivada atividade rural	(8.058)	(2.901)	(10.959)	(7.788)	(2.804)	(10.592)
Valor justo ativos biológicos	(1.431)	(748)	(2.179)	(4.286)	(1.543)	(5.829)
Operações com derivativos	(9.489)	(3.649)	(13.138)	(12.074)	(4.347)	(16.421)
<b>Total líquido</b>	<b>(6.131)</b>	<b>(2.439)</b>	<b>(8.570)</b>	<b>(6.153)</b>	<b>(2.508)</b>	<b>(8.661)</b>

Descrição	31/12/2022			31/12/2021		
	Imposto de renda	Contri- buição social	Total	Imposto de renda	Contri- buição social	Total
Ativos:						
Diferenças temporárias:						
Provisão para participação nos resultados	1.507	543	2.050	1.594	574	2.168
Provisão despesas com exportação	31	11	42	61	22	83
Operações com derivativos	77	28	105	71	26	97
Provisão ajuste estoque a valor mercado	812	292	1.104	-	-	-
Provisão para perdas créditos ICMS	574	207	781	115	41	156
AVP - Passivo de arrendamento	2.212	796	3.008	1.863	671	2.534
Provisão Fethab	1.029	371	1.400	1.029	371	1.400
Outras	526	190	716	443	161	604
Prejuízos fiscais e base negativa	3.088	1.572	4.660	9.648	3.979	13.627
<b>Total</b>	<b>9.856</b>	<b>4.010</b>	<b>13.866</b>	<b>16.975</b>	<b>5.845</b>	<b>22.820</b>

Passivos:

Depreciação incentivada atividade rural (12.479) (4.492) (16.971) (12.772) (4.598) (17.370)

Valor justo ativos biológicos (8.670) (3.121) (11.791) (9.552) (3.439) (12.991)

Operações com derivativos (1.668) (1.294) (2.962) - - -

**Total líquido** (22.817) (8.907) (31.724) (22.324) (8.037) (30.361)

**Classificado no ativo não circulante** - - - - - 1.120

**Classificado no passivo não circulante** - - - - - (17.858) (8.661)

Descrição	31/12/2022			31/12/2021		
	Imposto de renda	Contri- buição social	Total	Imposto de renda	Contri- buição social	Total
Ativos:						
Diferenças temporárias:						
Provisão para participação nos resultados	1.507	543	2.050	1.594	574	2.168
Provisão despesas com exportação	31	11	42	61	22	83
Operações com derivativos	77	28	105	71	26	97
Provisão ajuste estoque a valor mercado	812	292	1.104	-	-	-
Provisão para perdas créditos ICMS	574	207	781	115	41	156
AVP - Passivo de arrendamento	2.212	796	3.008	1.863	671	2.534
Provisão Fethab	1.029	371	1.400	1.029	371	1.400
Outras	526	190	716	443	161	604
Prejuízos fiscais e base negativa	3.088	1.572	4.660	9.648	3.979	13.627
<b>Total</b>	<b>9.856</b>	<b>4.010</b>	<b>13.866</b>	<b>16.975</b>	<b>5.845</b>	<b>22.820</b>



**Continuação** Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais)

	Taxa de Juros*	Saldo em 31/12/2022	Queda de 50%	Queda de 25%	Cenário provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%	
<b>22. Receita operacional líquida</b>								
Apresentamos abaixo a receita operacional líquida:								
<b>Dívidas em reais taxa pré-fixada</b>								
Crédito Rural	14,32%	118.070	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
BNDIS	5,55%	10.084	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Dívidas em reais taxa pós-fixada</b>								
Capital de Giro	113% CDI	68.848	(5.738)	(8.087)	(10.437)	(12.786)	(15.136)	
<b>Dívidas em euros</b>								
Crédito Rural	14,04%	47.360	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
<b>Swap</b>								
Swap BRL x CDI + PRÉ <sup>(*)</sup>	Passivo: CDI + 1,40% a.a.	(471)	39	55	71	87	103	
<b>Aplicações financeiras</b>								
CDB	100,72%	100.973	6.937	10.406	13.874	17.343	20.812	

	31/12/2022		31/12/2021	
<b>22. Receita operacional líquida</b>	A Companhia comercializa seus produtos para o mercado interno e externo. Nas vendas para o mercado externo são consideradas as vendas realizadas diretamente, tendo o Grupo como operador, e de forma indireta, com venda para comerciais exportadoras sediadas no Brasil. As vendas consolidadas no mercado interno e externo estão assim representadas:			
	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2021</b>
Receita operacional bruta	315.232	236.428	550.810	491.247
Venda de produtos	341.681	284.349	567.457	549.722
Resultado com operações de Hedge	(26.449)	(47.921)	(16.647)	(58.475)
Deduções, impostos e contribuições	(1.766)	(3.671)	(10.809)	(14.257)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>313.466</b>	<b>232.757</b>	<b>540.001</b>	<b>476.990</b>

	Controladora					
	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual até 1 ano de 1 a 2 anos	de 2 a 3 anos	de 3 a 4 anos	de 4 a 5 anos	de 5 a 6 anos
<b>31 de dezembro de 2022</b>						
<b>Passivos financeiros</b>						
<b>Não derivativos</b>						
Financiamentos e empréstimos	55.757	70.942	5.460	31.096	34.386	-
Fornecedores	55.580	55.580	55.580	-	-	-
Passivo de arrendamento	33.313	36.258	17.131	15.612	2.284	1.231
	144.650	162.780	78.171	46.708	36.670	1.231
<b>Derivativos</b>						
Operações com derivativos	(8.306)	(8.306)	(7.405)	(901)	-	-
<b>Total</b>	<b>136.344</b>	<b>154.474</b>	<b>70.766</b>	<b>45.807</b>	<b>36.670</b>	<b>1.231</b>

País	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor	% Participação	Valor	% Participação
China	88.070	36%	59.192	27%
Vietnã	46.723	19%	19.885	9%
Indonésia	43.180	17%	18.250	8%
Paquistão	27.965	11%	15.730	7%
Outros	41.143	17%	108.680	49%
<b>Total</b>	<b>247.081</b>	<b>100%</b>	<b>221.737</b>	<b>100%</b>

	Consolidado					
	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual até 1 ano de 1 a 2 anos	de 2 a 3 anos	de 3 a 4 anos	de 4 a 5 anos	de 5 a 6 anos
<b>31 de dezembro de 2022</b>						
<b>Passivos financeiros</b>						
<b>Não derivativos</b>						
Financiamentos e empréstimos	245.957	287.499	126.684	102.312	58.503	-
Fornecedores	120.119	120.119	120.119	-	-	-
Passivo de arrendamento	135.332	166.354	49.933	48.410	17.088	14.670
	501.408	573.972	296.736	150.722	75.591	14.670
<b>Derivativos</b>						
Operações com derivativos	(14.374)	(14.374)	(12.442)	(1.932)	-	-
<b>Total</b>	<b>487.034</b>	<b>559.598</b>	<b>284.294</b>	<b>148.790</b>	<b>75.591</b>	<b>14.670</b>

Cliente	31/12/2022				Total	% sobre venda de produto (sem efeito de operações de hedge)
	Pluma	Caroço em Algodão	Caroço de Milho a Granel	Soja a Soja Se-mente Outras		
Cargill	-	-	11.988	56.927	-	12,1%
Agrícola S.A	-	-	3.539	62.860	-	11,7%
Bunge Alimentos S.A.	-	-	-	-	-	-
Loius Dreyfus Company	31.218	187	5.936	25.030	-	11,0%
Outros Clientes	217.080	28.449	8.858	45.017	29.339	65,2%
	<b>248.298</b>	<b>28.636</b>	<b>30.321</b>	<b>189.834</b>	<b>29.339</b>	<b>100,0%</b>

Descrição	Valor de referência (notional)		Valor justo registrado no ativo		Valor justo registrado no passivo	
	Moeda	31/12/2022	Moeda	31/12/2022	Moeda	31/12/2022
<b>Operações de proteção cambial</b>						
Contratos NDF - 20.c	USD	63.265	USD	65.900	USD	15.422
<b>Subtotal</b>	USD	<b>63.265</b>	USD	<b>65.900</b>	USD	<b>15.422</b>
<b>Operações de proteção dos produtos - operações financeiras</b>						
Algodão - Operações financeiras - 20.d	USD	-	USD	15.794	USD	321
<b>Subtotal</b>	USD	<b>-</b>	USD	<b>15.794</b>	USD	<b>321</b>
<b>Operações de proteção cambial</b>						
Swap VC+Pré x CDI+Pré 20.e	EUR	-	EUR	15.671	EUR	23.329
<b>Subtotal</b>	EUR	<b>-</b>	EUR	<b>15.671</b>	EUR	<b>23.329</b>
<b>Operações de proteção de juros</b>						
Swap Pré x CDI+Pré 20.e	BRL	45.000	BRL	-	BRL	(472)
<b>Subtotal</b>	BRL	<b>45.000</b>	BRL	<b>-</b>	BRL	<b>(472)</b>
<b>Total</b>						
			USD	15.422	USD	24.861
			USD	13.018	USD	(577)
			USD	2.404	USD	(472)

<b>24. Seguros Patrimoniais e de Responsabilidade</b>						
<b>Natureza</b>						<b>Cobertura</b>
Estoque de Grãos e Algodão						105.000
Máquinas e Equipamentos						60.000
Responsabilidade civil de administradores						60.000
Responsabilidade civil geral						5.000
Prédios e benfeitorias						105.000
Drone						1.349
Veículos						Contra terceiros
<b>Seguro de estoque de grãos e algodão</b> - Cobertura da colheita, beneficiamento e estoque de soja, milho, algodão. Sendo produção própria ou de terceiros sobre sua responsabilidade. Apólice com vencimento em 18/12/2023. <b>Seguro de Máquinas e Equipamentos</b> - Cobertura a danos causados a Frota de Máquinas e Equipamentos Agrícolas da controladora e controladora, gerados por incêndio, queda de raio, explosão de qualquer natureza e implusão. Cada máquina e equipamento possui seu limite máximo de indenização correspondente ao seu valor segurado. Apólice com vencimento em 09/10/2023. <b>Seguro de responsabilidade civil de diretores e administradores</b> - Cobertura sobre danos involuntários causados a terceiros por responsabilidade civil de executivos (diretores e administradores), com poder de gestão na controladora e controladora. Apólices com vencimentos em 30/06/2023. <b>Seguro de responsabilidade civil geral</b> - Cobertura de garantia de pagamento de indenizações, a título de reembolso, a danos que as controladas e controladora vierem a ser responsáveis civilmente em sentença judicial transitada em julgado. Apólice com vencimento em 22/02/2023. <b>Seguro de prédios e benfeitorias</b> - Cobertura a danos materiais, causados aos prédios e benfeitorias das Fazendas da controladora e controladora, ocasionados por incêndio, explosão, vendaval e fumaça. Apólice com vencimento em 18/12/2023. <b>Seguro de Drone - Beta</b> - Cobertura de responsabilidade civil do explorador ou transportador aéreo por danos pessoais e materiais causados a terceiros, por aeronave remotamente pilotada, utilizada para fins empresariais. Apólices com vencimentos em 18/12/2023. <b>Seguro de Veículos</b> - Cobertura da Frota de veículos da controlada e controladora para danos causados a terceiros. Apólices com vencimentos em 10/10/2023.						

Descrição	Ganhos e perdas registradas no resultado		Ganhos e perdas registradas no patrimônio líquido	
	Moeda	Alocado na Receita Bruta em 31/12/2022	Moeda	Alocado no resultado financeiro em 31/12/2021
<b>Operações de proteção cambial</b>				
Contratos NDF	R\$	28.110	(20.734)	360
<b>Subtotal</b>	R\$	<b>28.110</b>	<b>(20.734)</b>	<b>360</b>
<b>Operações de proteção de commodities</b>				
Algodão	R\$	(44.757)	(37.741)	-
<b>Subtotal</b>	R\$	<b>(44.757)</b>	<b>(37.741)</b>	<b>-</b>
<b>Operações de proteção de câmbio</b>				
Swap VC+Pré x CDI+Pré	R\$	-	-	(21.182)
Swap Pré x CDI+Pré	R\$	-	-	(279)
<b>Subtotal</b>	R\$	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(21.461)</b>
<b>Total</b>	R\$	<b>(16.647)</b>	<b>(58.475)</b>	<b>(21.101)</b>

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
<b>21. Despesas por natureza</b>				
<b>Despesas por função</b>				
Custo dos produtos vendidos	(268.247)	(218.844)	(474.606)	(435.802)
Despesas com vendas	(17.324)	(10.323)	(28.142)	(21.329)
Despesas gerais e administrativas	(10.048)	(9.111)	(16.878)	(16.155)
Outras despesas operacionais	(431)	(8)	136	(239)
<b>Total</b>	<b>(296.050)</b>	<b>(238.286)</b>	<b>(519.490)</b>	<b>(473.525)</b>
<b>Despesas por natureza</b>				
Depreciação e amortização	(9.195)	(8.631)	(20.929)	(24.317)
Despesas com pessoal	(26.326)	(18.868)	(49.905)	(45.120)
Matéria prima e materiais	(182.750)	(116.631)	(315.976)	(258.250)
Alugueis e Arrendamentos	(3.135)	(1.320)	(5.279)	(5.449)
Amortização de direito de uso	(12.903)	(9.306)	(27.913)	(8.696)
Variação ativo biológico CPV	(52.072)	(79.032)	(87.849)	(124.198)
Fretes	(9.238)	(4.490)	(11.775)	(7.255)
Outras despesas operacionais	(431)	(8)	136	(240)
<b>Total</b>	<b>(296.050)</b>	<b>(238.286)</b>	<b>(519.490)</b>	<b>(473.525)</b>

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas**

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da SLC-MIT Empreendimentos Agrícolas S.A. Porto Alegre - RS

**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da SLC-MIT Empreendimentos Agrícolas S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outros assuntos - Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior**

Os balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 30 de março de 2022, sem modificação.

**Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluvio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre, 01 de março de 2023.

**KPMG Auditores Independentes Ltda.**  
CRC SP-014428/F-7

**Luis Claudio de Oliveira Guerreiro**  
Contador CRC-RJ 093679/O-1

País	31/12/2022		31/12/2021	
	Valor	% Participação	Valor	% Participação
China	88.070	36%	59.192	27%
Vietnã	46.723	19%	19.885	9%
Indonésia	43.180	17%	18.250	8%
Paquistão	27.965	11%	15.730	7%
Outros	41.143	17%	108.680	49%
<b>Total</b>	<b>247.081</b>	<b>100%</b>	<b>221.737</b>	<b>100%</b>



NOTA 11 - PARTICIPAÇÕES EM CONTROLADAS E COLIGADAS: A seguir demonstramos as informações relativas às participações em Controladas e Coligadas:

Table with columns for Habitassul Empreendimento Imobiliário Ltda, Hotel Laje de Pedra S.A., Consulplanes Cons. Planej. Ltda, Vale da Ferradura Turismo Ltda, Total Controladas, Irani Papel e Embalagem S.A., Participações S.A., Total Coligadas, and Total Investimentos. Rows show results for Dec 31, 2020 and Dec 31, 2021, including assets, liabilities, and equity changes.

NOTA 12 - PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO

Table showing Terrenos, Prédios, and Total. Rows include Saldo em 31 de dezembro 2020, Avaliação do valor justo, Acréscimos, Baixa por acordo IPTU (\*), Saldo em 31 de dezembro 2021, Avaliação do valor justo, Acréscimos, Saldo em 31 de dezembro 2022, and Avaliação do valor justo.

do Edifício Garagem Sete de Setembro. A variação do valor justo no ano de 2021, foi negativa em R\$ 51.607 mil, principalmente devido a avaliação de uma área de terras no Porto Verde e a cinco áreas de terra no Humaitá, anteriormente avaliadas pelo método involutivo e que a Companhia considerou melhor forma de avaliação o método evolutivo. As avaliações das propriedades para investimento são efetuadas nas datas anuais de reporte por empresas especializadas e consistem basicamente na aplicação do método evolutivo para bens de renda e método involutivo para as glebas, conforme descrito abaixo: a) Método Comparativo Direto de Dados de Mercado: Aquele que define o valor através da comparação com dados de mercado semelhantes quanto às características intrínsecas e extrínsecas. As características e os atributos dos dados pesquisados que exercem influência na formação dos preços e, consequentemente, no valor, devem ser ponderados por homogeneização ou por inferência estatística, respeitados os graus de fundamentação preconizados pela NBR 14.653-2/2004.

A tabela a seguir demonstra as taxas médias de depreciação do imóvel: Taxa média depreciação a.a. Imóveis prédios: 1,67% Máquinas e equipamentos: 10 a 20% Móveis e utensílios: 10,00% Instalações: 10,00% Equipamentos de informática: 20,00% Veículos: 20,00% (\* Baixas referem-se ao acordo firmado em 25 de outubro de 2021, a Habitassul Desenvolvimentos Imobiliários S.A. celebrou acordo com o município de Porto Alegre RS, conforme nota nº 15 (5). (\*\*) Contempla basicamente os investimentos do projeto do novo sistema

celamentos de impostos. Os parcelamentos são corrigidos pela taxa Selic e TJLP, parte do valor se refere ao Parcelamento Excepcional Lei nº 11.941/09 e Parcelamento Simplificado. Houve uma revisão nos Parcelamentos da Secretaria da Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, com a revisão da Lei nº 11.941/09 em 30/09/2009.

Summary table with columns 31.12.2022 and 31.12.2021. Rows include Impostos correntes, Impostos parcelados (\*), Encargos sociais e impostos retidos, Impostos municipais - IPTU, Total, Circulante, and Não Circulante.

NOTA 17 - OUTRAS CONTAS A PAGAR

Table with columns 31.12.2022 and 31.12.2021. Rows include Fundo de promoção, Credores diversos, Adiantamento de clientes, Valores a repassar, Total, and Circulante.

NOTA 18 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO: a) O Capital Social subscrito e integralizado é de R\$ 83.920, representado por 42.473 ações Ordinárias Nominativas sem valor nominal. b) Reserva legal - constituída pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos. c) Reserva de lucros a realizar - constituída com base em lucros não realizados relativos aos efeitos na adoção inicial dos pronunciamentos técnicos do CPC e IFRS e, em decorrência dos efeitos do valor justo das propriedades para investimento da Companhia e do resultado líquido positivo da equivalência patrimonial sobre investimentos em controladas e coligadas, a Companhia optou por constituir uma reserva de lucros a realizar, a qual é utilizada para absorver prejuízos ou pagar dividendos. d) Os dividendos estão sendo propostos pela Administração a constituição de reserva especial para dividendos obrigatórios, foram calculados como segue:

Table with columns 2022 and 2021. Rows include Resultado líquido do exercício, Compensação prejuízo acumulado, Base Reserva legal, Reserva legal 5%, Realização ajuste avaliação patrimonial e resultado abrangente, Base cálculo do dividendo, Reserva especial para dividendos obrigatórios não distribuídos (25%), Dividendos recebidos de coligadas, Total reserva especial para dividendos obrigatórios não distribuídos, Ajustes de avaliação patrimonial - constituída com base na avaliação de certos ativos imobilizados, ao custo atribuído no balanço de abertura para adoção inicial do IFRS, Também estão registrados os efeitos por equivalência patrimonial em coligadas, dos valores dos instrumentos financeiros designados como hedge de fluxo de caixa líquidos dos efeitos tributários, e ganho por alteração de participação, NOTA 19 - HONORÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO, NOTA 20 - COBERTURA DE SEGUROS, As apólices de seguros mantidas pela Companhia proporcionam coberturas suficientes para eventuais sinistros em seus respectivos imóveis.

NOTA 13 - IMOBILIZADO

Table with columns Máquinas e equipamentos, Móveis e utensílios, Equipamentos de informática e Comunicação, Instalações, Veículos, Outros, and Total. Rows include Saldos em 31 de dezembro de 2020, Aquisições, Baixas (\*), Depreciação, Saldos em 31 de dezembro de 2021, Aquisições, Depreciação, and Saldos em 31 de dezembro de 2022.

A tabela a seguir demonstra as taxas médias de depreciação do imóvel: Taxa média depreciação a.a. Imóveis prédios: 1,67% Máquinas e equipamentos: 10 a 20% Móveis e utensílios: 10,00% Instalações: 10,00% Equipamentos de informática: 20,00% Veículos: 20,00% (\* Baixas referem-se ao acordo firmado em 25 de outubro de 2021, a Habitassul Desenvolvimentos Imobiliários S.A. celebrou acordo com o município de Porto Alegre RS, conforme nota nº 15 (5). (\*\*) Contempla basicamente os investimentos do projeto do novo sistema

NOTA 14 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS: São registrados pelos valores originais de captação, atualizados monetariamente pelos indexadores pactuados contratualmente com os credores, acrescidos de juros apropriados até as datas dos balanços.

Table with columns 31.12.2022 and 31.12.2021. Rows include Tipo de Dívida, Parcela Circulante, Parcela Não Circulante, Parcela Circulante, Parcela Não Circulante, Vencimento Final, Indexador, Indexador acrescido de, and Garantias.

\* Valor de R\$ 11.977 refere-se a dívida junto ao extinto BNH, transferida para a Caixa Econômica Federal cujos valores foram consignados perante a 11ª Vara da Justiça Federal de Porto Alegre, 1993, os quais estiveram registrados na rubrica Depósitos judiciais e caucões. No exercício de 2022 os valores foram compensados em função de não haver mais recurso na ação que determinava a consignação dos valores.

NOTA 15 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS: A Companhia possui ações judiciais e administrativas de natureza trabalhista, cíveis e tributárias, decorrentes das atividades normais de seus negócios. Com base na opinião dos assessores jurídicos, a Administração da Companhia entende que a provisão para contingências esta constituída em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso, conforme demonstrado a seguir:

Esta decisão é objeto de recurso ao Superior Tribunal de Justiça, nos autos do Recurso Especial nº 1.581.225-RS, no qual se busca não apenas a anulação da decisão para que sejam conhecidos e providos os embargos infringentes, mas que, após a uma vez a conhecidos e providos os embargos, seja reconhecida a quitação do contrato pela consignação realizada, ou, se mantida a decisão de extinção da consignatória por perda de objeto, sejam devolvidos todos os valores consignados para a Habitassul. A sentença que anulou o contrato entre Habitassul e a Caixa Econômica Federal reconheceu a existência de um crédito a favor da CEF superior ao valor transacionado no negócio jurídico anulado. Todavia, os créditos hipotecários consignados possuem taxa média de juros superior à taxa de juros do contrato anulado e à taxa média de juros dos contratos que tinham sido consolidados na transação de 1991. Deste modo, as relações de débito e crédito entre as partes deverão ser apuradas administrativamente ou judicialmente. Nesse sentido, a CEF ajuizou o processo nº 5023874-87.2018.4.04.7100, perante a Justiça Federal de Porto Alegre, RS, para cobrança dos valores que entende devidos. Em que pese a prejudicialidade do resultado da ação consignatória objeto do Recurso Especial nº 1.581.225-RS em relação a esta tentativa de cobrança, a Administração da companhia decidiu por efetuar provisão no valor de R\$ 346.189. A Companhia possui R\$ 318.715 em créditos (Nota 6) junto ao FCVS que podem ser utilizados na liquidação deste passivo. (2) Reclamações trabalhistas movidas por ex-funcionários pleiteando, dentre outros itens, pagamento de horas extraordinárias, equiparação salarial e danos morais; (3) Ações envolvendo questões na área cível tais como rescisão e revisão de contratos, usucapião, reivindicatórias, cumprimento de termo de acordo judicial (TAJ) e outras. Neste exercício houve uma redução oriunda do prognóstico avaliado dos assessores jurídicos quanto ao desfecho dos processos cíveis relacionados a indenização por terceiros referente a Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul contra Habitassul Desenvolvimento Imobiliário S.A. e outros (ACP 0211111-40.2004.8.21.0052), visando reparação de danos e condenação das rés em implantar no loteamento Moradas da Colina (Ramada), sistema de tratamento de água e esgoto, com a construção de Estação de Tratamento de Esgotos, tudo aprovado pela CORSAN e pelo Órgão Ambiental Estadual (FEPAM). Sentença julgou procedente a ação, condenando os três rés, solidariamente. A mesma foi confirmada pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, tendo sido interpostos Recursos Especiais ao STJ o qual teve seguimento negado. No entanto o próprio município, que também foi condenado solidariamente junto com a Habitassul e Bolognesi, construiu e con-

cluiu a obra de tratamento de água/esgoto e ETE, cumprindo assim a obrigação de fazer objeto da condenação. Assim, o valor contenciado relativamente a este processo é de R\$ 3.164, relativos a cumprimento de sentença a ser promovido pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul, que buscava eventual indenização por dano ambiental, uma vez que a obrigação principal já foi satisfeita pelo Município. (4) Representa preponderantemente as questões relativas ao imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU. A Companhia e suas controladas reavaliaram a condição das contingências decorrentes das discussões dos valores do IPTU, visando a regularização através de acordos com as prefeituras. (5) Em 25 de outubro de 2021, a Habitassul Desenvolvimentos Imobiliários S.A. celebrou acordo com o município de Porto Alegre RS, para quitação de débitos fiscais relativos a vários imóveis de sua propriedade, incluindo honorários advocatícios devidos à procuradoria Municipal, já lançados os descontos relativos ao pagamento à vista, conforme estabelecido no Programa RecuperarPoa, cujo valor totaliza a quantia de R\$ 23.340. Os referidos débitos serão quitados integralmente através da entrega por parte da Companhia dos imóveis: i) Prédio da Rua General João Manoel, 157 e ii) Box estacionamento do Edifício Garagem Sete de Setembro, sob o qual pendente ainda a emissão e registro da Carta de Adjudicação junto ao Registro de Imóveis competente. Contingências Possíveis: Para as contingências avaliadas pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos como perdas possíveis não foram registradas provisões. Em 31 de dezembro o montante estimado, com base no valor atualizado das causas, já descontado o acordo de IPTU mencionado no item (4), dessas contingências classificadas como de perdas possíveis, a composição é a seguinte:

Table with columns 31.12.2022 and 31.12.2021. Rows include Cível (16.852, 5.430), Tributária (5.484, 8.145), Trabalhista (5.321, 1.500). Decision of the STF on 'coisa julgada' in tax matters: On 08/02/2023, the STF in Plenary of the Superior Tribunal Federal (STF) decided, by unanimity, on the Extraordinary Recourses 955.227 (Tema 885) and 949.297 (Tema 881) on the possibility of de deconstituição a coisa julgada em relações jurídicas de trato sucessivo em matéria tributária. A Companhia avaliou junto aos Escritórios Jurídicos dos processos tributários em que a Companhia é ou foi parte, tanto no polo ativo quanto passivo, e não foi identificada qualquer situação que possa ser afetada pela referida decisão. NOTA 16 - IMPOSTOS TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER: O saldo corresponde a impostos, contribuições e par-

NOTA 21 - RECEITA LÍQUIDA: A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

Table with columns 2022 and 2021. Rows include Receita bruta de produtos e serviços, Impostos sobre vendas, Total, and Despesas com vendas.

NOTA 22 - DESPESAS POR NATUREZA

Table with columns 2022 and 2021. Rows include Despesas com vendas, Despesas com publicidades e propaganda, Comissões e corretagens, Total, Despesas com administrativas, and Outras despesas administrativas.

NOTA 23 - RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Table with columns 2022 and 2021. Rows include Recaudas financeiras, Juros e variações monetárias ativas, Outras, Total, Despesas financeiras, Juros e variações monetárias, Imposto s/operações financeiras, Outras, Total.

NOTA 24 - OUTRAS RECEITAS (DESPESAS), LÍQUIDAS 2022 2021 Condomínios, IPTU e conservação de imóveis: (5.742), (42.693) Variação de ajuste a valor justo (\*): 3.274, (51.607) Provisão e perdas com créditos (3.631) Outras: 5.240, (7.793) Total: 2.450, 8.565 (40.088), (48.568)

NOTA 25 - RESULTADO POR AÇÃO: O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício atribuível aos detentores de ações ordinárias - ON da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. No caso da Companhia, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico por ação, pois esta não possui ações ordinárias potenciais diluidoras.

Table with columns CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO (Péricles Pereira Druck - Presidente, Euripto de Freitas Druck - Conselheiro, Maria Therezinha Druck Bastide - Conselheira) and DIRETORIA (José Roberto Mateus Junior - Diretor, Angelo Felipe Barbosa Moleta - Diretor). Evandro Zabott - Contador CRC/SC 024961/O-8.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da Habitassul Desenvolvimentos Imobiliários S/A Porto Alegre RS

Econômica Federal. Essas obrigações dependem das negociações e do andamento das ações as quais podem ter desdobramentos significantes na estimativa elaborada pela Administração e seus assessores jurídicos. A Administração da Companhia baseada na opinião dos seus assessores jurídicos entende que a provisão constituída é suficiente para eventuais contingências e estão cobertos pelos créditos junto ao FCVS apresentados na nota explicativa nº 6. Nossa opinião não está modificada em função desse assunto.

com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Habitassul Desenvolvimentos Imobiliários S/A (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Habitassul Desenvolvimentos Imobiliários S/A em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Porto Alegre, RS, 21 de março de 2023.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados

Ênfase - Provisão Contingências

Conforme descrito na nota explicativa nº 15, a Companhia possui provisão para contingências para cobrir as perdas esperadas, dentre as quais, destacamos a oriunda das obrigações junto a CEF - Caixa

Sérgio Laurimar Fioravanti Sócio - CRCRS nº 48.601

Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S/S CRCRS nº 006706/O CVM 12.360 CNIA/PJ 000023

# PUBLICIDADE LEGAL

**Crédito Real  
Imóveis e Condomínios S.A.**  
CNPJ 92.691.336/0001-66 - NIRE 43 3 0001535 1  
**AVISO AOS AÇIONISTAS**  
Comunicamos que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia, situada na Av. Carlos Gomes, 1450, os documentos a que se refere o Art. 133 da lei nº 6.404/76, relativos ao exercício social findo em 31/12/2022.  
Porto Alegre, 24 de março de 2023.  
Carlos Eduardo Ruschel - Diretor Superintendente

## Jornal do Comércio

*O Jornal de economia e negócios do RS*

### **PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!**

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ [agencias@jornaldocomercio.com.br](mailto:agencias@jornaldocomercio.com.br)

✉ [comercial@jornaldocomercio.com.br](mailto:comercial@jornaldocomercio.com.br)

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



\*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC



# Transportadora Sulbrasileira de Gás S/A.

CNPJ 03.146.349/0001-24 NIRE 43300039161

e Mendoza, na Argentina até a cidade de San Jerónimo, na província de Santa Fé. A expectativa é que com a construção desse gasoduto de aproximadamente mil quilômetros e através da malha existente, o gás chegue até Uruguaiana possibilitando assim a integração efetiva do mercado de gás entre Brasil e Argentina. A TSB apresentou à ANP em 2021 o seu processo de Chamada Pública - CPAC 01/2022 para oferta de capacidade de transporte no Trecho 3. Até que a agência conclua a análise para aprovação do Edital, a TSB tem formalizado com o carregador a assinatura de contratos extraordinários aprovados pela ANP, dando seguimento à operação. Em 2022, foram transportados, no Trecho 3, 176,7 MM m³ de gás contra 162,8 MM m³ em 2021. No Trecho 1, até o mês de agosto de 2022, a TSB mantém outro contrato extraordinário de transporte, para abastecimento da Termelétrica de Uruguaiana. O último serviço de transporte ocorreu em dezembro de 2021, quando foram transportados 61,3 MM m³. Esperamos para 2023, que se criem as condições necessárias de mercado para remada da operação da UTE de Uruguaiana e que programam os esforços de todos os agentes envolvidos para que efetivamente a integração de gás do Cone Sul seja uma realidade, além da conclusão do processo de CPAC da TSB. Destacamos também a inspeção do Gasoduto para certificação da integridade no Trecho 1, com descobrimento do duto e avaliação de quatro pontos sugeridos por ocasião da passagem de PIG naquele Trecho. Os trabalhos foram concluídos em três pontos identificados, sem intercorrências. O último poço será avaliado no início de 2023. No plano institucional a TSB segue acompanhando, como membro da ATGAS (Associação dos Transportadores de Gás Natural) os trabalhos de formulação e desenvolvimento da regulamentação necessária para a efetiva implantação da "nova" lei do gás recentemente aprovada. Finalmente, esperamos em 2023 repleto de desafios que, uma vez superados, viabilizarão a tão desejada flexibilização e competitividade do mercado nacional de gás natural com as naturais consequências positivas na redução do preço e aumento das alternativas de suprimento a este mercado com demanda crescente. **Walter Edmilson Faioli** - Diretor Geral, **Maria José Silveira Picos** - Diretora Comercial e Financeira.

**Demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e Parecer dos auditores independentes (As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras) Em milhares de reais.**

Balancetes patrimoniais em 31 de dezembro			
Ativo Circulante	Nota	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	3	7.079	6.282
Contas a receber de clientes		1.354	1.268
Impostos e contrib. a recuperar		95	16
Outras contas a receber		130	119
<b>Total do circulante</b>		<b>8.598</b>	<b>7.685</b>
<b>Não circulante</b>			
Imobilizado	4	9.734	10.838
Intangível	5	686	774
<b>Total do não circulante</b>		<b>10.420</b>	<b>11.612</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>19.018</b>	<b>19.297</b>

Demonstração dos Fluxos de Caixa			
Atividades operacionais	2022	2021	
Lucro líquido do exercício	10.652	5.592	
Aj. receitas e despesas fi envolvendo caixa:			
Depreciações e amortizações	1.219	1.219	
Constituição provisão a pagar	- 1.990	- 1.990	
<b>Lucro líquido do exercício ajustado</b>	<b>11.871</b>	<b>8.801</b>	
Redução (aum.) na variação de ativos:			
Contas a receber de clientes	(86)	(345)	
Impostos e contribuições a recuperar	(19)	(2)	
Aumento (red.) na variação de passivos:	(11)	(2)	
Fornecedores	(1.499)	1.612	
Provisões trabalhistas e encargos sociais	53	18	
Impostos e contribuições a recuperar	(55)	194	
Outras contas a pagar	10	2	
Provisão a pagar	(1.128)	-	
<b>Caixa liq. proveniente ativ. operac.</b>	<b>9.136</b>	<b>10.278</b>	
Atividades de investimentos			
Aquisições ativo imobilizado	(27)	(9)	
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	<b>(27)</b>	<b>(9)</b>	
Atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos	(8.312)	(7.516)	
Redução de capital	(6.000)	-	
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>(8.312)</b>	<b>(13.516)</b>	

Demonstração do Valor Adicionado			
1. Receitas	2022	2021	
1.1) Vendas de serviços	18.250	15.127	
1.2) Deduções das receitas brutas	19.039	15.775	
<b>2. Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>4.567</b>	<b>6.357</b>	
2.1) Custo dos serviços vendidos	3.744	2.961	
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	823	3.396	
<b>3. Valor adicionado bruto (1-2)</b>	<b>13.683</b>	<b>8.770</b>	
4) Depreciação e amortização	1.209	1.219	
<b>5. Valor adic. Liq. prod. p/ entid. (3-4)</b>	<b>12.474</b>	<b>5.467</b>	
6) Valor adic. recebido transferência	930	375	
6.1) Receitas financeiras	930	375	
<b>7. Valor adic. total a distribuir (5+6)</b>	<b>13.404</b>	<b>7.026</b>	
<b>8. Distribuição do valor adicionado</b>	<b>13.404</b>	<b>7.026</b>	
8.1) Pessoal	1.561	1.417	
8.1.1) Remuneração direta	1.246	1.123	
8.1.2) F.G.T.S.	209	199	
8.1.3) F.G.T.S.	99	89	
8.1.4) Outros	7	6	
<b>8.2) Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>1.182</b>	<b>903</b>	
8.2.1) Federais	1.180	893	
8.2.2) Estaduais	-	3	
8.2.3) Municipais	2	7	
<b>8.3) Remun. de capital de terceiros</b>	<b>9</b>	<b>14</b>	
8.3.1) Despesas financeiras	9	14	
<b>8.4) Remuneração de capitais próprios</b>	<b>10.652</b>	<b>5.592</b>	
8.4.1) Dividendos	6.770	4.005	
8.4.2) A disposição para proposta de dividendos adicionais	3.882	1.587	

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)**

**1. Contexto Operacional:** A Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A. é uma Sociedade Anônima de Capital Fechado, com sede em Porto Alegre no Estado do Rio Grande do Sul, constituída em 23 de março de 1999, cuja atividade consiste na prestação de serviço de transporte de gás natural através de gasoduto, de sua propriedade, que foi concebida para transportar gás natural da Argentina, interligando a malha de gasodutos daquele país ao sistema brasileiro de gasodutos, iniciando na cidade de Uruguaiana, na fronteira oeste do estado, até a cidade de Canoas, na região metropolitana de Porto Alegre. A primeira fase do gasoduto (Fase I) foi concluída em maio de 2000 e consistiu-se de dois trechos de 25 km em cada uma das duas extremidades do gasoduto. Na extremidade oeste, o trecho da TSB está conectado com o gasoduto da Transportadora de Gás do Mercosul S.A. - TGM e, na sua extremidade leste, com o gasoduto da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia - Brasil S.A. - TBG. Estes investimentos de, aproximadamente, US\$ 30 milhões, foram efetuados com recursos próprios. A vida útil desses ativos foi originalmente estimada em 10 anos; entretanto, em 2006, a administração realizou estudos reavaliando esta estimativa para 30 anos. A Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A. assumiu o desafio de transportar o gás natural, construindo e administrando o Gasoduto Uruguaiana - Porto Alegre. O projeto prevê 615 km de dutos no Estado do Rio Grande do Sul, dos quais 50 km já foram construídos na Fase I. O desafio atual é viabilizar a segunda fase do gasoduto, Fase 2, que contempla a interligação do trecho entre Uruguaiana e o Polo Petroquímico de Triunfo. A conclusão do gasoduto da TSB proporcionará a interligação das jazidas do Brasil, da Argentina e da Bolívia, consolidando, assim, a integração do mercado de gás do Cone Sul. A Companhia mantém um contrato de serviço de transporte firme com a Sulgás - Cia. de Gás do Estado do Rio Grande do Sul, distribuidora de gás natural, no Trecho 3, transportando gás de Canoas até o Polo Petroquímico do Sul - Triunfo - RS, que findou em 17/02/2022. Em virtude da ANP não ter aprovado a tempo o Edital para realização de Chamada Pública para Contratação de Capacidade de Transporte de Gás Natural - CPAC 01/2022, nos termos do artigo 38, II, da Resolução ANP nº 11/2016, essa agência instruiu para que fosse realizado um contrato de transporte extraordinário para dar continuidade à operação. Em 18/02/2022 foi firmado então um contrato nessa modalidade, com vigência até 31/12/2022. No mês de dezembro de 2022, uma vez que não havia concluído a análise da proposição de Chamada Pública, a ANP instruiu para realizar novamente outro contrato extraordinário, contrato este que foi assinado em 28/12/2022, com vigência de um ano. A Companhia mantém também um contrato extraordinário com a empresa Âmbar Energia S/A no Trecho 1 - Uruguaiana, para eventual suprimento à Termelétrica localizada, que foi encerrado em 17/08/2022. A operação da Técnica em Uruguaiana é dependente da relação preço da energia no mercado spot e do preço do gás importado da Argentina, além da capacidade de transporte na malha daquele país. Esta condição favorável é incerta e pode ocorrer em períodos de demanda de gás na Argentina que favoreçam a exportação ao Brasil. Por isso, a TSB mantém em condições de retomada imediata suas instalações no Trecho 1, para operação em caráter extraordinário. Tem, inclusive, processo em fase final de avaliação na ANP, proposta de tarifa para contrato extraordinário naquele Trecho I, adequada a nova legislação do gás (modelo de Entrada e Saída). A emissão dessas demonstrações contábeis foi autorizada pela Diretoria, em 27 de janeiro de 2023 e será submetida à aprovação do Conselho de Administração. **2. Resumo das Principais Políticas Contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **2.1. Base de preparação e apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis

**Relatório da Administração:** A Transportadora Sulbrasileira de Gás S/A - TSB, que foi concebida para integrar a malha de gasodutos do Brasil com a Argentina, aumentando a flexibilidade de fornecimento principalmente à região Sul do Brasil, ainda se depara com o desafio de completar esta conexão, acreditando na conclusão do projeto com a construção da Fase 2, que conectará o Trecho 1, em Uruguaiana-RS, ao Trecho 3, no Polo Petroquímico, na cidade de Triunfo-RS. Neste ano, iniciaram as obras do gasoduto Nestor Kirchner que objetiva levar gás de Vacca Muerta, que fica nas províncias de Neuquén e Rio Negro, até a cidade de Uruguaiana, possibilitando assim a integração efetiva do mercado de gás entre Brasil e Argentina. A TSB mantém outro contrato extraordinário de transporte, para abastecimento da Termelétrica de Uruguaiana e que programam os esforços de todos os agentes envolvidos para que efetivamente a integração de gás do Cone Sul seja uma realidade, além da conclusão do processo de CPAC da TSB. Destacamos também a inspeção do Gasoduto para certificação da integridade no Trecho 1, com descobrimento do duto e avaliação de quatro pontos sugeridos por ocasião da passagem de PIG naquele Trecho. Os trabalhos foram concluídos em três pontos identificados, sem intercorrências. O último poço será avaliado no início de 2023. No plano institucional a TSB segue acompanhando, como membro da ATGAS (Associação dos Transportadores de Gás Natural) os trabalhos de formulação e desenvolvimento da regulamentação necessária para a efetiva implantação da "nova" lei do gás recentemente aprovada. Finalmente, esperamos em 2023 repleto de desafios que, uma vez superados, viabilizarão a tão desejada flexibilização e competitividade do mercado nacional de gás natural com as naturais consequências positivas na redução do preço e aumento das alternativas de suprimento a este mercado com demanda crescente. **Walter Edmilson Faioli** - Diretor Geral, **Maria José Silveira Picos** - Diretora Comercial e Financeira.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido						
Nota	Capital social	Legal	Reservas de lucros		Lucros acumul.	Total
			de Lucros	de Lucros		
	15.692	1.893	-	2.633	-	20.218
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>15.692</b>	<b>1.893</b>	<b>-</b>	<b>2.633</b>	<b>-</b>	<b>20.218</b>
Dividendos pagos	-	-	-	(2.633)	-	(2.633)
Redução de Capital	9.a	(6.000)	-	-	-	(6.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	5.592	5.592
Destinações:	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	45	-	-	(45)
Dividendos antecipados	9.b	-	-	-	(4.005)	(4.005)
Saldo a disposição dos sócios	9.b	-	-	1.542	(1.542)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>9.692</b>	<b>1.938</b>	<b>-</b>	<b>1.542</b>	<b>-</b>	<b>13.172</b>
Dividendos pagos	-	-	-	(1.542)	-	(1.542)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	10.652	10.652
Destinações:	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva legal	-	-	-	-	-	-
Dividendos antecipados	9.b	-	-	-	(6.770)	(6.770)
A disp. para prop. de divid. adicionais	9.b	-	-	3.882	(3.882)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>9.692</b>	<b>1.938</b>	<b>-</b>	<b>3.882</b>	<b>-</b>	<b>15.512</b>

liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. **2.11. Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas Demonstrações Contábeis ao final do exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas, em Assembleia Geral. **2.12. Ativos e passivos contingentes:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas são efetuados da seguinte forma: Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração da Companhia possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. Passivos contingentes são reconhecidos contabilmente levando-se em conta a opinião da assessoria jurídica, a natureza das demandas, a similaridade com outros processos, a complexidade no posicionamento dos tribunais, entre outras análises da Administração da Companhia, sempre que as perdas forem avaliadas como prováveis, o que ocasionaria uma saída futura de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas e os passivos contingentes classificados como perdas remotas não requerem provisão e nem divulgação nas Demonstrações Contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas Demonstrações Contábeis devido às imprevisões inerentes ao processo de sua determinação. **2.13. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia.

**3. Caixa e Equivalentes de Caixa:**

2022	2021
Caixa	7.079
Aplicações financeiras	6.281
<b>7.079</b>	<b>6.282</b>

**4. Imobilizado:**

2022	2021
Gasoduto Fase I	59.705
Adições/baixas	(14)
<b>Saldos em 31/12/2022</b>	<b>59.705</b>

2022	2021
Custo Total	59.705
Depreciação Acumulada	(48.906)
<b>Saldos em 31/12/2022</b>	<b>(1.109)</b>

2022	2021
Custo Total	59.705
Depreciação Acumulada	(48.906)
<b>Saldos em 31/12/2021</b>	<b>(1.109)</b>

2022	2021
Custo Total	4.441
Depreciação Acumulada	(3.667)
<b>Saldos em 31/12/2022</b>	<b>(774)</b>

	Equip.de Inform.	Móveis Utens.	Instal. Aparelhos	Veículos	Total
Equip.de Inform.	128	60	100	62	60.055
Móveis Utens.	14	10	62	60.072	17
Instal. Aparelhos	-	-	-	-	-
Veículos	-	-	-	-	-
<b>Saldos em 31/12/2022</b>	<b>(50.105)</b>	<b>(123)</b>	<b>(58)</b>	<b>(62)</b>	<b>(50.338)</b>

2021	2020
Custo Total	59.705
Depreciação Acumulada	(47.797)
<b>Saldos em 31/12/2021</b>	<b>(1.109)</b>

2021	2020
Custo Total	4.441
Depreciação Acumulada	(3.580)
<b>Saldos em 31/12/2021</b>	<b>(87)</b>

**6. Provisão a Pagar:** Passagem do PIG no Trecho I e III Compartilhamento de utilização da faixa de dutos no Trecho III 902 781 186 462 269 34 496 **1.955 3.083** **Provisão dos custos com a passagem de PIG no Trecho I e III:** refere-se aos gastos com serviços de inspeção de dutos requeridos regularmente com intervalos de cerca de 10 anos, indispensáveis para a avaliação da integridade dos gasodutos. **Provisão do compartilhamento de utilização faixa de dutos no Trecho III:** refere-se ao uso compartilhado do trecho da faixa de dutos ORSL, onde foi construído o gasoduto da TSB. Para que a Companhia ocupe de forma regular o referido trecho da faixa, com a finalidade específica de operar, inspecionar e manter seu duto para transporte de gás natural. O ritmo da evolução das negociações para acordo das condições contratuais, levou à necessidade de constituir provisão para suportar este compromisso até o momento. **Provisão para calibração de medidores de vazão e com o gás utilizado na passagem do PIG do Trecho III:** valor do gás utilizado na passagem do PIG e custo do serviço contratado para calibração do medidor de vazão do trecho III. **Provisão para Integridade e Inspeção de dutos:** representa o custo com serviço especializado contratado para verificação das condições atuais de integridade dos dutos nos Trechos I e III. **Consultoria externa para elaboração do Edital do CPAC 01/2022:** refere-se à prestação de serviços de consultoria contratada para elaboração do Edital e do Modelo Tarifário incluso no Processo de Chamada Pública da TSB para oferta de capacidade de transporte no Trecho III. (Canoas/RS - Triunfo/RS). **7. Contingências: 7.1 Provisão para Contingências:** A Companhia mantém o valor de R\$ 270 reconhecido como provisão para compensação ambiental devido a transporte de gás. Inicialmente a TSB fez um projeto dos dois trechos e os submeteu à aprovação da Licença Prévia. Porém, tendo em vista que o Trecho 02 não foi construído, tal valor somente será liquidado por ocasião da conclusão desta obra. Na Licença de Instalação nº 1046/2010-DL da FEPAM, em seu item 10, são estabelecidas as condições e restrições do projeto bem como a Medida Compensatória. **7.2 Contingência Tributária:** A Companhia ajuizou mandado de segurança para fins de assegurar a exclusão dos valores incidentes a título de ICMS e de ISSQN nos serviços de transporte prestados quanto às competências vinocendas e vencidas dentro do período de 5 anos do ajuizamento da ação. Em maio de 2018 a Companhia obteve sentença favorável a tutela provisória, no que se refere ao ICMS, julgando procedente o pedido de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS e, desde junho de 2018 passou a excluir o ICMS, quando aplicável. De outra parte não está reconhecendo o crédito tributário das competências vencidas dos últimos cinco anos, mensurado na época em cerca de R\$ 218, aguardando a conclusão do processo na parte relativa ao ISSQN, para que conste como transitado em julgado no seu todo. **8. Fornecedores - Não Circulante:** O valor de R\$ 332 refere-se ao acordo entre a CONFAB Industrial S.A., fornecedora dos tubos por ocasião da construção da Fase II do Gasoduto e a TSB quanto ao valor do diferencial alíquotado de ICMS recolhido ao Estado do Rio Grande do Sul. A TSB recolheu a totalidade do referido diferencial e glosou das faturas da CONFAB, uma vez que o contrato de fornecimento ("Engineering, Procurement and Construction") previa que o

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE**

Aos Acionistas e Administradores da Transportadora Sulbrasileira de Gás S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da TRANSPORTADORA SULBRASILEIRA DE GÁS S.A. que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da TRANSPORTADORA SULBRASILEIRA DE GÁS S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor para demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado:** A Demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC T09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

totalidade dos impostos seria por conta do fornecedor dos tubos. No acordo, a TSB devolveu a metade da importância retida, ficando a outra metade para ser negociada quando ocorrer a construção da Fase II do Gasoduto. **9. Patrimônio Líquido:** (a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 9.692 e está representado por 80.500.000 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. Cada ação assegura direito a um voto nas Assembleias Gerais de Acionistas. Cada classe de ações confere o direito de nomear, pelo menos, um membro do Conselho de Administração da Companhia e respectivo suplente. Em 31 de maio de 2021 conforme Assembleia Geral Extraordinária foi aprovada a redução do capital social em R\$ 6.000.000,00 sem cancelamento de ações. Efetuada a restituição do capital social aos acionistas, o capital social ficou em R\$ 9.691.956,87 (nove milhões, seiscentos e noventa e um mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e oitenta e sete centavos), dividido em 80.500.000 (oitenta milhões e quinhentas mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2022, a composição acionária da Companhia está assim demonstrada: **Acionistas**

Petróleo Brasileiro S.A. (PETROBRAS)	25
Total Gas And Power Brazil	25
Ipiranga Produtos de Petróleo S.A.	25
Repsol Exploração Brasil Ltda.	25
<b>Total</b>	<b>100</b>

(b) Distribuição de resultados: De acordo com o estatuto social da Companhia, o lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76, terá a seguinte destinação: • 5% para constituição da reserva legal, que não excederá 20% do capital social. • 25 % do lucro líquido ajustado para dividendos obrigatórios. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a proposição da Administração da Companhia para pagamento de dividendos está conforme demonstrativo a seguir:

Descrição	2022	2021
Lucro líquido do exercício	10.652	5.592
Restinação:		
Reserva legal (5%) limitado a 20% do Capital Social	-	(45)
Dividendos	(6.770)	(4.005)
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	(2.663)	(1.387)
Dividendos complementares	(4.107)</	

continuação das Demonstrações Financeiras da Transportadora Sulbrasil de Gás S/A - CNPJ 03.146.349/0001-24 NIRE 43300039161

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos da auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente tenham sido identificados durante nossos trabalhos. Porto Alegre, RS, 27 de janeiro de 2023. **Marcelo Edgar de Vargas Gais** - Contador - CRCRS nº 51.308 O-7 • **Baker Tilly Brasil RS Auditores Independentes S/S** - CRCRS nº 006706/O - CVM 12.360 - CNAIPJ 000023

# Jornal do Comércio

O Jornal de economia e negócios do RS

## PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ [agencias@jornaldocomercio.com.br](mailto:agencias@jornaldocomercio.com.br)

✉ [comercial@jornaldocomercio.com.br](mailto:comercial@jornaldocomercio.com.br)

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



\*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC



# PUBLICIDADE LEGAL

**TESB Transmissora de Energia Sul Brasil S.A.**

CNPJ nº 13.289.882/0001-07 - NIRE 43.300.058.522

A Transmissora de Energia Sul Brasil S.A. informa aos seus acionistas que suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, incluindo o relatório da administração e demais documentos aplicáveis descritos no artigo 133 da Lei 6.404/76, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia.

## Jornal do Comércio

*O Jornal de economia e negócios do RS*

### **PUBLICIDADE LEGAL TEM DATA CERTA PARA SER PUBLICADA!**

O JC possui um portal específico que oferece praticidade e segurança para as publicações legais. Todas as publicações são certificadas digitalmente, respeitando integralmente as regras e normas estabelecidas por lei. Entre em contato para fazer um orçamento e conhecer melhor nosso produto.

✉ [agencias@jornaldocomercio.com.br](mailto:agencias@jornaldocomercio.com.br)

✉ [comercial@jornaldocomercio.com.br](mailto:comercial@jornaldocomercio.com.br)

☎ (51) 3213-1333 / 3213-1338

📞 (51) 99649-0062



\*Escaneie o QR Code para ter acesso ao portal de publicidade legal do JC

